

“onde fui nascido e criado”

helenia cermelli breyton

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

“onde fui nascido e criado”

territórios, deslocamentos e memórias
dos caiçaras de São Gonçalo

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Breyton, Helena Cermelli
Onde fui nascido e criado: territórios, deslocamentos e
memórias dos caiçaras de São Gonçalo / Helena Cermelli
Breyton; orientador Karina Oliveira Leitão. - São Paulo,
2022.
187p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura
e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo.

1. Memória. 2. Caiçaras. 3. Desterritorialização. 4.
Conflito Fundiário. I. Leitão, Karina Oliveira, orient. II.
Título.

Helena Cermelli Breyton
Orientadora: Karina Oliveira Leitão

trabalho final de graduação
faculdade de arquitetura e urbanismo
universidade de são paulo
2022

“(...) para mim todas as memórias devem ser relembradas. Mesmo as memórias doloridas. [...] No caso específico dessa região, não deixaria nenhuma memória de fora, pelo contrário, lamento aquelas que eu não consigo relembrar. Agora, as memórias doloridas também, elas são boas lembranças quando você consegue sair daquele estado de dor. [...] Mas sempre pensar essa memória dolorida também como espaço de resistência. Eu sou memorialista, eu gosto principalmente da memória coletiva.”

- **Conceição Evaristo**
(youtube, 2017)



Na década de 70, a BR-101 corta a região de Paraty e integra os territórios à dinâmica nacional do capitalismo, levando à mercantilização da terra e à conflagração de diversos conflitos locais em torno da posse/propriedade da terra, especialmente, das praias. A praia como território comunitário caiçara passa a ser ameaçada pelo interesse privado à serviço do turismo.

São Gonçalo é uma das comunidades em que se deflagram esses conflitos. A comunidade é forçada a um processo de desterritorialização, com desdobramentos e deslocamentos distintos entre os seus moradores.

A partir de fontes documentais e, sobretudo, da história oral, o presente trabalho busca compreender as dinâmicas e os impactos do processo de desterritorialização e reterritorialização para os caiçaras de São Gonçalo, como forma de desvelar a relação dos caiçaras com seu território tradicional, as violências às quais estão submetidos, além dos direitos que lhes têm sido negados.

Palavras-chave: caiçaras, desterritorialização, memória, conflito fundiário, território tradicional

agradecimentos



Aos caiçaras de São Gonçalo por toda a luta e inspiração.
Em especial a Elias, Deco, Carlos, Fernando, Isis, Lydia,
Nélio, Tânia e Vaguinho pela confiança em compartilhar
suas histórias.

Ao Tui, meu companheiro de todos os caminhos, que
alegra e compõe sentido à vida, e também a esse tfg,
com suas imagens e sua companhia;

À Karina, minha orientadora, que guiou e tornou mais
leve esse difícil processo de finalizar a graduação;

Ao Kim, meu irmão, que esteve ao meu lado em todos os
meus começos, inclusive o desse tfg;

A todos que me acompanharam nesse processo de for-
mação, amigos, família e companheiros de luta.

12	00 introdução
18	01 dos temas
20	1.1. comunidades tradicionais, comunidades caiçaras
24	1.2. territórios tradicionais
28	1.3. territorialização, desterritorialização e reterritorialização
31	1.4. acumulação por espoliação e a produção do espaço
33	1.5. geografia das ausências, geografia das emergências
35	1.6. memória
38	02 do território
56	03 do recorte
82	04 das pessoas
88	4.1. elias e fernando
108	4.2. tânia e isis
132	4.3. vaguinho
144	4.4. deco, nélio, carlos e lydia
168	4.5.
172	conclusões finais
176	referências bibliográficas

00

introdução



O tema do presente trabalho me atravessou e me atra- vessa em aproximações distintas ao longo do tempo, ora mais diretas, ora mais indiretas. É então difícil delinear precisamente de onde e quando essas diferentes camadas de entendimento culminaram na escolha por esse tema, esse recorte e essa abordagem que apresento neste trabalho final de graduação.

Cabe, a fim de ensaiar um desenho dos motivos que me levaram a esta pesquisa, retomar alguns pontos da minha trajetória, que reconheço que guiaram essas escolhas. Como neta de ex-presos políticos da ditadura militar, em um país no qual a anistia “ampla, geral e irrestrita” criou um esquecimento coletivo, cresci atenta à potência e à intencionalidade das memórias e dos esquecimentos. Como descendente de uma família de Paraty, mas “nascida e criada” em São Paulo, as questões do território e, especialmente, a forma possível de compor um olhar que é, ao mesmo tempo, de dentro e de fora, foram surgindo e se aprofundando conforme o meu processo de amadurecimento. Minha experiência e envolvimento, desde 2017, junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), aprofundou o interesse pela compreensão do “nó da terra”, como nos termos de Maricato¹, a mobilização pela questão fundiária e sua importância na garantia de direitos básicos. Também me guiou um olhar para essa questão a partir das pessoas e de suas histórias.

Entre 2021 e 2022, integrei a equipe de campo do projeto de Diagnóstico Fundiário das comunidades caiçaras da APA Caiuru, realizado pela empresa Mineral Enge- nharia e Meio Ambiente e coordenado pelo ICMBio. O projeto uniu uma pesquisa de campo, casa a casa, em 36 comunidades caiçaras localizadas na Área de Proteção Ambiental de Caiuru, em Paraty (RJ), a fim de caracte- rizar a posse nesses territórios e, cruzando com dados

obtidos a partir do levantamento em cartório de todos os documentos relativos a essas localidades, apontar os possíveis caminhos para a regularização fundiária. Durante essa experiência, a leitura dos conflitos e a impor- tância do território tradicional me sensibilizaram e me motivaram a aprofundar as reflexões sobre o tema. Durante as centenas de conversas com os sujeitos comunitários, surgiu a vontade que fundamenta esse trabalho, de falar a partir da escuta. De ecoar essa voz da luta cai- çara em outros espaços.

A graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo foi, diante disso, um espaço de reflexão, de aprofunda- mento teórico e também de provocação dialógica. Portanto, neste trabalho final de graduação, em que me po- siciono política e eticamente para a vida profissional, me dedico a um tema que condensa várias dessas questões.

Pesquisar e discutir o conflito fundiário na comunidade caiçara de São Gonçalo é, para mim, uma possibilidade de estudar a produção desigual do espaço, a territorializa- ção do capital e as resistências decorrentes. Mais pre- cisamente, estudar este conflito, a partir das memórias dos caiçaras, é romper a narrativa hegemônica em defesa de um suposto progresso, da história e sua incursão no espaço e no tempo. Se os instrumentos do “progresso” envolvem a espoliação, a expropriação e a ocultação dos sujeitos sociais resistentes ou que exprimem as con- tradições desse processo, é a partir da narrativa desses sujeitos que se desvendam novos caminhos possíveis e novas relações possíveis com o espaço.

A questão da terra para os caiçaras evidencia ainda um contorno adicional, que é a do território tradicional. Além da garantia da reprodução social, para os caiçaras, lutar pela terra é também lutar pelas suas memórias, pe- las suas raízes e pelas suas tradições. É também uma luta por sua história, enquanto comunidade, e por uma forma

de reprodução da vida.

A escolha pelo recorte específico do conflito em São Gonçalo se deu por dois motivos principais. O primeiro deles é a relevância e o caráter simbólico do desenvolvimento desse conflito: é o espaço da praia que salta na disputa e que é, por um lado, o cenário turístico e o espaço de maior possibilidade de valorização econômica e, por outro, o núcleo do território tradicional caiçara, seja pela possibilidade de acesso aos recursos da pesca, seja pela paisagem e por seu caráter subjetivo para os comunitários. Aqui, fica então evidente a fissura e a contradição da apropriação privada e da extensão da forma-mercadoria no e do espaço. A luta mais recente de retomada do espaço da praia fornece também elementos importantes para a leitura do sentido do território.

O segundo motivo foi ter encontrado, entre os caiçaras de São Gonçalo, a vontade de serem escutados. Todos os entrevistados manifestaram seu desejo de contar suas histórias e o sentido que havia para eles em desocultá-las .

Frente a isso, o presente trabalho de finalização de graduação tem como objetivo compreender as dinâmicas e os impactos do processo de des-reterritorialização para os caiçaras de São Gonçalo, bem como estabelecer uma leitura do território e dos conflitos a partir da história oral.

Para tal, o trabalho estruturou-se em quatro capítulos, estabelecendo aproximações sucessivas à questão. O primeiro capítulo apresenta o aporte teórico que guiou as reflexões, a partir de seis principais temas: comunidades tradicionais e caiçaras; territórios tradicionais; territorialização, desterritorialização e reterritorialização; acumulação por espoliação; geografia das ausências e emergências; e memória.

O segundo capítulo introduz o histórico de ocupação de Paraty e apresenta como os conflitos fundiários na costa são atravessamentos importantes para a compreensão da produção do espaço no município. Este capítulo estrutura uma base mais geral para, então, no terceiro capítulo, o aprofundamento na leitura específica do conflito em São Gonçalo. Para a narrativa do conflito, foi feita uma pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira e também mobilizados relatórios e artigos sobre os conflitos no sul-fluminense.

Finalmente, o quarto capítulo apresenta as entrevistas dos comunitários, organizadas por núcleos familiares, com diferentes destinos a partir do conflito. As entrevistas focam na vida e na configuração espacial antes do conflito, nas memórias do conflito, nos deslocamentos, nos impactos desses deslocamentos, na relação com o território e na estruturação da vida hoje a partir das reterritorializações.

01

dos temas



1.1. comunidades tradicionais, comunidades caiçaras

Para tratar do tema deste trabalho, a questão das comunidades tradicionais se revelou um tema importante para aprofundamento. Nesse sentido, o trabalho de Diegues (2008) foi relevante para definir o que se entende enquanto comunidades tradicionais. O autor defende que culturas e sociedades tradicionais são aquelas com forte noção sobre o território em que se reproduzem em termos econômicos e sociais. Em seus territórios, desenvolvem um modo de vida em simbiose com a natureza, sobre a qual possuem conhecimento profundo, transmitido geracionalmente através da oralidade. Suas formas de uso e manejo são alinhadas aos ciclos naturais e ao uso sustentável. Há presença do trabalho artesanal e de atividades de subsistência. Dentre esses grupos há também importância em relação à unidade familiar, aos símbolos, mitos, rituais e ao autoconhecimento como pertencente ao grupo social.

Para a Lei brasileira, através Lei que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (Decreto no 6.040/2007), em seu Art.3, I, são entendidos como comunidades tradicionais, os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais para sua própria reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Há polêmicas em torno da conceituação de comunidades tradicionais, uma vez que o conceito se estabeleceu a partir de pressupostos conservacionistas, podendo levar a uma concepção de congelamento de seus modos de vida a partir de um certo imaginário social. Mas a

autodefinição dessas comunidades e a consciência de si como grupo distinto, com uma identidade coletiva própria e de modo de vida e organização comunitária que respondem às necessidades e demandas locais, é hoje um importante instrumento político para essas populações assegurarem seus direitos territoriais e fortalecerem sua identidade cultural. Reconhecendo simultaneamente que as dinâmicas culturais e sociais desses povos não são estanques.

São diversas as legislações, a nível internacional e nacional, que protegem os direitos dessas comunidades. Dentro elas, a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural; Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, a Constituição Federal de 1988 (através dos artigos 215 e 216, que estabelecem proteção específica ao patrimônio cultural, incluindo bens de natureza material e imaterial, formas de expressão, modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupo formadores da sociedade brasileira), o Decreto Federal número 6.040/2007 e a Lei Federal n. 9985/2000.

No escopo específico deste trabalho, serão enfocadas dentre as comunidades tradicionais, as caiçaras. Portanto, serão aqui mobilizados alguns autores e referências que versam sobre a dinâmica dos caiçaras e os elementos característicos de sua cultura.

As comunidades tradicionais caiçaras possuem uma descendência que mescla a contribuição étnico-cultural dos povos indígenas, colonizadores europeus e negros. Segundo o Museu Caiçara de Ubatuba, a palavra caiçara é de origem tupi-guarani, da junção das palavras “caa” e “içara”, que significam, respectivamente, galhos e armadilha, uma referência à pesca artesanal. Essas populações estabeleceram um modo de vida e uma cultura especí-

fica que se desenvolveu nas zonas costeiras do Brasil, à margem dos sistemas econômicos para a exportação. Diegues (2004) aponta que, dentro de um contexto espacial e cultural, o modo de vida caiçara se revela em produtos materiais - como as moradias, as embarcações, os instrumentos de trabalho, e não materiais - como na linguagem, na música, na dança e nos rituais religiosos.

Em intrínseca relação com o território, entre o mar e a floresta, os caiçaras se estabeleceram com grande intimidade com o ambiente e os recursos naturais. Dentre as características desse modo de vida próprio há a habilidade de manejo de diferentes ambientes, a transmissão oral das tradições e o multiuso do território com profundo conhecimento dos ciclos e dinâmicas naturais. A sobrevivência dessas comunidades se estrutura em torno das atividades de pesca artesanal, agricultura, extrativismo, artesanato, caça e, atualmente, da construção civil e do turismo.

O sistema de cultivo utilizado pelos caiçaras tem grande influência indígena, tanto no manejo do ambiente (a partir do que é comumente chamado de coivara, com períodos de pousio da terra), como nos produtos da roça. No caso, o principal produto das roças caiçaras é a farinha de mandioca, mas há também banana, feijão, milho e café. Ademais, utilizam recursos madeireiros para lenha, construção de canoas e casas, o que atualmente muitas vezes esbarra nas legislações ambientais. Também são usadas diversas plantas, com fins alimentícios, de medicina e construção.

Marcílio (2006) aponta que a organização interna da “economia rústica do caiçara” é baseada na unidade familiar. Mussolini (1980, p. 238) destaca que enquanto na roça é a unidade familiar que organiza o trabalho, na pesca, se estabelece “uma forma de organização de trabalho e produção que transcende os limites meramente

familiares para se converter em atividade comunitária”.

Embora constituídas à margem dos sistemas econômicos para a exportação, Durhan (1973) destaca que essas comunidades caiçaras nunca foram completamente isoladas e auto-suficientes. Ela cita, como exemplo, os equipamentos materiais que mesmo com fabricação doméstica, dependiam de recursos externos, como é o caso da prensa de cana, dos vestuários e de parte dos alimentos. Diegues (2004) pontua também a questão da mudança, ou seja, de deslocamentos, como parte da cultura caiçara. A dinâmica social dessas populações foi, desde seu princípio, caracterizada pelo processo de migração entre áreas do litoral e, em alguns casos, também para o meio urbano.

Há, para os caiçaras, uma relação imbricada entre a sua cultura e o ambiente. Simultaneamente, o manejo caiçara moldou a paisagem e esse espaço foi e é um elemento inseparável da sua identidade e cultura. O território tradicional caiçara abarca áreas de uso privado, das famílias e de uso comum. Algumas características desses territórios podem ser destacadas a partir de visitas às comunidades caiçaras de Paraty, objeto de estudo deste trabalho: as praias costumam ser um local comum de encontro, lazer, de suporte à atividade pesqueira e, recentemente, de estruturas para o turismo. Os núcleos de moradia podem se estabelecer tanto em áreas próximas ao mar quanto mais para o “sertão”, como chamam os locais mais afastados, ou seja, a hinterlândia em relação à praia. Comumente, o território aqui estudado é dividido em lotes familiares separados por cercas vivas ou sem fechamento e costurado por uma série de caminhos estreitos. Nesses lotes, além das construções, muitas vezes é notável o cultivo de plantas frutíferas, medicinais e ornamentais e algumas vezes criação de galinha. Há também áreas agrícolas, às vezes perto do local de moradia, às vezes mais afastadas. O principal produto agrícola

é a mandioca e a banana. Ao lado de algumas roças, há também casas de farinha, normalmente construídas de pau-a-pique.

O espaço da mata também é importante fonte de recursos para a vida caiçara, fornecendo água, cipó, madeira e caça. Esse espaço costuma ser compreendido como de uso comum da comunidade. O mar também é essencial na vida das comunidades. A relação com o mar e a floresta, em termos de uso e de paisagem, marca o modo de vida caiçara em seus territórios tradicionais.

A questão da terra é importante para a maior parte das populações caiçaras. O domínio das terras onde os caiçaras residem se dá fundamentalmente por meio de posse e pouquíssimos possuem escritura das terras, o que os deixa muitas vezes sem condições de comprovar a dominialidade das terras que ocupam tradicionalmente há muitas gerações (ABIRACHED, 2011). Essa insegurança jurídica sobre seus territórios é um dos fatores que contribuíram para que sofresssem maiores pressões da especulação fundiária no processo de territorialização do capital na região. Essa pressão imobiliária acarretou em um considerável processo de periferização em diversas localidades da costa brasileira.

1.2. territórios tradicionais

Notada a relação imbricada entre a cultura caiçara e seu território e tendo essa relação um papel fundamental nos processos discutidos neste trabalho, algumas conceituações em torno do território e dos territórios tradicionais foram importantes para as reflexões deste trabalho. Milton Santos (2002) aponta que:

“o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas natu-

rais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda” (SANTOS, 2002, pg. 97).

O território não é apenas o espaço que disponibiliza recursos, mas onde a vida de um povo acontece, configurando uma identidade única. O território tradicional deve ser compreendido como essencial à reprodução física e cultural dos povos tradicionais. Não apenas meio de subsistência, trabalho e produção, esses territórios são também espaço das relações sociais e meio da própria definição social dessas populações.

Haesbaert adota uma distinção lefebriana entre apropriação e dominação, sendo o primeiro correspondente uma relação mais simbólica, ligada ao valor de uso e o segundo mais concreto, vinculado ao valor de troca. O autor entende que a dominação e a apropriação deveriam se acompanhar, mas a dinâmica de reprodução do capital faz com que a primeira se sobreponha, “sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria” (HAESBAERT, 2005, p. 2).

“O uso reaparece em acentuado conflito com a

troca no espaço, pois ele implica ‘apropriação’ e não ‘propriedade’. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos ‘agentes’ que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo” (LEFEBVRE, 1986, pp. 411 e 412 apud HAESBAERT, 2005).

Não é possível discutir os territórios tradicionais caiçaras sem pontuar as transformações a partir da territorialização do capital. Na sociedade capitalista, as dinâmicas sociedade-espaco-tempo são inscritas no espaço produzindo uma série de conflitos e contradições entre diferentes formas de apropriação do espaço a partir de interesses antagônicos e diferentes noções de propriedade, sociedade e natureza.

Milton Santos (1997) coloca a globalização como fator decisivo nessas transformações.

“No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Aos atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros” (SANTOS, 1997, p. 39)

São diversos os casos que os territórios tradicionais são reconfigurados em função dos interesses do capital.

Frente a isso, a luta pela terra sintetiza uma luta por direitos que vão desde um espaço para a moradia, saúde

e educação, até o direito ao território como espaço de reprodução social e cultural de modos específicos de agir e viver. Para as comunidades tradicionais, a dimensão sociocultural da terra amplia ainda mais o significado da luta e do direito à terra. Não é apenas a noção de patrimônio ou fonte de renda, mas da terra como lugar da cultura e da tradição, como base material para existência da comunidade. O sentido que atribuem ao território funcionam como contestação, simbólica e real, em face dos espaços hegemônicos (SAUER, 2010 apud CASTRO, 2017).

A luta pelo direito ao reconhecimento dos territórios tradicionais é uma reação às pressões advindas dos processos econômicos das sociedades urbanas sobre esses territórios, impondo historicamente violentos processos de desterritorialização e culminou no seu reconhecimento no ordenamento jurídico brasileiro. A expressão “territórios tradicionais” foi estabelecida na legislação brasileira a partir do já citado Decreto nº 6.040/07, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com o art. 3º, II, são “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”.

Não há, hoje, nenhuma normativa jurídica específica para a titulação dos territórios caiçaras, como há para as terras indígenas e para os territórios quilombolas. Seu reconhecimento é assegurado pelo próprio Decreto nº 6.040/07 e também pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, através da Lei nº 9.985/00, que prevê direitos territoriais de comunidades tradicionais através de categorias específicas de Unidades de Conservação. Embora a Constituição tenha avançado em atrelar os direitos dos povos tradicionais à garantia de permanência no território, o Estado foi pouco capaz em adentrar

efetivamente no desigual processo de acumulação de terras.

1.3. territorialização, desterritorialização e reterritorialização

A partir das compreensões acerca do território e dos territórios tradicionais, para discutir as dinâmicas e impactos do processo de expropriação dos caiçaras de suas terras, os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização foram muito relevantes ao escopo deste trabalho. Corrêa (1994), Sack (1986) e Haesbaert (2004/2005) ofereceram caminhos para importantes para a compreensão da territorialização. Ademais, o trabalho de Haesbaert direcionou o olhar sobre o processo de desterritorialização e sua indissociabilidade da territorialização e da reterritorialização.

Corrêa (1944) conceitua territorialidade como um “conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social” (CORRÊA, 1994, pp. 251 e 252). Portanto, a territorialidade é aqui compreendida tanto na sua dimensão cultural, quanto na sua abrangência territorial. As práticas e expressões materiais realizadas por uma determinada comunidade são orientadas pelos seus valores e significados, portanto a territorialidade também é uma prática e expressão simbólica.

A territorialidade, portanto, reconhece a ligação entre a cultura, as práticas e o meio onde se realizam. É a partir dessa conceituação que reconhecemos o caráter dinâmico da territorialidade, conforme as transformações culturais e territoriais.

Sack (1986 apud MENDONÇA, 2010) define a territoria-

lidade como uma fonte de significado geográfico através da qual se experimenta e atribui sentido para o mundo. A territorialidade como componente do território está ligada à forma como se utiliza a terra, como um grupo se orienta no espaço e como o dota de significados. Para ele, a territorialidade é causa, processo e produto da existência de um território e as mudanças da territorialidade guiam o entendimento das relações históricas entre sociedade, espaço e tempo.

Haesbaert (2004) entende a territorialização como um processo de domínio político-econômico ou de apropriação simbólico-cultural do espaço pelos diferentes grupos humanos. Para o autor, a noção de territorialidade deve ser compreendida na multiplicidade de suas manifestações, que envolvem uma multiplicidade de poderes através dos diferentes agentes e sujeitos envolvidos.

Partindo da concepção de Raffestin de que “um recurso não é uma coisa, é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades”. (Raffestin 1993, p. 8 apud Haesbaert, 2005, p. 3); Haesbaert reconhece o território como um recurso, com formas distintas de produção enquanto recurso, ora sobrepondo o caráter mercantil e funcional, ora como garantia da sobrevivência cotidiana.

Para as populações tradicionais em geral e, no recorte deste trabalho, as populações caiçaras, adota-se a noção de território que representa conjuntamente, como discutido anteriormente, tanto um caráter funcional quanto simbólico, de identidade, que atribui ao espaço diferentes referenciais simbólicos fundamentais para a manutenção da cultura. Essa caracterização se inclui no que Haesbaert (2005) descreve como “territorialização mais fechada”, em que há uma “correspondência entre poder político e identidade cultural, ligada ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por

grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades" (HAESBAERT, 2004, p. 7).

O conceito de desterritorialização, bastante discutido por Haesbaert, é compreendido por esse autor em meio a uma tensão entre territorialização, desterritorialização e reterritorialização, essencial para entender o processo de uma forma completa. Há, portanto, "a perda da relação 'natural' da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas relocalizações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas" (HAESBAERT, 2006, p. 223). É a partir disso que o autor defende que a migração, ou a saída do território, deve sempre ser vista como um processo em diversos níveis de des-re-territorialização. Refutando a simplificação da noção de desterritorialização, Haesbaert afirma que "mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo" (Haesbaert, 1994, p. 214).

Para Haesbaert (2007), o termo desterritorialização poderia ser aplicado melhor na sua dimensão social, pois quem perde o "controle" sobre seus territórios são os mais destituídos, sendo assim os que se encontram mais "desterritorializados" ou mais precariamente territorializados. Interessa a esse trabalho entender a complexidade desta noção devido ao fato das comunidades aqui estudadas terem sido submetidas a processos de deslocamentos involuntários, que serão objeto de análise futuramente.

No caso tratado no presente trabalho, a desterritorialização dos caiçaras a partir do conflito fundiário em São Gonçalo, essa tensão entre desterritorialização e territorialização é sentida de forma bastante específica, pois a reterritorialização de parte destes se dá onde a sua re-

produção cultural não é possível, portanto, a dimensão do processo de reterritorialização, conforme veremos, é sentida muito fortemente como impossibilidade de realização da vida em sua dimensão mais completa. Há para essas comunidades também uma dimensão subjetiva no território, que também é atingida nestes conflitos e que é fundamental de ser entendida neste processo de des-reterritorialização.

1.4. acumulação por espoliação e a produção do espaço

A fim de não perder de vista o contexto mais geral dos processos discutidos neste trabalho e seu lugar enquanto expressão dos conflitos de classe advindos da territorialização do capital, alguns temas que auxiliaram na compreensão da ligação entre reprodução social capitalista e o espaço foram aprofundados. Dentre eles se destacam aqui os conceitos de acumulação por espoliação e produção do espaço.

Harvey (2004) destaca que, no processo de acumulação do capital, a questão do direito de propriedade passa em acumulação da propriedade alheia e que o sistema de trocas, nesse caso, é um sistema de exploração que esconde o regime de classe. Esse processo de realização do capital envolve também a relação mercantil com formações sociais não-capitalistas.

Harvey nomeia esse processo de acumulação por espoliação, como uma reatualização da categoria da acumulação primitiva de Karl Marx (em *O Capital*) e destaca uma série de processos que envolvem essa forma de acumulação incluindo:

"a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas;

a conversão de diversas formas de direitos de propriedade em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito” (HARVEY, 2004, p. 109).

O movimento de expansão do capital não busca submeter somente o trabalho ao capital, mas também o espaço. O conceito de produção do espaço é essencial na compreensão da reprodução social capitalista. Note-se que os debates entre os conceitos de espaço e território são bastante aprofundados na geografia, que se dedica a utilização desses termos com precisão conceitual e rigor científico. Neste trabalho, optou-se por usar ambos os conceitos, para aludir a processos em que hove acúmulos teóricos importantes, e que para fins do debate que se faz dentro da arquitetura e urbanismo, o uso mais livre desses acúmulos conceituais parece proporcionar grande riqueza para as análises críticas comprometidas com aquilo que esta ciência, em que inscreve este trabalho, tem a acrescentar ao debate. Por isso, a alusão aos processos de acumulação e produção do espaço na obra lefebvriana, seguem aqui contrapostos aos debates territoriais de Milton Santos e Hasbaert, por exemplo.

Interessa para este estudo entender que os conflitos envolvendo os territórios tradicionais são expressões das contradições territoriais que atravessam esse processo de expansão, consolidação e intensificação do modo de produção capitalista na América. Esse processo socioespacial, contraditório, heterogêneo e desigual, tem sido mediado por relações perversas e arcaicas que marcam

toda a história da questão fundiária brasileira, centrada na concentração de terras e na aliança do Estado com grandes proprietários.

A questão fundiária brasileira é um desdobramento do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil. Essa formação territorial foi marcada por formas de violência sistêmicas, de caráter expropriatório, impostas às classes dominadas, tanto pelas estruturas do Estado quanto pelas classes dominantes. A identidade nacional é assim forjada, nos dizeres de José de Souza Martins (2010), pelo cativeiro da terra através da formação da propriedade privada da terra.

O conflito discutido no presente trabalho apresenta uma face desse processo de produção do espaço no Brasil.

1.5. geografia das ausências e geografia das emergências

Ao longo da reflexão acerca de como uma concepção de “progresso”, a partir de processos de espoliação, promove ausências no território, a elaboração de Paula (2019) sobre geografia das ausências e emergências trouxe organização a diversas ideias levantadas durante o processo de pesquisa.

No artigo intitulado “Geografia das ausências e geografia das emergências”, Cristiano Quaresma de Paula destaca, a partir de uma releitura das lógicas de produção de ausências na sociologia de Boaventura Santos (2011), uma série de paradigmas que legitimam “o avanço e a territorialização da modernização pelo estabelecimento de ausências no território tradicional com a elaboração do ignorante, do atrasado, do inferior, do local ou particular e do improdutivo ou estéril” (PAULA, 2019, p. 99). São apontados: (a) o paradigma do saber único, a partir

da negação dos saberes, rationalidades e conhecimentos de outras culturas; (b) o paradigma do tempo sincrônico, que a partir da temporalidade pautada na ideia de “progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização”, nega as temporalidades expressas no território tradicional, como o tempo da ancestralidade dos saberes, o tempo da natureza na utilização dos recursos e o tempo histórico na apropriação do território; (c) o paradigma da inferioridade de grupos e territórios, a partir da produção de noções de inferioridade de grupos sociais e derivando a constituição de uma hierarquia do acesso ao território, sobretudo com argumentos econômicos de refuncionalização do território levando em conta os interesses das elites econômicas e políticas; (d) o paradigma da superioridade do global, com a sobreposição da escala global em relação à escala local, na qual se encontram os territórios tradicionais, o que faz com que as comunidades fiquem sujeitas às dinâmicas e processos que são alheios àqueles contextos específicos e não correspondem à realidade social e ambiental presentes nesses territórios; (e) e por fim, o paradigma do produtivismo, a partir do estabelecimento do padrão de produtividade capitalista e do crescimento econômico como critério de validação do território, negando o caráter multidimensional do território, que não se estabelece apenas na dimensão econômica mas também cultural, social, política e ambiental.

O autor também aponta, como contraponto aos paradigmas das ausências dos territórios da modernização, a promoção de autonomia dos territórios tradicionais, ao que ele nomeia de geografia das emergências. Essa autonomia estaria em diferentes âmbitos, sendo eles: (a) a autonomia dos saberes, a partir da valorização dos saberes tradicionais na gestão ambiental e territorial e a promoção de diálogos de saberes, superando a situação de subalternidade em que os saberes tradicionais foram historicamente postos; (b) a autonomia nas multitempo-

ralidades, reconhecendo a convivência de diversas temporalidades nesses territórios, como a da ancestralidade, da natureza e da ocupação histórico, fazendo com que as práticas sociais deixem de ser consideradas residuais ou resquícios do passado, mas uma forma de viver no presente e de gerir esses territórios a partir de um desenvolvimento autônomo; (c) a autonomia na diferença, com a promoção do reconhecimento das diferenças e de entendimento de territórios de direitos específicos, fundamental para a manutenção de diferentes modos de vida, e não como território de inferioridade; (d) a autonomia na escala local, valorizando os saberes e práticas locais e ressignificando os elementos do global no local, como contraponto à globalização da homogeneização; (e) a autonomia na produção tradicional, respeitando as atividades tradicionais, as relações e os sistemas de produção alternativos.

Esses conceitos trazidos por Paula (2019) são aqui úteis para compreender a lógica dos discursos que produziram a desterritorialização das comunidades caiçaras em Paraty e sua invisibilidade nas leituras e na gestão histórica do território e em como as ideias de “progresso” e de “modernização” estavam de justificativa dos conflitos fundiários nesses territórios. É nesse embate entre as ausências e as emergências, entre o “território tradicional” e o “território da modernização” que se são expostas as potências da constituição dos espaços de luta das comunidades tradicionais. É nessa tensão entre essas diferentes visões do território e na evidenciação das emergências dos sujeitos e territórios caiçaras que se busca aqui compreender a produção do espaço em São Gonçalo.

1.6. memória

Incluídas as referências teóricas, sobretudo do campo da

geografia, que embasam as análises dos temas a serem discutidos, a questão da memória e sua ligação com o espaço é outro importante debate a ser incorporado no corpo teórico deste trabalho, devido à escolha metodológica de trabalhar com a história oral, a partir de entrevistas com atingidos pelo conflito em São Gonçalo.

Souza (2008) descreve a memória como um componente de continuidade do passado no presente, ligado à tradição. Defende que a memória individual não é suficiente para o ato de lembrar, que a lembrança é apoiada nos dados e noções comuns a um grupo. A autora pontua também o papel do espaço concreto de um grupo na construção da memória coletiva, uma vez que diversos aspectos dos lugares estão associados à possibilidade de reconstituição de pensamentos e lembranças associados às experiências vividas naquele local e esses lugares são, assim, indissociáveis da memória.

Bosi (2003) reforça essa ideia da memória coletivizada apresentando a memória individual como memória conhecida e reafirmada a partir de uma interação coletivizada. Bosi (2003) revela como a memória, sem abandonar a perspectiva individual, a transcende. A vida “privada” constrói o testemunho de um tempo coletivo e através dessas práticas individuais é possível remontar o contexto social do qual essas práticas se nutrem e que elas ajudam a delinear.

A autora defende também que a história oral não é apenas o recolhimento de um testemunho pessoal, mas uma maneira de resgatar “as camadas da população excluídas da história”.

“Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (BOSI, 2003, p. 69).

Levando em conta a importância do espaço para as memórias em questão neste trabalho, alguns apontamentos acerca dos componentes espaciais da memória foram destacados.

Schama (1995) traz a associação da memória a um conceito também espacial, sendo o componente geográfico também produtor de sentido à memória. O autor escreve que “antes de ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de extratos de rochas.” (SCHAMA, 1995, p. 17).

Tuan (2013 apud GUERRA, 2019) ressalta a relevância da memória na relação espacial, como componente de transformação do espaço em lugar a partir da permanência da experiência através da memória. Para o autor, o lugar requer história.

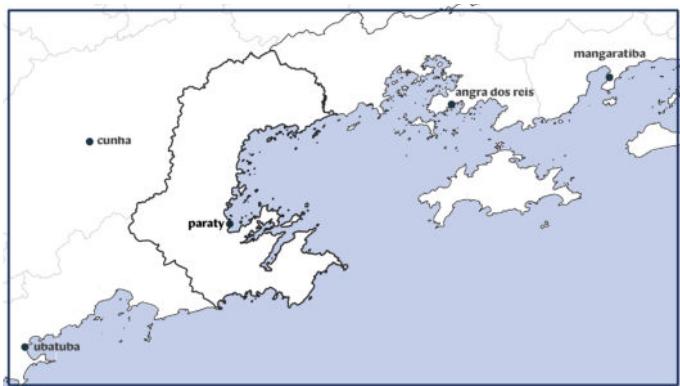
Essas breves conceituações em torno das mediações entre memória individual, memória coletiva e sua relação com o espaço configuram um ponto de partida importante para a metodologia do presente trabalho. Através da memória dos entrevistados, as lembranças do passado vão constituindo um panorama de uma história coletiva e se ressignificando a partir das experiências do presente.

02

do território



Paraty é um município no sul fluminense, na divisa com o estado de São Paulo. Localiza-se entre a Serra do Mar e a Baía da Ilha Grande. A área do município está sob domínio do bioma da Mata Atlântica, com altas temperaturas e regimes pluviométricos abundantes.



mapa 1.
localização de paraty

BREYTON, 2022

A condição geográfica de Paraty condicionou sua ocupação por numerosas aldeias indígenas, principalmente Guianás. A abundância de fauna e flora, a condição de fundo de baía, com uma navegação abrigada ideal para locomoção e pesca, e a existência de uma rede de rios e canais, úteis para locomoção e para o acesso à água potável, foram alguns dos fatores que incentivaram a ocupação do local.

A partir do período colonial, as dinâmicas da ocupação

das terras na zona costeira de Paraty se transformam, relacionadas com a da cidade de Paraty e com o processo de povoamento e uso do litoral sudeste e do Brasil como um todo. Essa região foi um território das redes de interiorização territorial do centro-sul do Brasil, a partir dos caminhos guianás, como parte das buscas de ligação entre os sertões do interior e a porção centro-sul da colônia, se consolidando em meados do século XV. Diante deste uso e das dinâmicas de dominação decorrentes, os povos indígenas residentes da região fugiram ou foram submetidos a trabalho escravo nas plantações (MARCÍLIO, 2006).

A partir do século XVI, Paraty foi estabelecida como um entreposto comercial europeu, uma chamada feitoria. Por sua condição geográfica, era um local favorável ao embarque e desembarque dos navios e também um local de aprisionamento de indígenas que serviam de mão-de-obra nas lavouras centradas na produção de cana de açúcar. Naquele momento, a produção era escoada pelo caminho conhecido como Trilha Guianá, que ligava Paraty ao Vale do Paraíba, em associação com o transporte de rio e marítimo. Em meados do século XVII, Paraty era um local muito frequentado por comerciantes de diferentes produtos agrícolas, o que contribuiu para a criação do povoado da Vila Nossa Senhora dos Remédios. O porto de Paraty era também um importante porto de embarque de escravizados. Com a queda no preço do açúcar, as atividades portuárias de Paraty foram reduzidas (VIANNA, 2019).

A partir do século XVII, com o início do ciclo do ouro, o porto de Paraty passou a ser central nas exportações dos metais vindos de Minas Gerais. Nesse período, foi consolidado, sobre uma trilha feita pelos indígenas Guianás, o chamado “Caminho do Ouro”, que ligava a região com o planalto paulista. Com o controle de Portugal sobre o escoamento dos minérios, o estabelecimento da

Estrada Real e a fiscalização no acesso dessa Estrada, as outras trilhas existentes se tornaram passagens para o movimento de contrabando. Ao longo desses caminhos, alguns lugares se consolidaram como pousos das tropas, e com o passar do tempo, a fixação de algumas famílias, distribuídas em pequenas propriedades esparsas com produção agrícola de consumo local, formariam diversas vilas (LABRUNA, 2015). A oficialização da Estrada Real foi combinada com a oficialização do porto de Paraty como porto exclusivo para o embarque do ouro vindo de Minas Gerais, criando na cidade a Casa de Registro e fortes para o resguardo dos minérios.

Ao final do século XVIII, Paraty se configurava como uma vila próspera, com influência sobre as cidades e vilas próximas. Com a demanda por produtos para atender a população de Minas, crescente pela exploração de minérios, Paraty passou a ser um importante centro de produção de alimentos e cachaça, além do papel de entreposto distribuidor. O comércio, a distribuição dos artigos que chegavam por via marítima e a produção de gêneros alimentícios foram a base da economia de Paraty durante essa época.

De 1750 a 1800, a abertura do Caminho Novo da Piedade, ligando por terra São Paulo ao Rio de Janeiro, e a diminuição das jazidas de ouro, acarretaram uma queda no comércio da Vila. Apesar disso, Paraty continuou como produtor de aguardente e alimentos. A mudança, em 1763, da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro também aumentou a demanda local para o comércio com a capital.

Ao ciclo do ouro seguiu-se o ciclo do café, que passou a ser o principal produto de exportação brasileiro, e Paraty continuou com certa prosperidade, com a exportação de café, fumo e aguardente (VIANNA, 2019). Como a infraestrutura de transportes através do vale, do Rio à São

Paulo, era insuficiente para escoar a produção cafeeira do planalto, utilizavam-se das antigas trilhas através da serra até os portos, passando por Paraty. As tropas traziam café e retornavam com alimentos e cachaça. Nesse momento, ganha força a produção agrícola, alterando significativamente a estrutura agrária de Paraty. Em 1844, a vila foi elevada ao título de cidade, com um crescimento considerável do centro urbano. Com a abolição da escravatura, consolidam-se duas formas de exercer a atividade agrícola na região, as roças de subsistência e a monocultura exportadora de grandes fazendeiros.

Com o tempo, por condições mais favoráveis para o cultivo do café, o planalto paulista passou a atrair mais a atenção dos administradores e investidores. A inauguração das estradas de ferro entre São Paulo e Santos e São Paulo e Rio de Janeiro, em meados do século XIX, e a instalação do Porto de Santos, reforçam o declínio de Paraty e a consolidação do Vale do Paraíba como área principal da produção cafeeira. Com o encerramento das atividades portuárias, os caminhos antigos ficaram inacessíveis por terra e o acesso passou a ser somente através de barcos, garantindo certo isolamento geográfico da região. Somada a isso, a abolição da escravatura dificultou os negócios de grandes latifundiários da região, que dependiam da mão-de-obra escrava (FEITOSA e SILVA, 2015).

Diante desse cenário, ocorreu um êxodo da população de Paraty e um restabelecimento dos povos indígenas Guarani no litoral. Neste momento há também um movimento de aposseamento por populações de ex-escravizados, indígenas e descendentes de europeus das terras que haviam sido abandonadas, para a produção de culturas básicas como milho, feijão, mandioca, arroz e banana. Esses fatores contribuíram para a consolidação das bases culturais e sociais da vida litorânea, somada também às crescentes atividades pesqueiras. A mis-

genação desses povoamentos, seu relativo isolamento dos centros urbanos, a presença do ecossistema natural, a localização costeira e as adversidades citadas pelos quais passaram os ciclos econômicos, colaboram para a formação da cultura caiçara (DIEGUES, 2005).

Ainda no início do século XX, havia, em Paraty, diversas plantações de cana de açúcar para a produção de aguardente, produto que até hoje é marca da cidade. Vianna (2019) apresenta depoimentos de moradores mais velhos na região da Juatinga que afirmam que nessa região havia inúmeras fazendas de cana que, apesar da abolição, mantinham o trabalho escravo. Até esse momento a mobilidade por terra no litoral era feita por trilhas na mata, em que a pé ou com burros, transportava-se cachaça, farinha e peixe seco para o centro urbano, onde eram trocados por tecidos, sal e querosene.

Nos anos 30 e 40, com o estabelecimento de trainas (barcos de pesca de maior escala) e a consequente elevação na escala da pesca, muitos moradores da costa de Paraty começaram a trabalhar embarcados, entre a Baixada Santista e o Rio de Janeiro. Há em algumas localidades, a partir disso, aliada a uma demanda externa dos mercados de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, uma mudança da compreensão da pesca, antes vista como subsistência e então compreendida como possibilidade de mercadoria (VIANNA, 2019).

Em meados do século XX, a cidade de Paraty começou a ser alvo de um novo olhar, de intelectuais atentos a seu valor enquanto patrimônio histórico, o que acarretou uma série de medidas de preservação do patrimônio. Em 1945, a cidade foi tombada como patrimônio histórico estadual e em 1948 como patrimônio histórico e artístico nacional. Em 1954 foi construída a estrada Paraty-Cunha, possibilitando pela primeira vez o acesso a carros no município. Aos poucos se retomou o crescimento

habitacional e iniciou-se a transição para o ciclo econômico do turismo.

A partir da segunda metade do século XX, as transformações no território mudaram de proporção e velocidade, com novos atores e novas territorialidades. Com o projeto nacional desenvolvimentista, surgiram grandes projetos industriais e de infraestrutura que geraram mudanças socioeconômicas significativas e consolidaram os primeiros pilares dos conflitos fundiários que permanecem na atualidade. As práticas tradicionais existentes foram confrontadas com a força desproporcional do poder hegemônico capitalista, através da renda fundiária e da mercantilização da natureza.

Com a preocupação do governo militar de generalizar o capitalismo no Brasil, o turismo se destacou como atividade capaz de atrair empresas multinacionais para o país. Nesse meio, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e a Confederação Nacional do Turismo (CNTur) foram importantes defensoras na estruturação de uma ideia de progresso que unia as diretrizes da indústria do turismo com o interesse de desenvolvimento econômico, do “Brasil Grande” (FEITOSA e SILVA, 2015).

A partir da década de 70, com a construção da Rodovia Rio-Santos, ocorreu uma reconfiguração espacial e social das áreas ocupadas pelos caiçaras. O projeto da rodovia, estudado há tempos, foi concretizado a partir da sua inserção no Projeto TURIS (Plano de Aproveitamento Turístico), um projeto de reordenamento territorial em razão do turismo, elaborado pela empresa francesa Scet Internacional a pedido da Embratur. Este projeto era “um planejamento normativo global, com estudos e normas de ocupação que integrassem as construções aos ambientes e às destinações turísticas, visando à maximização da rentabilidade de toda a região aliada a uma implantação adequada” (SIQUEIRA, 1989, p.62).

O projeto previa a divisão do litoral em três categorias: a) loteamentos particulares com privatização das praias; b) hotéis e casas particulares de veraneio; c) áreas para camping. Esse processo surgia de uma iniciativa política do governo militar em um viés de “integração nacional”, associada à ascensão de uma classe média que valorizava as praias como opção de lazer, impulsionando a leitura dessas áreas da costa como destino turístico, tanto por seu por sua beleza natural quanto por sua localização, entre São Paulo e Rio de Janeiro.



fonte: Arquivo Nacional, 1972

Essa ação deve ser compreendida dentro de um discurso vigente na época de renovação e modernização do rural, que compreendeu o aproveitamento econômico das terras dentro de pactos de poder político e social em

que a grande propriedade provida de capital se impôs como modelo de progresso, desenvolvimento e produtividade. Strauch (2020) destaca, no projeto da Rio-Santos, um viés modernizador que previa, desde o seu planejamento, uma “revolução da estrutura agrária”, antes considerada como “primitiva e geradora de tensões”. O que se configurou foi uma modernização conservadora, reforçando o papel da concentração fundiária como ponto fundamental para a produção do pacto conservador e modernizante, como destacam Francisco de Oliveira (2003) e José de Souza Martins (1994).

Havia inicialmente, dentro do Projeto Turis, uma preocupação com a degradação ambiental, uma vez que uma das bases para a atividade turística é a natureza. Entretanto, a despeito dos gastos na elaboração do projeto, a Embratur abriu mão em um prazo inferior a dois anos após sua apresentação. A construção da Rio-Santos aterrou cerca de 70 praias e a preservação não se impôs frente à especulação provinda da construção da estrada e aos impactos dela mesma (SIQUEIRA, 1989).

Diversas áreas do município haviam sido destacadas no final dos anos 1950 como áreas prioritárias para regularização fundiária e Reforma Agrária, através do Plano de Ação do governo Roberto Silveira. O Plano tinha como uma das metas a delimitação de terras ocupadas por posseiros que se encontravam em litígios fundiários, e também, a demarcação das terras devolutas. Apesar disso, com a construção da estrada e o governo militar, as ações estatais apontaram uma nova destinação para essas terras, como terras para fins de interesses turísticos.

A rodovia e o decorrente incentivo à exploração turística, proporcionaram uma grave especulação fundiária, com supervalorização dos terrenos, desmatamento, crescimento desordenado, desmembramento de comunidades e profundas transformações no território.

Os interesses imobiliários associados ao turismo e os discursos ambientais espacializados, com a criação de unidades de conservação, reestruturaram a reprodução social, cultural e econômica das populações caiçaras, que foram invisibilizadas na elaboração e realização dos projetos.

"Em curto espaço de tempo, o turismo transformou as bases econômicas do litoral, e é hoje sua principal atividade econômica. Territórios de posse comunitária e centenária foram transformados em terrenos mercantilizáveis, de donos "de longe" e ocupantes de fins de semana, expulsando populações de pescadores e agricultores e/ou transformando-os em empregados – caseiros, jardineiros, operários da construção civil, pilotos de lancha e etc." (VIANNA, 2019, p.71).

Nessa época, explodiram os conflitos fundiários na região, muitos deles violentos. Paraty foi classificado, junto com Angra dos Reis, como o município com maior concentração de conflitos fundiários por posse e uso da terra do estado, entre 1970 e 1984. Embora diversos registros oficiais identificassem grande parte do território de Paraty como devoluto, reiterados títulos de terra fictícios e irregulares foram utilizados para expulsar famílias caiçaras das terras que habitavam e de onde tiravam sua subsistência (VIANNA, 2019).

Esses diferentes conflitos possuem alguns elementos comuns e que remetem ao histórico de ocupação e ordenamento da região como um todo. Comumente são populações caiçaras moradoras da região há centenas de anos, com o domínio de suas terras estabelecido através de posses, o que os deixou em uma situação jurídica de insegurança territorial; paralelamente, o domínio privado se estabelece com grandes extensões de terras e com

documentação imobiliária questionável (ABIRACHED, 2011). A atuação desses agentes particulares é alinhada a movimentos especulativos e de exploração turística da região, que levam à expulsão das famílias residentes nesses territórios, muitas vezes de forma violenta, e à ressignificação desses lugares a partir da lógica do capital. Esses conflitos ilustram também uma outra face da repressão do regime militar, a omissão do Estado em relação à violência privada e ao processo de expropriação das terras pelo capital imobiliário e turístico.

Coação, ameaças por seguranças armados, soltura de gado e búfalos nas lavouras caiçaras, impedimentos à livre circulação, queima de casas e equipamentos comunitários, estupros, violência física, decisões judiciais questionáveis, falsificações de documentos, procurações falsas são algumas das formas de pressão que apontam a existência de uma estratégia articulada entre os grileiros e as várias formas do capital imobiliário e financeiro no território, apoiados pelo Estado através do Poder Judiciário, dos cartórios, vereadores, da polícia e, durante certo período, de órgãos de representação de classe como o próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRAUCH,



imagem 2.
manifestação de caiçaras em luta por suas terras

fonte: arquivo IHAP, s.d.

2020).

Com a expulsão de suas terras, muitas famílias caiçaras migraram para as cidades, em terrenos de menor valor imobiliário, onde muitas vezes não tinham condições de manter as atividades agrícolas e pesqueiras. Esse tema será objeto dos levantamentos apresentados mais adiante neste trabalho. A possibilidade para muitas famílias foi se integrar de forma subordinada à nova economia local da cidade. Esse movimento levou à desorganização do modo de vida tradicional, criando outras formas de relação social (DIEGUES, 2004). A desterritorialização implicou num reterritorialização, como nos termos antes vistos de Hasbaert. Nesse mesmo período, cresceu o número de condomínios, loteamentos e casas de veraneio, levando também a um movimento de migração de trabalhadores de outras regiões, também contribuindo para o crescimento dos bairros populares em torno da cidade. Crescem então as construções em áreas ambientalmente frágeis e alagadiças, como é o caso dos bairros populares do Parque Mangueira, Chácara da Saudade e Ilha das Cobras (como se vê na imagem 3, de 1978), tornando-se bairros bastante adensados. Nas imagens 4 e 5 é possível notar o crescimento, de 1959 a 1985, em torno do centro urbano de Paraty.

imagem 3.
bairro da ilha das cobras, em 1978

fonte: frame do filme
“vento contra”



imagem 4.
foto aérea de paraty,
1959

fonte: veloso (2013)

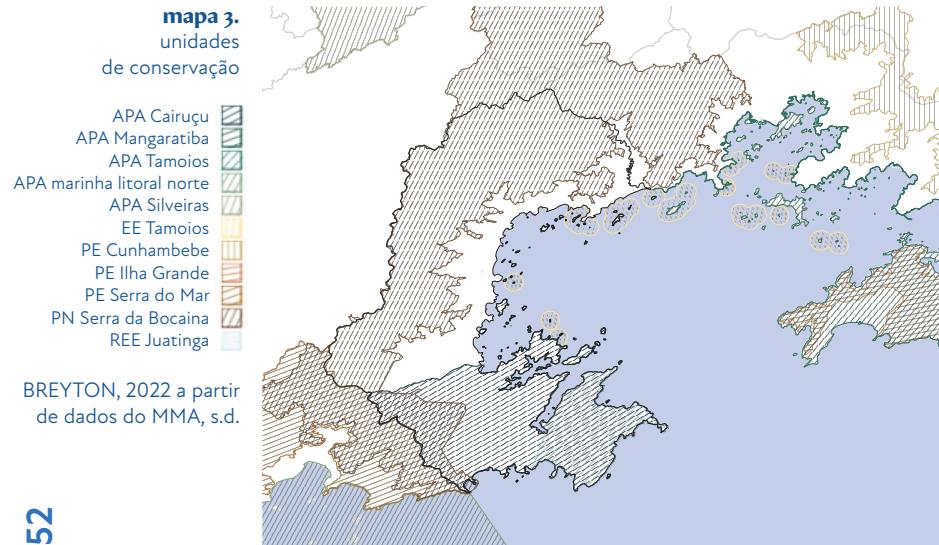


imagem 5.
foto aérea de paraty,
1985

fonte: veloso (2013)



Ainda no início dos anos 70, foram criados na região, o Parque Estadual da Ilha Grande e o Parque Nacional da Serra da Bocaina e, no fim da década, o Parque Estadual da Serra do Mar e o Parque Estadual da Ilha Anchieta. Na década seguinte, ainda durante o regime militar, foram criadas a Reserva Biológica da Praia do Sul e as Áreas de Proteção Ambiental de Tamoios, Cairuçu, da Baía de Paraty e Silveiras. Em 1987, foram criadas a APA de Mangaratiba e a Estação Ecológica Bananal e, após a promulgação da nova Constituição, a Estação Ecológica de Tamoios, a Reserva Ecológica da Juatinga, o Parque Estadual Cunhambebe e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro. As unidades tiveram um papel paradoxal, pois ao mesmo tempo que possibilitaram um freio no processo de parcelamento e apropriação das terras pelo mercado imobiliário, se sobrepuíram, sem consulta, às populações tradicionais preexistentes no território, causando uma série de conflitos devido a visões mais preservacionistas que inibem parte das práticas tradicionais (VIANNA, 2019). Muitos apontam inclusive o papel dessas unidades de conservação como uma segurança de manutenção da paisagem para o tu-



rismo.

Diversas foram as formas de resistência e organização das populações caiçaras frente a esses processos de espoliação de seus territórios. Em busca da permanência, populações fizeram desde atitudes mais individuais de permanência nas suas residências até ações mais coletivas e organizadas. Destaca-se a articulação e ação de alguns advogados militantes pela permanência das populações tradicionais na terra, como Heráclito Fontoura Sobral Pinto e Jarbas Macedo de Camargo Pentead, que atuaram tanto na defesa jurídica quanto na formação política dessas comunidades (FEITOSA e SILVA, 2015). A criação de organizações, como a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, a articulação com agentes externos, como estudantes, a presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), sendo este último disputado pelo Estado e pelo empresariado, tendo um papel dúbio em alguns dos conflitos.

Em 1983, através de uma articulação entre a CPT, o STR e a FETAG - Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro, ocorreu a desapropriação das fazendas de São Roque, Taquari e Barra Grande para fins de Reforma Agrária. Strauch (2020) aponta que com a ausência do INCRA nas áreas de assentamento, muitas famílias venderam seus lotes a particulares com interesses diversos, como atividade comercial, turismo, lazer, especulação imobiliária, transformando a configuração desses assentamentos.

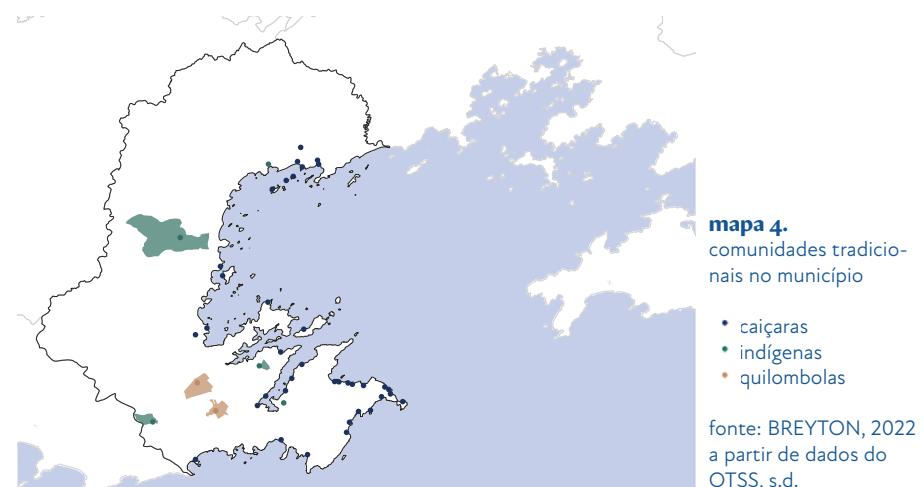
Em 2010, os dados do Censo demonstram que a população urbana do município ultrapassou a população rural. A maior densidade populacional estava no núcleo urbano central, mas há também uma série de núcleos urbanos esparsos no eixo da rodovia Rio-Santos e uma série de núcleos urbanos ao longo das bordas fluviais e

marítimas. Dados da dinâmica populacional de 2000-2007 (VELLOSO, 2013) demonstram a dispersão do núcleo-sede para as periferias. O Bairro Histórico e seus arredores imediatos tiveram um crescimento negativo e nos bairros com infraestrutura mais precária houve um crescimento considerável. O mapa da violência de 2012, do Instituto Sangari, classifica a cidade em quarto lugar no ranking de homicídios no Rio de Janeiro. Configurou-se então uma segregação socioespacial considerável. No Mapa da Violência de 2016 elaborado pela Flasco (Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais), Paraty aparece como a cidade do Rio de Janeiro, com a maior taxa percentual de homicídios por arma de fogo por habitante.

Paraty destaca-se hoje como um dos principais destinos turísticos do estado do Rio de Janeiro e um dos 65 destinos indutores do turismo do Brasil, segundo o Ministério do Turismo. O turismo, que é atualmente o motor da economia local, chega às periferias de forma indireta e subalterna. Os bairros populares são invisibilizados pelo turismo, apesar de reunirem parte significativa da cultura tradicional local, uma vez que foram constituídos em sua maioria pelos caiçaras espoliados de suas terras.

Em 2019, Paraty foi reconhecida como patrimônio misto pela UNESCO, ou seja, integrando simultaneamente o patrimônio natural e cultural. No reconhecimento de Paraty enquanto Patrimônio Mundial foi importante o quinto critério de avaliação utilizado na escolha dos locais pela ONU, que estabelece que o local deve ser “um excelente exemplo de assentamento humano tradicional, uso da terra ou uso do mar que é representativo de uma cultura, ou culturas, ou interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele se torna vulnerável devido ao impacto de mudanças irreversíveis.” Para tal, as comunidades caiçaras, assim como as comunidades indígenas e quilombolas existentes no território,

são um fator de peso. O mapa 4 destaca essas populações tradicionais no território. É importante destacar que diferentemente de outros patrimônios mistos presentes na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco, no caso de Paraty a proteção se estende a uma cultura viva, portanto, é importante a preservação também da imaterialidade, expressa nas práticas sociais e nas tradições e a execução de instrumentos de garantia de permanência no território tradicional.



03

do recorte



Depois de uma compreensão mais geral do processo histórico de formação socioespacial do município, focaremos nos processos relacionados ao conflito fundiário em São Gonçalo e São Gonçalinho, área de estudo mais focada deste trabalho. O conteúdo exposto neste capítulo será complementado no capítulo seguinte através dos depoimentos dos comunitários entrevistados, que darão um contorno mais definido do que esses processos significaram para as pessoas atingidas.

mapa 5.
localização são gonçalo
e são gonçalinho

BREYTON, 2022



mapa 6.
são gonçalo, são gonçalinho e o sertão

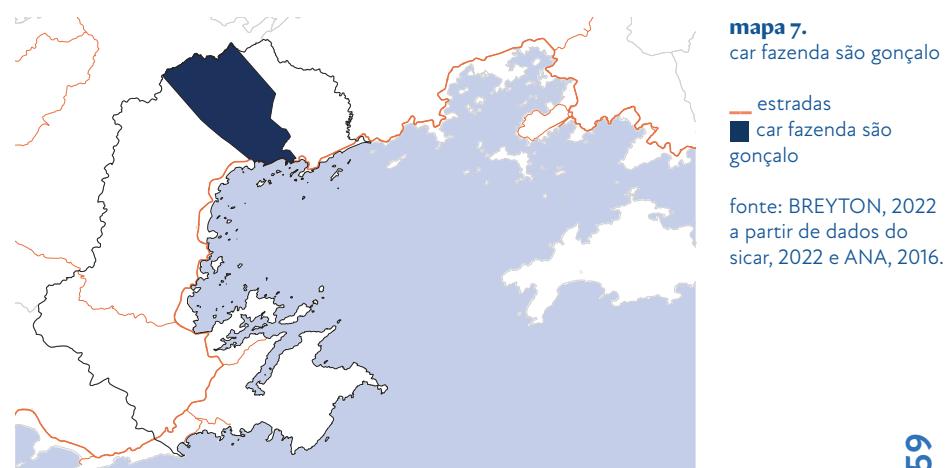
fonte: google earth,
2022



São Gonçalo e São Gonçalinho ficam situadas na costa norte do município de Paraty, entre os bairros de Tarituba e Taquari, a 32 quilômetros da cidade de Paraty. Há conflitos fundiários nessas localidades, envolvendo os comunitários e a empresa White Martins S/A desde antes da década de 1970, intensificados a partir da construção da Rio-Santos.

Por volta de 1936, a área, já habitada há tempos pela comunidade caiçara, foi comprada pela White Martins, que foi progressivamente buscando estender seu território. A presença da empresa, a partir desse ano foi intermitente e a presença mais continuada e definitiva se estabeleceu durante a construção da Rio-Santos. (FEITOSA e SILVA, 2015)

Apesar de inconsistências claras na documentação, a empresa se dizia dona legítima da área e inclusive das áreas de Marinha e acrescidos de Marinha. Siqueira (1984) aponta que uma das inconsistências mais claras é no caso das terras de São Gonçalinho, em que existia, no cartório de Paraty, um inventário datado de 1845 onde estavam registradas essas terras em nome do capitão-mor Antonio José Pereira da Cruz e de sua esposa, Ana



Maria Lapa e que foram passadas à Fazenda Nacional como pagamento de impostos atrasados desse capitão. Portanto, pelos documentos, as terras passaram a ser da União.

Em 1940, através do preposto Oséas Martins de Almeida, a empresa reforçou suas tentativas de expulsão dos moradores. Nesse momento, a White Martins tentou incorporar outras terras à sua propriedade, entre Tarituba e Iriri-Guassu e comprou algumas posses com a intenção de fabricar alcatrão de madeira. As compras de posse não foram feitas de forma mansa, foram recorrentes casos de espancamento, perseguição e expulsão dos moradores locais. Além das inúmeras pressões, a novidade frente à mercantilização da terra foi um fator de peso para os caiçaras, que estavam pouco acostumados com qualquer transação comercial de terras (FEITOSA e SILVA, 2015)

A partir da construção da BR, a empresa reforçou suas tentativas de expulsão e intimidação dos moradores locais. Em 1972, a White Martins contratou um policial carioca, Ciro Machado, que exercia uma atuação bastante ostensiva de intimidação dos posseiros. De acordo com depoimentos, “portava todo o tempo arma na cintura e afirmava ser pago pela White Martins para ‘limpar a fazenda de posseiros’” (Fetag/RJ, 1981 apud FEITOSA e SILVA, 2015). Há registros de agressão por parte de Ciro Machado aos membros comunitários José Franquelein de Oliveira e José Evaristo, em 1975. No mesmo ano, o policial, pago pela empresa, assassinou os moradores Amâncio Bonifácio da Cruz e seu filho, Vitório. Mesmo defendido pelos advogados da White Martins, Ciro Machado foi condenado a 33 anos de prisão. Não foi preso ou investigado nenhum mandante do crime (FEITOSA e SILVA, 2015).

Logo, a empresa o substituiu por outro jagunço, conhecido como Pedrão. Segundo denúncias do Relatório da

Fetag, este foi responsável pela derrubada da casa de uma família local e de uma obra da prefeitura na comunidade (Fetag/RJ, 1981 apud FEITOSA e SILVA, 2015). Havia também intimidação de circulação e proibição de cuidados nos roçados.

Paralelamente às investidas mais violentas dos jagunços, a empresa tentava propor contratos de comodato ou de cessão de direitos possessórios, mas sempre “dando o que bem entendia pelas terras”, como colocou Jair da Silva (SIQUEIRA, 1984). Essas tentativas ocorriam de maneiras bastante coercitivas, combinadas às ameaças dos jagunços e falsas ações de reintegração de posse. Além dos jagunços contratados pela empresa, alguns guardas florestais do IBDF atuavam para defender os interesses da White Martins.

Em 1974, o Jornal do Brasil já alertava a especulação imobiliária advinda da construção da Rio-Santos e sua ligação com uma série de conflitos fundiários no local. Em uma matéria intitulada, “Especulação imobiliária já atinge com a Rio-Santos todo o litoral Sul Fluminense”, discutia-se a valorização das terras, sobretudo no município de Paraty, e os conflitos de documentação, grilação e destruição da paisagem.

“Enquanto as empreiteiras concluem a estrada - entre Angra e Paraty faltam 10 quilômetros para terminar o asfaltamento - contribuindo para a atração, os dois cartórios municipais trabalham para colocar em dia as escrituras. Os oficiais não sabem com exatidão o número de escrituras que passam por eles mensalmente, calculando uma média de 40, sem qualquer embaraço.

Sabe-se que os maiores proprietários de terras cada vez adquirem mais propriedades. São eles: a família Masset - o maior proprietário de

todo o sul fluminense; o industrial Gibrail Nubile Tannus, nascido em Parati; o banqueiro Muñhões; a empresa White Martins; o comendador Jamil; o Grupo Brascan; a Sra. Maria Braga, representante do Grupo Sanches Galdeano; e o banqueiro Antônio Carlos de Almeida Braga, do Grupo Atlântico-Boavista” (Jornal do Brasil, 21 jul. 1974, p. 22).

Em 1975, o Jornal do Brasil apresentou mais uma matéria sobre a especulação fundiária e os conflitos decorrentes. “Na disputa pela terra lucram os poderosos. Para o caiçara a favela” traz algumas descrições de conflitos, sobretudo de Trindade, dados sobre as sobreposições e explosão no número de matrículas, da escalada de preços. Na matéria, a White Martins é reconhecida por Jair, presidente do STR-Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraty, por ter comprado uma grande extensão de terras em São Gonçalo “por alguns tostões de um proprietário falido” e ser “o terror do município” (TABAK, Israel; FONTES, José Gonçalves. Jornal do Brasil. 1975).

No mesmo ano, em uma outra edição do Jornal, uma matéria sobre as praias da Rio-Santos entre Angra dos Reis e Paraty que não foram soterradas nas obras de construção da BR faz uma menção a São Gonçalo.

“Em seguida duas praias juntas: São Gonçalo e São Gonçalinho, no km 154. Os pescadores afirmam que muita gente tem acampado nas praias largas e de água limpa. [...] A partir de São Gonçalo e por vários quilômetros, placas informam que tudo ali é propriedade da White Martins.” (ALBUQUERQUE, Fátima. Jornal do Brasil, 19 out. 1975, p. 6).

Embora não mencione diretamente o conflito, o trecho acima descreve elementos importantes para sua com-

preensão. De um lado, os “pescadores” residentes da localidade e de outro uma das estratégias de afirmação de propriedade por parte da empresa.

Em 1978, em uma denúncia de Eraldo Lírio de Azevedo, então presidente da Federação dos Trabalhadores no Estado do Rio, publicada pelo Jornal do Brasil, já apareceu a questão da inconsistência documental da White Martins e a compreensão das terras de São Gonçalo como terras devolutas.

“Em Parati, município também prioritário [para a Reforma Agrária], onde imensas áreas de terra que pela tradição foram devolutas, passaram misteriosamente para as mãos de grandes proprietários. O relatório aponta a Companhia Agro Industrial Prainha de Mambucaba, White Martins S/A e Brascan. Para a Federação, Parati e o Município do Estado onde a grilagem de terras mais se desenvolve, pois os grupos se revezam e alteram o nome de suas firmas e avançam mais os limites de suas propriedades. Lembrou o que ocorreu com a grileira Maria Dutra que foi autuada em flagrante pelo Juiz da Comarca quando arrancava folha do livro de Registro de Imóveis.” (Jornal do Brasil, 16 ago. 1978, p. 14)

Em 1979, o jornal A Tribuna descreveu violências sofridas por um morador de São Gonçalo por jagunços da White Martins (A Tribuna, 1979, edição 00158B). O Jornal do Brasil apresentou um relato mais detalhado deste morador sobre o conflito com a empresa. O relato foi exposto em um Seminário realizado pela Sociedade Amigos de Paraty, Prefeitura, Secretaria de Educação do Estado e IPHAN, com apoio da Fundação Roberto Marinho. No Seminário, que foi pensado para discutir os problemas do patrimônio cultural, meio-ambiente, higiene, saúde,

promoção social, educação e cultura, os conflitos de São Gonçalo, Trindade e Praia do Sono se tornaram o assunto preponderante, através do depoimento de diversos caiçaras que compareceram.

“O que anda acontecendo em Parati”, denunciou um lavrador de São Gonçalo, ‘com o povo tendo que vender suas casas por qualquer preço e de deixar a gente com uma crise de nervos que jamais sabemos como resolver’. Crise de nervos não é metáfora, o Sr Milton Adenahir de Castro ficou mesmo três dias internado na Santa Casa.

Com 35 anos e seis filhos, o Sr Milton nasceu no distrito de São Gonçalo, no km 154 da BR 101, onde hoje vivem 100 famílias de posseiros, lavradores e pescadores. Entre eles está seu avô, Sr. Ponciano Domingos de Souza, de quase 85 anos e mais 100 descendentes - filhos, netos e bisnetos.

Há um ano, para reforçar o que ganha com a plantação de banana, o Sr Milton resolveu construir uma birosca a uns 10 metros da Rio-Santos. Em agosto recebeu ordem de despejo, em ação movida pela White Martins, dona dos 1 mil 200 acres da Fazenda São Gonçalo. O advogado do lavrador o aconselhou então a desmontar o casebre.

Quando desmanchava a birosca na semana passada, o Sr Milton foi visitado por quatro empregados da White Martins, todos de arma na mão, ‘eles começaram a puxar briga comigo, pegaram um facão meu e disseram que se eu quisesse de volta, que fosse ao escritório da Companhia que eles me devolviam o facão na

barriga’.

No dia seguinte, o Sr Milton foi internado em crise de nervos, e hoje diz que se sente imprensado pela empresa e obrigado a aceitar o que ela quiser pela casa onde mora com os filhos, a uns 200m da birosca.

Ele pediu Cr\$ 250 mil, mas a companhia ofereceu Cr\$ 50 mil.

‘Se o advogado do sindicato não resolve o caso’ diz o Sr José Viriato da Silva, seu sogro, ‘a gente vai para outro advogado, por que o direito está na lei e a gente não sabe fazer outra coisa para viver, não pode ficar sem a lavoura e sem a casa’. D. Martana, mulher de Sr Milton, tira da bolsa um cartão. ‘Esse moço aqui, veio ver a gente semana passada e disse para vender a casa de qualquer jeito’. O cartão é do procurador do Estado, Jair Torres Soares.” (Jornal do Brasil, 1979, edição 00148)

As violências no local não terminaram na década de 1970. Em 1981, um levantamento do STR sinalizou que 92 famílias no local sofriam ameaças pela polícia contratada pela empresa, quando buscavam expandir suas áreas de cultivo. Houve nesse ano a invasão da casa de Almir Gomes de Souza, um dos caiçaras, por quatro policiais e dois homens que se disseram advogados, medindo e fotografando toda a casa. Por fim, ameaçaram a família de morte (FEITOSA e SILVA, 2015).

Em 1982, uma matéria do Jornal do Brasil sobre as praias e atrações turísticas entre Coroa Grande e Paraty, descreveu que na Praia de São Gonçalinho: “uma cerca impede o acesso dos visitantes e placas avisam que o local é de ‘propriedade da White Martins’ “ (Jornal do Brasil,

15 dez. 1982). O impedimento do acesso à praia, ou seja, a tentativa de privatização, foi também uma marca da ação da empresa.

Ainda em 1982, a Tribuna da Imprensa publicou uma longa matéria acerca do crescimento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro e a omissão das autoridades frente a esses conflitos. Segundo a matéria, os atingidos por estes conflitos somavam, no estado do Rio de Janeiro, 40 mil pessoas. Entre a denúncia de inúmeros outros conflitos, apareceu o de São Gonçalo: “Em Paraty a multinacional White Martins também ocupa terras que deveriam estar nas mãos dos trabalhadores rurais” (Tribuna da Imprensa, 11 mai. 1982, edição 09962).

Em 1983, uma nota na Última Hora demonstrou a organização dos posseiros de São Gonçalo em torno da busca pela desapropriação das terras da White Martins. Na nota, havia menção de que o prefeito eleito e o presidente da Câmara Municipal foram ao Conselho de Segurança Nacional que prometeu encaminhar o problema, de São Gonçalo, Barra Grande e Taquari, ao INCRA. Um dos argumentos expostos na nota, em favor aos posseiros, era que as empresas envolvidas não tinham objetivo de ocupação da área, somente interesses especulativos. (Última Hora, 20 jan. 1983, edição 10875).

Um caso emblemático foi o ocorrido com a família de Clarice da Conceição, nascida e criada em São Gonçalinho. Em 1983, ela recebeu uma intimação do juiz de Direito de Paraty, para o conhecimento de que sofria uma ação de despejo por “rito sumaríssimo” movida pela White Martins. A empresa alegava que tinha um contrato de arrendamento rural entre as partes, contrato esse que a empresa anexou na ação. Clarice afirmou não saber assinar e não ter “botado o dedão em papel nenhum, não” (SIQUEIRA, 1984, p. 28). A falsificação de documentos era uma prática recorrente das tentativas de

expulsão dos moradores. Jarbas Penteado, reconhecido por defender os caiçaras em diversos conflitos fundiários da região, sobretudo em Trindade, foi advogado de Clarice e descobriu que o documento de arrendamento apresentado pela White Martins tinha sido assinado a rogo, em 1975, por uma professora que trabalhava em São Gonçalinho, Leci Guedes.

Em entrevista para O Pasquim, em 1983, Jarbas citou o caso e fez um panorama mais geral dos conflitos na região.

“Até a abertura da estrada Rio-Santos o município vivia praticamente isolado. Acesso difícil, não se tinha conhecimento do que ocorria por lá, em termos fundiários. A estrada desencadeia uma grande valorização imobiliária em toda a região.

Inicia-se uma fase de especulação, busca de lucro: vende-se, compra-se, lucra-se, retaliando todas as propriedades. Um verdadeiro boom imobiliário.

Muitos dos proprietários, que nunca tinham ido à região, que lá tinham adquirido terras, com a estrada tiveram, enfim, oportunidade de reconhecer seus imóveis. E descobriram que nestas terras, existiam pessoas, famílias, lá residindo há 30, 40, 50, 60 anos, ou mais. Eram os moradores da localidade. Os caiçaras.” (O Pasquim, 1983, p. 10).

Na mesma entrevista, o advogado relacionou os conflitos fundiários na época com o modelo fundiário brasileiro, desde as Capitanias Hereditárias, passando pelas Sesmarias e pela Lei de Terras. Todo esse processo marcado por divisões de propriedade com escrituras im-

precisas, sem configuração e limites precisos e por uma prevalência da propriedade em favor da posse. Descreveu também as estratégias jurídicas utilizadas pelos proprietários para lidar com os posseiros, destacando três delas, o comodato, o contrato de parceria agrícola e o arrendamento rural.

O comodato era um contrato assinado pelo posseiro em que reconhecia que a terra estava sendo emprestada pelo suposto proprietário, por um prazo indefinido, que era comunicado como perpétuo. Entretanto, através dela, o comodante, no caso a empresa, tinha a possibilidade de notificar judicialmente o caiçara, constituindo uma situação de esbulho do posseiro às terras. O contrato de parceria agrícola se estabelecia quando a empresa oferecia um auxílio para a produção, como burros para transporte, e fazia o caiçara assinar um documento em que era negado todo o passado antes da chegada da empresa de permanência e produção que garantiam os direitos possessórios do caiçara. O arrendamento rural funcionava de forma semelhante ao comodato, ele configura uma cessão de parte do imóvel rural para a produção. Sem saber o seu significado, ao assiná-lo, os caiçaras reconheciam juridicamente que aquelas terras pertenciam à empresa.

“Então os proprietários, num total consenso, verificaram que esses ocupantes estavam criando dificuldades aos projetos arquitetônicos, turísticos e de especulação imobiliária, na área. O que fazer? Cada um, em Parati, usou um tipo de simulação, cada um usou um tipo de fraude aos direitos desses posseiros. Uns prometiam, junto aos posseiros, um documento, um papel reparador, um título de propriedade àquele homem que já lavrava a terra, que ali vivia. Seduzia-o. Acontece que a grande maioria é analfabeta. Não tem capacidade de ler

um documento, muito menos interpretá-lo. [...] Com isso, inúmeras, dezenas, centenas de famílias têm sido despejadas da região de Parati.”
(O Pasquim, 1983, p. 11)

Em 1986, foi registrado na Justiça que o administrador da Fazenda da empresa, acompanhado de militares, intimidava os moradores. No mesmo ano, 16 famílias sofreram uma ação de despejo (FEITOSA e SILVA, 2015).

Na década de 80, muitas menções nos jornais aos conflitos com a White Martins em São Gonçalo e São Gonçalinho recaíam para as atividades da White Martins na fazenda de produção de carvão e plantação de eucalipto. Menções ao desmatamento, “cerca de 120 hectares em pouco mais de dois anos” segundo o Jornal Última Hora em 17 de outubro de 1983, e também ao alinhamento da empresa com órgãos do governo, uma vez que, apesar da Lei de Proteção da Fauna e do Decreto Federal de março de 1966, que converteu Parati, incluindo “rigorosamente a proteção dos remanescentes do patrimônio florestal do município”, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) licenciou o desmatamento. No mesmo artigo, havia também uma parte sobre o conflito com os posseiros e o questionamento dos títulos da White Martins:

“Além de combater o desmatamento, o presidente do Diretório contesta a propriedade da multinacional White Martins na área. Segundo Jair da Silva, se fossem reunidos todos os títulos de propriedade da empresa, nem mil metros seriam somados: ‘no entanto, eles ocuparam dez mil metros aproximadamente, colocando para fora das terras gente trabalhadora, que recebeu indenização miserável, em muitos casos, depois de serem ameaçados por homens deles’.

Com tudo isso, a questão social apresenta consequências de difícil solução. Dezenas de famílias se mudaram para a periferia da cidade. Sem trabalho, passando necessidades, essas famílias vivem agora na Ilha das Cobras e Parque da Mangueira. Enquanto isso, na terra em que plantavam e viviam estão à vista os alicerces de suas casas que foram derrubadas e, em pleno funcionamento, os balões de carvão, onde a madeira das árvores destruídas vão sendo queimadas. Segundo Jair da Silva, das cerca de 150 famílias que moravam na área da White Martins só restam oito.” (Última hora, 17 out. 1983, p. 1)

Em 1984, foram descobertos trabalhadores em regime de trabalho escravo na fazenda da White Martins em São Gonçalo. Segundo as matérias, 160 pessoas trabalhavam em regime de trabalho escravo na plantação de mudas de eucalipto na Fazenda São Gonçalo, 50 deles eram menores de idade. Os trabalhadores, segundo as matérias, tinham sido trazidos de Januária, em Minas Gerais, com a promessa de receberem diárias de Cr\$ 5 mil (Correio Braziliense, 15 nov. 1984, p.8).

Em 1987, começaram a aparecer nos jornais movimentações da White Martins acerca de projetos para a área. A primeira referência é a uma suposta negociação da venda da área para a família Braga, da Icatu Empreendimentos e Participações LTDA (Jornal do Brasil, 1 jan. 1987). No ano seguinte, há citações nos jornais da busca, por parte da White Martins, de sócio para um projeto turístico na área (Jornal do Commercio, 26 mai. 1988).

Em 1988, o grupo Mercantil Internacional comprou as terras da White Martins em São Gonçalo, segundo o Jornal do Brasil, por US\$ 6,3 milhões, para a construção de um hotel cinco estrelas que seria administrado pela

rede Meridien. (Jornal do Brasil, 16 mai. 1990). Em 1990, o Jornal do Brasil publicou uma reportagem alertando que os projetos da Mercantil para região envolviam desmatamento e a continuação do processo de expulsão dos caiçaras, iniciado pela White Martins. A matéria dizia que 160 famílias originais de São Gonçalo já haviam deixado o local, sob diferentes tipos de pressão e a maioria se instalado nas “favelas de Parati”. Segundo a matéria, o projeto seria de um complexo turístico, “cujos detalhes ainda são desconhecidos”, mas que envolveria uma mudança no traçado da Rio-Santos, construindo a estrada variante na encosta da Serra da Bocaína, causando desmatamento e danos aos corpos d’água (LIMA, Roni. Jornal do Brasil, 20 out. 1990). Segundo Jair Silva, presidente do STR, a Mercantil, por não ter pago o valor combinado da compra das terras, teve as terras retomadas pela White Martins. (PAULA, André de. Tribuna da Imprensa, 5 ago. 1999).

No Jornal do Brasil, em 1996, aparecia que o plano da White Martins para o terreno em São Gonçalo envolvia a construção de um super resort. O então presidente da White Martins, Felix Bulhões, dizia que “o turismo ecológico será o grande negócio do resort”. Na reportagem, é exposto o seguinte quadro sobre as pretensões de construção (BARROS, Guilherme. Jornal do Brasil, 19 jun. 1996):

Um superprojeto	
Hoteis	7
Mansões (vilas)	130
Casa geminadas em villages	200
Apartamentos e flats	300
Casas isoladas ou em grupos	500
Bangalôs	100
Lojas individuais	60
Lojas em centros comerciais	60
Marina (50% vendida como vagas)	500

Fonte: White Martins

imagem 5.
descrição do projeto da white martins para são gonçalo

fonte: jornal do brasil,
1996

A White Martins sempre negou as inconsistências documentais e desconsiderou os vínculos dos caiçaras com o local. Siqueira (1984) apresentou um relato de um gerente da White Martins, Júlio Cesar Cassiano, que dizia: “estamos recuperando o que é nosso; queremos apenas que eles (os posseiros) saiam do local porque temos outros planos para a região” (SIQUEIRA, 1984, p. 26). Afirmava também, sobre os caiçaras que: “a maioria, ao contrário do que afirmam, não nasceu no local e sabe perfeitamente viver de outra coisa” (SIQUEIRA, 1984, p. 27).

Para o Jornal do Brasil, a gerência da empresa afirmou que a Fazenda São Gonçalo passou a fazer parte do seu patrimônio em 1921, sendo utilizada por um dos sócios fundadores da empresa, Mark Sutton, dito proprietário anterior das terras, para integralizar sua parte quando a White Martins passou a ser sociedade anônima. Disse também que os moradores eram, na verdade, parentes de antigos funcionários da Fazenda que a empresa manteve produtiva de 1921 a 1939. Ainda afirmou que Ciro Machado foi contratado para prestar serviço de vigilante, evitando novas invasões e que o assassinato por parte de Ciro, contra dois locais, não teve nenhuma relação com os conflitos de terra (LIMA, Roni. Jornal do Brasil, 20 out. 1990).

Para o Jornal O Fluminense, em 1998, quando das suspeitas sobre o atropelamento de um líder comunitário, o Superintendente Jurídico da White Martins, Paulo Novaes, afirmou que a situação fundiária na região era tranquila e que não havia mais caiçaras em São Gonçalo, apenas comerciantes irregulares e operários que trabalharam na construção da Estrada Rio-Santos. (O Fluminense, 18 ago. 1998).

Em 1998, o atropelamento de um dos caiçaras resistentes em São Gonçalo gerou suspeitas por parte dos mo-

radores de Paraty. José Milton de Oliveira, Zequinha, de 51 anos, foi atropelado no acostamento da Rio-Santos, no dia 16 de agosto, por um Opala Branco que teria sido visto na casa de outro líder comunitário na luta pelas terras de São Gonçalo, o pastor Érico Porto da Silva. Segundo uma testemunha, não tendo encontrado o pastor, os homens esfaquearam o tio dele, alegando um acerto de contas (O Fluminense, 18 ago. 1998). Em 15 de junho daquele ano, dois meses antes do atropelamento, José Milton havia feito uma queixa na polícia em que se dizia ameaçado dentro de sua casa. (Jornal do Brasil, 18 ago. 1998).

Em 1999, o pescador Jorge Porto, de São Gonçalo, foi vítima de um atentado. Quando retirava peixes de sua canoa, homens não identificados dispararam três tiros contra ele. Segundo ele e os moradores, a suspeita era que envolvia a disputa de terras. (Jornal do Brasil, 20 fev. 1999).

Como visto, as formas de violência sofridas pelos caiçaras foram as mais variadas. Destrução de lavouras, soltura de gado, perseguição, espancamento, assassinato, falsificação de documentos... As práticas contra os caiçaras ocorreram por via da justiça, como no caso dos advogados e procuradores; por via da polícia, como no caso de agentes policiais, e do IBDF e também da violência direta.

Diversas foram as tentativas de ação dos caiçaras frente às práticas ofensivas da empresa, mas em diversas delas esbarraram em organizações influenciadas pelos interesses da White Martins, que acabaram por se posicionar de forma omissa às violências. Isso aconteceu tanto com as autoridades municipais, quanto com o STR de Paraty. Ao STR, foi solicitado os serviços de dois dos advogados, Antônio Francisco Mayer e Alírio Campos. Os depoimentos dos moradores demonstram que a ação do

primeiro dos advogados era bastante duvidosa. Siqueira (1984) afirma que ele deteve as ações de defesa dos caiçaras e que recomendava aos caiçaras que cobrassem mais pelas suas posses, mas não apresentava a possibilidade de lutarem pela permanência em suas terras, mesmo tendo em mãos o documento que provava que o título da terra era da União. No acordo que fez com os moradores, grande parte deles analfabetos, o advogado ficaria com 20% do valor da venda das posses. A autora também coloca que o advogado trabalhava para o IBDF, do qual conseguiu um financiamento a fundo perdido para a fazenda São Gonçalo, destinado à plantação de eucaliptos. Não foi apenas no caso de São Gonçalo que a ação do STR foi duvidosa, também nos casos de Trindade e Barra Grande essa ambiguidade se fez notável (FEITOSA e SILVA, 2015)

imagem 6.
reunião dos moradores
de são gonçalinho

fonte: siqueira (1984)
autor: fausto campos



O próprio presidente do STR então, Jair Alves da Silva, tinha uma ação ambígua. Nascido em São Gonçalinho e tendo enfrentado os jagunços armados da White Martins, ele tinha confiança de grande parte da comunidade. Mas, segundo o relato do padre Paulo Geurts, nos relatórios da CPT-Comissão Pastoral da Terra, os mandados

da empresa usavam a casa de Jair como escritório disfarçado quando iam ao local (FEITOSA e SILVA, 2015)

Almeida (1997) demonstra que, após toda a repressão, a maioria dos membros comunitários, expropriados de suas terras, migrou para a área urbana, vivendo em condições precárias. O autor apresenta o depoimento de um posseiro:

"A White Martins é uma empresa poderosa e o sindicato defendeu naquilo que pôde, mas não deu para segurar a barra, foi muita pressão, depois chegou uma época que o povo não aguentou a pressão, o povo saiu mais de lá porque a pressão foi muita, teve gente que chegou até a apanhar dentro de casa com a família, hoje está tudo largado, tudo da White Martins, quer dizer, e o povo tá tudo na Ilha das Cobras, na Mangueira, eu conheço uma porção de gente, muita gente de São Gonçalo, aquilo ali era tudo deles, essa beira de praia, cada um tinha seu rancho, eu conheci muitos, tinha seu rancho, pescava, naquela época num deu pra segurar não, a pressão foi muita. Hoje de repente poderia até, hoje em dia as pessoas ainda criticam, não acreditam muito no governo que existe hoje, mas, eu vejo o governo dar força pro trabalhador. ... Mas hoje tem o sindicato, tem associação, tem a CUT, tem vários órgãos de defesa do trabalhador, tem a CPT" (ALMEIDA, 1997, p. 45).

Uma reportagem do Jornal do Brasil, de 1990, descrevia os casos de dois caiçaras de São Gonçalo que também ampliaram o entendimento sobre a dimensão desses processos de desterritorialização. Milton Rodoválio, de 64 anos, nascido e criado em São Gonçalo, com 10 filhos e 22 netos, era um dos poucos moradores que ainda re-

sistiam no local.

“Na época, recorda ele, a empresa White Martins se dizia proprietária das terras da região e, ‘com a ajuda de um segurança armado (o policial militar reformado Ciro Machado), fazia pressões para que as famílias de lavradores assinassem contratos de arrendamento com a empresa. O Ciro dava surra em muitas pessoas e acabou matando a tiros dois lavradores’.

[...] ‘Eles prometiam que o lavrador, se fizesse um acordo financeiro para sair daqui, teria uma vida muito melhor em Parati, vivendo do rendimento ganho. Hoje, está todo mundo jogado fora, sem dinheiro e vivendo nas favelas da cidade. As filhas de uma prima minha até se prostituíram’ (LIMA, Roni. Jornal do Brasil, 20 out. 1990, p. 6)

Embora continuasse em seu terreno, de 484 mil metros quadrados, por conta das ações judiciais movidas pela White Martins e pela Mercantil, Milton estava impedido de cultivar até as ações serem julgadas.

“Embora Milton espere um desfecho favorável na Justiça, as primeiras decisões não o beneficiaram. No fim de outubro de 1989, topógrafos e empregados da Mercantil estiveram em suas terras, para estudar o traçado de uma futura variante da Rio-Santos. Foi aberta uma grande picada na mata, mas Milton impediu que o trabalho continuasse. No dia seguinte, a empresa impetrhou uma medida cautelar na comarca de Parati.

No mesmo dia, o juiz José Jayme Santoro concedeu liminar à empresa e o lavrador foi obriga-

do a permitir que o trabalho prosseguisse. ‘Foi um fato inédito de rapidez da nossa Justiça, digno de constar do livro de recordes Guinness’, comenta com ironia o advogado do lavrador, Antônio Francisco Maia. Ele lembra que uma ação de usucapião de parte das terras de Milton está correndo na mesma comarca há sete anos, sem ser julgada” (LIMA, Roni. Jornal do Brasil, 20 out. 1990, p. 6).



Milton, de 64 anos, não pode cultivar suas terras e vive de pescar e fazer redes

O outro caso é de Dalgisa Maria da Conceição, de 68 anos.

“Pagando aluguel por um cubículo de oito metros quadrados na favela da Ilha das Cobras, em Parati, onde mora com a filha e quatro netos, Dalgisa chora, ao lembrar o passado em sua antiga casa. ‘Meus irmãos, minha família, foi todo mundo despachado de lá’, contou ela.

Dalgisa disse que, por volta de 1972, com a morte de seu marido, sofreu intensa pressão

para sair de suas terras. Para amedrontá-la, o ex-policial militar Ciro Machado - condenado por matar dois lavradores - chegou a picotar as paredes de sua casa a machadadas. Ela conta que, certo dia, um empregado da White Martins obrigou-a a deixar a impressão de seu polegar (Dalgisa é analfabeta) num documento. Mais tarde, diz ela, descobriu que havia passado o direito de posse para a empresa.

'Me botaram na sua sem direito a nada. Foi uma tristeza, que chorava feito criança' disse, mais uma vez chorando. Com 'alguns cruzeiros' que recebeu na época, como ajuda de custo. Dalgisa comprou um pequeno barraco em Parati, derrubado há cinco anos por uma enxurrada. Hoje a ex-lavradora, doente, quase sem poder levantar-se, vive na favela 'Sinto muita falta da roça. Agora, é essa tristeza danada', disse" (LIMA, Roni. Jornal do Brasil, 20 out. 1990, p. 6).

imagem 8.
dalgisa conceição e
família em sua casa na
ilha das cobras

fonte: jornal do brasil,
1990



Dalgisa, de 68 anos, que tem uma filha e quatro netos, mora com eles numa favela

Em 2003, moveu-se uma ação discriminatória abarcando São Gonçalo e São Gonçalinho (Ação Discriminatória N° 2003.041.001433-9). A ação incide em uma gleba de 10.783 hectares, sendo 90% desses dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina. A partir dos levantamentos do Iterj em uma série de processos administrativos, o Estado defendia que havia uma série de lacunas na cadeia sucessória e dominial, que levam a considerar as terras como devolutas.

"A tese defendida pelo Estado é que os diversos títulos fundiários de terras e sortes de terra adquiridos entre 1918 e 1921 pelo inglês Mike Sutton, que depois integralizou esse patrimônio na empresa White Martins Sociedade Anônima, não retrocedem àqueles pela primeira arrolados nos registros paroquiais de terras da década de 1850. Ademais, mesmo se admitindo a legitimidade desses títulos (afinal, os registros de terra no Brasil são tradicionalmente deficientes), os memoriais descriptivos delimitam uma área inferior à que White Martins efetivamente veio a ocupar. Assim, enquanto a White Martins se arrogava uma testada contínua à linha de preamar com 7.136 metros, os títulos resultavam em 1.905 braças (cerca de 4.191 metros) descontínuos" (http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/terras-devolutas)

A ação discriminatória é uma das únicas duas ações do tipo no estado do Rio de Janeiro. A outra também corresponde a uma área no Município de Paraty em que grileiros ameaçaram uma comunidade tradicional caiçara, a Praia do Sono. O ITERJ descreve dois motivos para a exiguidade de terras devolutas no estado do Rio de Janeiro.

“A primeira, a falta de meios técnicos, registros cartoriais fiáveis e pessoal qualificado para empreender a colossal tarefa de discriminar e demarcar terras num país continental como o Brasil. O segundo, a própria metodologia que se adotou para os levantamentos que fundamentariam os registros fundiários: como regra, eram os particulares que, perante o pároco, declaravam o que e quanto lhes pertencia e se conheciam terrenos devolutos nas imediações. Obviamente era do interesse dos particulares, seja o latifundiário rico, seja o pequeno posseiro pobre, em negar a existência de terras que nunca tivessem sido apossadas. Consultando os livros que registraram a correspondência entre o Presidente da Província fluminense e os diversos encarregados do levantamento fundiário patenteia-se que, além de raras, as terras devolutas, quando mencionadas, são logo alienadas em favor dum peticionário” (http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/terras-devolutas).

Por volta de 2005, segundo informações do ITERJ, a White Martins vendeu as terras para a São Gonçalo Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos Limitada. Em 2018, essa empresa propôs um acordo para a extinção da ação discriminatória e ainda hoje vem tentando firmar esse acordo.

Durante a década de 2000, muitas famílias que haviam deixado a praia compraram terrenos no que chamam de Sertão de São Gonçalo, que é a área próxima à praia, mas do outro lado da BR. Além disso, por volta de 2018, algumas famílias retomaram o espaço tradicional da praia com a construção de quiosques. Essa iniciativa foi diversas vezes barrada, com demolições, incêndios e ações judiciais, mas as famílias ainda hoje

batalham pela permanência dos quiosques no local, uma vez que a praia é a localidade em que se concentra hoje todo o interesse turístico e, portanto, a possibilidade de renda. Como veremos através dos depoimentos, no próximo capítulo, esse movimento de retomada não é apenas relacionado à possibilidade de renda, mas ao valor simbólico e subjetivo do território para essa população.

Atualmente, parte da comunidade está organizando comunitariamente roteiros de turismo de base comunitária que, simultaneamente, geram renda às famílias e funcionam como uma ação política de afirmação no território. Essas atividades se configuraram como uma ação política para evidenciar o histórico de luta, os saberes e a cultura tradicional e tirar a invisibilidade com que a comunidade foi tratada ao longo do tempo. É também uma possibilidade de continuação na luta pelo reconhecimento, por parte da sociedade civil e do poder público, de seu território.

Em 2021, os quiosques construídos nesse movimento de retomada foram demolidos pela prefeitura. Se desenha hoje um projeto, junto à prefeitura, de ordenamento do território e construção do que chamam de “Vila Caiçara”, dependendo também do acordo com a empresa que comprou as terras da White Martins. Como não há ainda informações oficiais disponíveis sobre o projeto, esse tema será tratado no capítulo seguinte, através dos depoimentos dos caiçaras.

04

das pessoas



A história de disputas e resistências em São Gonçalo pode facilmente passar despercebida aos frequentadores. Rapidamente o turismo ressignifica o espaço da praia e invisibiliza qualquer história anterior ou qualquer conflito existente. Aos mais atentos, saltam aos olhos, entre a mata, os contornos das ruínas, vestígios da presença apagada dos caiçaras naquele território. Restos de piso, paredes semi destruídas, fossas abandonadas.

As entrevistas apresentadas neste capítulo que guiaram a escolha por essa pesquisa, o reconhecimento da importância dessa história se deu na escuta dos testemunhos que me explicavam não só as ruínas visíveis, mas as disputas históricas e ainda existentes.

As primeiras entrevistas aqui expostas foram realizadas em 2021, em ocasião da elaboração de um documentário, ainda inconcluso, em conjunto com meu irmão, Frederic Breyton e meu companheiro, Tui Anandi. O documentário partiu do interesse de compreender, a partir das resistências caiçaras, os impactos da mercantilização da terra e da especulação fundiária em Paraty e como a partir desses conflitos, se deram formas desiguais de integração socioespacial dessas populações. Nesse momento, fizemos entrevistas com caiçaras de São Gonçalo e de Trindade.

Após essa primeira aproximação, o meu envolvimento com o Diagnóstico Fundiário nas Comunidades Caiçaras da APA Cairuçu - encabeçado pelo ICMBio e executado pela empresa Mineral Engenharia e Meio Ambiente - ainda que não abarcasse a comunidade de São Gonçalo, me deu outra dimensão sobre a extensão e também as particularidades desses conflitos fundiários. Nas 36 comunidades que percorri durante este trabalho, em que realizei, junto ao restante da equipe de campo, entrevistas de casa em casa a fim de obter informações sobre as posses caiçaras de cada família, a questão da terra foi

marcante em quase todos os relatos e as ameaças ao território quase sempre apareciam em contraponto a uma relação muito íntima e particular dos caiçaras com seu território tradicional. Frente a isso, a inexistência de uma política pública específica para o reconhecimento e proteção dos territórios caiçaras, a pouca visibilidade desses conflitos e o avanço da especulação fundiária, sobretudo com um governo que falava em transformar a região da Costa Verde na “Cancun Brasileira”, guiaram minha escolha em estudar um desses conflitos durante o Trabalho Final de Graduação.

É a partir desse ponto que retorno a São Gonçalo. Revisitar aqueles testemunhos colhidos em 2021, agora sob a luz da experiência em outras comunidades, pareceu um tema relevante. O conflito com a White Martins em São Gonçalo, envolvendo inúmeras formas de violência, a maneira com que os comunitários, como são chamados os moradores, me expuseram sua relação com o lugar e a movimentação recente de retomada e disputa pelo território tradicional me apresentaram uma possibilidade de condensar diversas das questões que surgiram durante esse processo. Definido o recorte dessa pesquisa, novas entrevistas foram feitas, incluindo também pontos de vista que ainda não havia me aproximado: dos caiçaras que, a partir das pressões da especulação fundiária, se deslocaram para as periferias do núcleo urbano do Município.

Com os testemunhos apresentados neste capítulo, busco dar visibilidade aos caiçaras de São Gonçalo, suas lutas e suas relações com o lugar. Registrar essas memórias é uma iniciativa de resistir aos apagamentos dessa história, denunciar os processos de desterritorialização, e me unir à luta pela manutenção da ocupação popular num local cada vez mais pressionado por interesses privatistas

As entrevistas aqui expostas serão organizadas por nú-

cleos familiares, assim como foram feitas. O primeiro núcleo é o de Elias e seu filho Fernando, que residem hoje no Sertão de São Gonçalo e possuem um quiosque e um rancho de pesca na praia de São Gonçalinho; o segundo é de Tânia e sua neta Isis, que também residem no Sertão de São Gonçalo e tem um quiosque na praia de São Gonçalo; o terceiro é de Vaguinho, líder comunitário e importante articulador das lutas políticas da comunidade, que reside do Sertão de São Gonçalo; e o quarto é o núcleo familiar de Deco e seus tios Nélio, Carlos e Lydia, que se deslocaram do território de São Gonçalo, residindo os três primeiros na Chácara da Saudade, no núcleo urbano do Município, e a última em São Roque, na área rural.

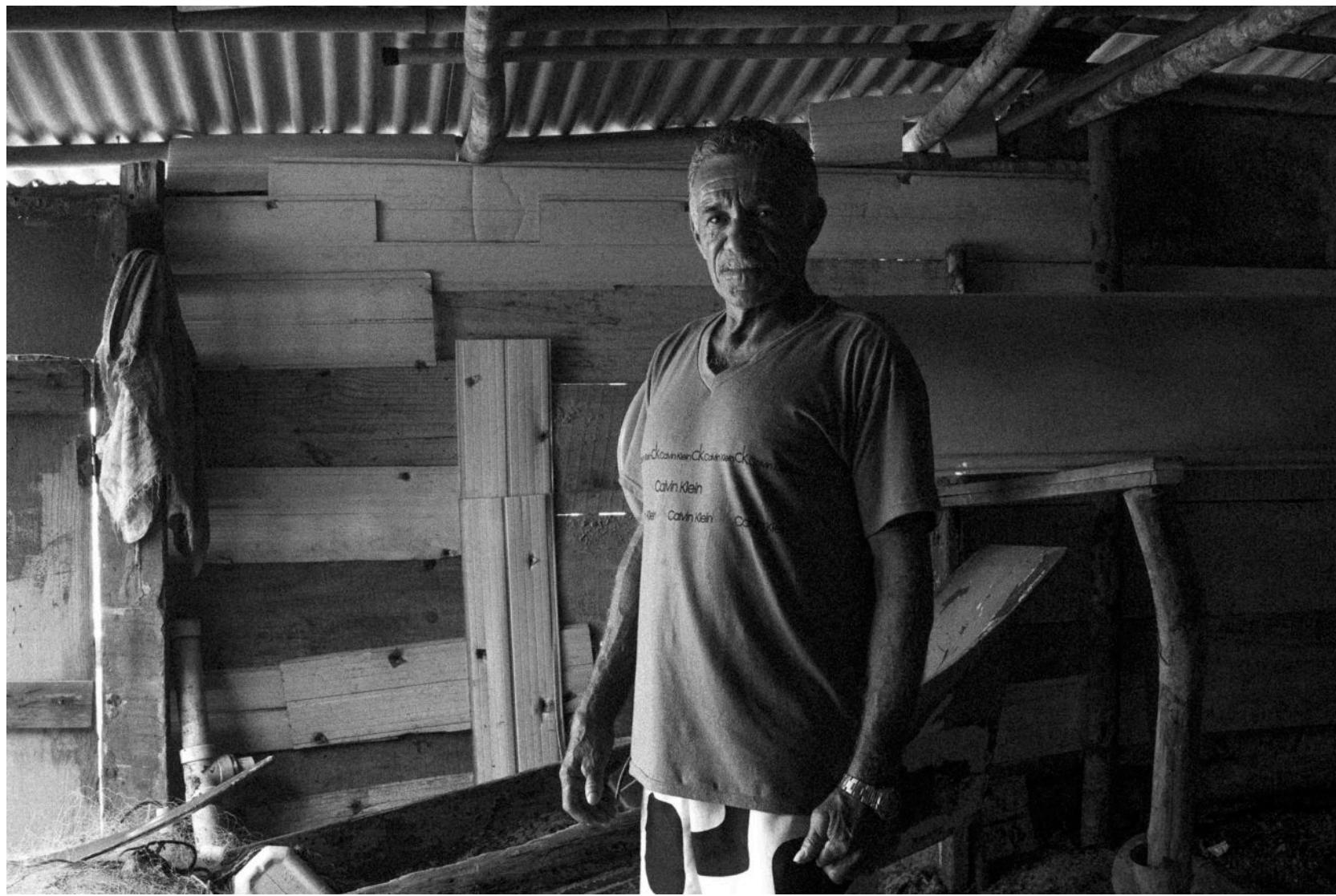
As narrativas serão organizadas a partir de trechos dos testemunhos, imagens e reflexões ligadas ao escopo teórico deste trabalho. A única que não tem imagens em seu relato é Lydia, pois a entrevista foi feita por telefone e não foi possível marcar uma visita antes da entrega deste caderno, razão para também não estar entre o mosaico de retratos da página seguinte.

Os depoimentos enfocam a vida e a configuração espacial antes do conflito, as memórias do conflito, os deslocamentos, os impactos desses deslocamentos, a relação com o território e a estruturação da vida hoje a partir das reterritorializações.



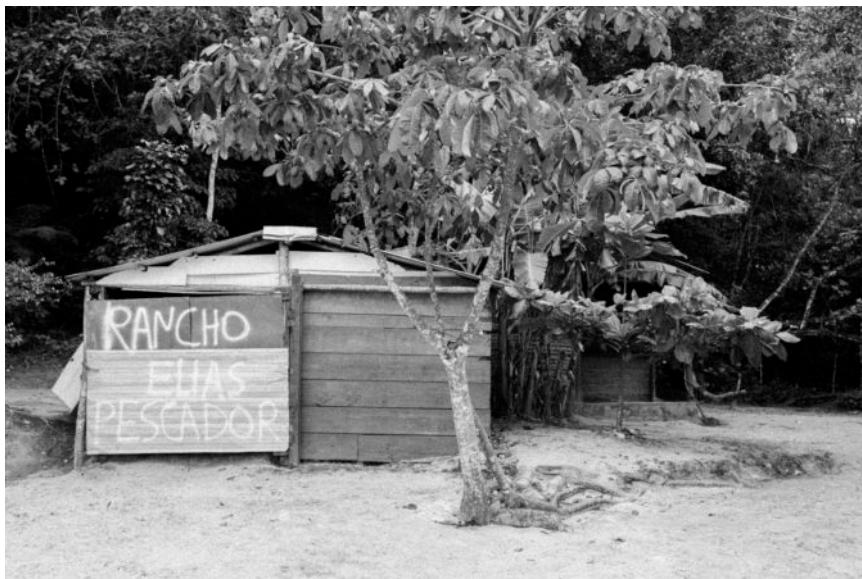
imagens 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.
caíçaras entrevistados.
respectivamente, elias,
fernando, tânia, isis,
vaguinho, deco, nélio
e carlos.
autor: tui anandi, 2021
e 2022

imagem 17. elias em seu rancho de pesca | autor: tui anandi, 2021



4.1. elias e fernando

imagem 18. vista do rancho de pesca de elias | autor: tui anandi, 2022



As informações aqui mencionadas são informações verbais colhidas em entrevistas concedidas por Elias e seu filho Fernando à autora, em 11 de julho de 2021. As entrevistas duraram cerca de 3h e foram realizadas no quiosque dos entrevistados e gravadas em áudio e vídeo.

Elias se identifica acima de tudo como um pescador. Ele mostra orgulhoso o calo grande na mão, “de tanto remar”, “às vezes, pra uma pescaria, é mais de 5 horas remando só de ida”. “Nascido e criado” na praia de São Gonçalinho em uma casa de estuque, Elias hoje mora no “Sertão” de São Gonçalo, do outro lado da BR-101 e tem na praia um rancho de pesca e um quiosque.

Elias rememora saudoso os tempos antes da chegada da estrada e dos conflitos com a White Martins. Os elementos do modo de vida e do território tradicionais caiçaras aparecem em seu relato. A sobrevivência aparece articulada entre as atividades de pesca, agricultura e coleta. É mencionada a técnica tradicional de construção, a taipa, conhecida como estuque, e também as relações

de solidariedade entre os comunitários. Através da memória de Elias é perceptível o quanto a sobrevivência estava vinculada ao território.

“Esses tempos lá no mar eu tava pensando, né. Nós fomos criados com lamparina, não tinha fogão a gás, mas foi uma época que eu tenho saudade, eu tenho muita saudade. Comia peixe com farinha, com café, isso aí era nossa sobrevivência. Meu pai ele pescava e ele tinha agricultura. Que de primeiro, a gente tinha que pescar e ter o alimento tirado daqui. Então era a lavoura dele lá e a canoa dele aqui, que ele tinha um ranchinho aqui. Aí eu acompanhava ele matar cavala, chegava tinha aquele problema, você matava, você não tinha geladeira, tinha que escalar o peixe. Mas era uma época boa, né. Minha mãe falava, quando eu vinha do colégio, ela falava: meu filho, vai matar um peixe para nós comer. Vira essa ponta aqui, a gente pegava pitu na cachoeira e ia pescar. Mas você escolhia o que ia comer. Badejo, garoupa. Hoje em dia você vai ali, nem cocoroca pega mais, acabou tudo.



imagem 19. quiosque do elias | autor: tui anandi, 2022

Essa praia aqui a gente vinha, vinha eu, vinha essas mulheres também. Quando secava a maré, elas cavavam, pegavam tarioba para fazer com arroz, na época. Hoje não pega nenhuma. É porque a gente lembra, né, e fica com saudade. Você vê essas mulher crente, cantando o hino ali, mas catando tarioba, aí botava na panela e levava embora. Hoje não tem mais. Às vezes quando os caras ia fazer uma casa dessas de estuque, aí eles fazia um café de garapa de cana com peixe seco, às vezes com aipim, biju e a gente ia ajudar embarreirar a casa, casa para morar 5/6 pessoas, né. Era divertido e hoje já não existe mais isso. Eu fiz essa aí de estuque, esse barraquinho aí, e quantas pessoas ‘ah, essa casa de taipa, já morei nisso aí’. Eu falei, eu fui nascido e criado, não morei não. Só fica a saudade né.”

A chegada da estrada e a especulação fundiária decorrente marcam a vida de Elias, assim como marcaram dos outros moradores. De sua forma, ele pontua elementos do que Harvey reconhece como o processo de acumulação por espoliação, a partir da mercantilização e da privatização da terra e da expulsão forçada das populações residentes. Na fala de Elias aparece o quanto é a partir da entrada desses novos agentes que vieram com a estrada que a terra passa a ser lida como mercadoria.

“Olha eu creio que mudou por causa do seguinte, enquanto não passou essa estrada aqui, isso aqui era um deserto, só pescador e lavrador. Aí passou a estrada, quer dizer que caiu o valor da moeda, o que que fez a White Martins? Veio para cá, vamos indenizar aquele povo que tá lá, que não sabe o que que é dinheiro, e nós toma conta. Mas é isso mesmo, o dinheiro que fez isso tudo aí, é o dinheiro. É o poder dos grandes, né. Aí expulsa os pequenos. É o pessoal daqui, que eu tô falando para você que nunca viu polícia na porta na época, entendeu. E então é isso, assim que asfaltaram essa estrada chegou o pessoal aqui. Fisgando as costelas de um, fisgando do

outro, porque? Para expulsar da terra. Cresceram o olho. Porque para eles isso aqui é o ouro de Paraty a Angra dos Reis. Mas para nós isso é mais valioso que qualquer dinheiro, qualquer dinheiro. Nós moramos aqui, meu pai morou ali, de vista para essa área todinha aqui.”

Elias tem várias lembranças do conflito com a White Martins. Na primeira menção ao que recorda do conflito, ele cita o que foi comentado no capítulo anterior, da articulação de Jair Silva, presidente do STR de Paraty, com agentes da Fazenda na expulsão dos moradores. É notável o quanto a justiça e o Estado, nas imagens do advogado, das ordens de despejo, da polícia, são mobilizadas contra os moradores. A relação entre a subsistência, o território e as práticas tradicionais são utilizadas, na época, como justificativa dos caiçaras para sua permanência no local.

“O que aconteceu, os primeiros que chegaram para poder chegar até o povoado para induzir o povoado a sair, chegou o subdelegado que chamava Pedro Rito e Jair Silva, que era a potência aqui de São Gonçalo, né. Então chegou entre os dois e os dois foram fazer as cabeças do pessoal, dos moradores, né. Que geralmente aqui não tinha mais como viver, por causa da Fazenda, a Fazenda queria fazer um acordo com os moradores, aí os moradores não queriam sair: ‘Nós não vamos sair, por causa que nós vivemos da pesca, da agricultura’. Aí o que que eles diziam: ‘Não, mas se não sair vai ter ordem de despejo’. Mas como assim? Aí o Pedro Rito com Jair Silva entrou nessa questão, ‘Por causa que nós tivemos lá na Fazenda, que a sede da Fazenda era ali e se vocês não saírem vai ter o despejo’. Aí o pessoal com medo, o pessoal que nunca tinha visto polícia na porta, né... Aí o subdelegado Pedro reuniu na casa dele lá com Jair Silva, aí muitos com medo, chegaram em um acordo. Pediu um dinheiro, mas na época a Fazenda rejeitava, ‘Não isso tudo eu não dou, eu dou a metade’, aí o cara ‘Eu quero mais, que é mui-

to pouco', 'Mas se você não sair com um pouco, vai sair sem nada, vem o despejo'. Aí teve até uma citação com prazo de 15 dias, se o cara não aceitasse aquela citação, vinha a ordem de despejo. Aí o Jair trouxe um advogado dizendo que era do Estado, mas acabou que era um advogado da Fazenda, da White Martins. Ainda lembro do nome do advogado, Doutor Maia. Os pessoal, coitado, nunca viram polícia, nem advogado na porta né... Aí o Doutor Maia, 'Ah, é do Estado, do Estado', acabando era um advogado da Fazenda. Aí entrava em acordo, entendeu? Nisso foi saindo um, foi saindo o outro, saindo... Aí foi saindo, um foi para Paraty, outro foi pra Santos, foi morrendo e muitos ficaram aqui. E nisso foi se acabando o povo de São Gonçalo, aí eu fui pra Paraty, depois voltei para cá, aí fiquei na minha função de pescador."

Ainda sobre o conflito com a White Martins, Elias pontua uma série de estratégias utilizadas pela empresa para intimidação dos caiçaras, comuns também a outros conflitos fundiários na região. A presença de capangas armados, que utilizavam armas para intimidar e inclusive matar moradores; a destruição das roças de subsistência; a manipulação de documentos e dos acordos com os comunitários; a destruição de casas e a instauração do medo entre os comunitários a partir de exemplos de violência.

"Aí veio, Ciro Machado foi o primeiro capanga que veio para assustar o povo, matou o Amâncio e o Vitório naquela curva ali, sobre o negócio de Fazenda mesmo. Depois, a Fazenda vendeu para essa Mercantil, veio Zé Cruz, que já trabalhava na White Martins e aí migrou para Mercantil. Aí era cara que andava armado com pistola, então foi apavorando o povo, uma pressão em cima do povo, e o povo foi embora. E foi o que aconteceu aqui em São Gonçalo, que tinha muito morador, tinha muito morador..."

Debulia, eles debuliam as roças. Aliás, digamos assim, o meu pai vendeu ali, sob pressão, ele vendeu. Mas aí assinava, eles pegavam o bananal de 1700 pés de banana lá em cima, entendeu? Era assim que funcionava o negócio. A casa se você não saia eles derrubava em cima, aí saia eles metiam a marreta e botava embaixo. Aí fazia aquilo com um, o outro já ficava com pé atrás, 'Pô, vai vir a ordem de despejo e a gente vai embora sem nada?'. Aí por fim entrava em um acordo com a Fazenda, entendeu, e saía fora."

Na época, o pai de Elias, sob as pressões, resolveu vender a posse. "Então a gente, a gente de primeiro não podia questionar nada, né. O pai bate o martelo, é isso aqui, é isso aqui, a gente tem que seguir ele.".

Elias se mudou com o pai para a Ilha das Cobras, na periferia urbana de Paraty, onde ficou por 5 anos. Quando questionado sobre mais detalhes da vida na cidade, ele diz não se lembrar de nada, só de que pescava no barco de outras pessoas e que passou mais tempo embarcado do que em terra. É interessante notar o quanto esse esquecimento é seletivo, uma vez que da vida antes da chegada da estrada Elias ainda guarda várias recordações. Esse "esquecimento" parece ser aqui uma das marcas do trauma do processo de desterritorialização e da inviabilidade, para ele, de se reterritorializar nesse novo espaço.

Depois de um tempo, Elias conseguiu juntar dinheiro e comprar um terreno no que chamam de Sertão de São Gonçalo, na subida do morro, atravessando a BR. Ele conta que já nesse tempo retomou o espaço da praia para puxar a canoa. Naquele tempo, os capangas da White Martins não o deixavam estruturar o rancho, então mantinha apenas uma cobertura de lona. Com o tempo, Elias cobriu o rancho com telha de eternit, mas até hoje não conseguiu autorização para ligação de luz no local,

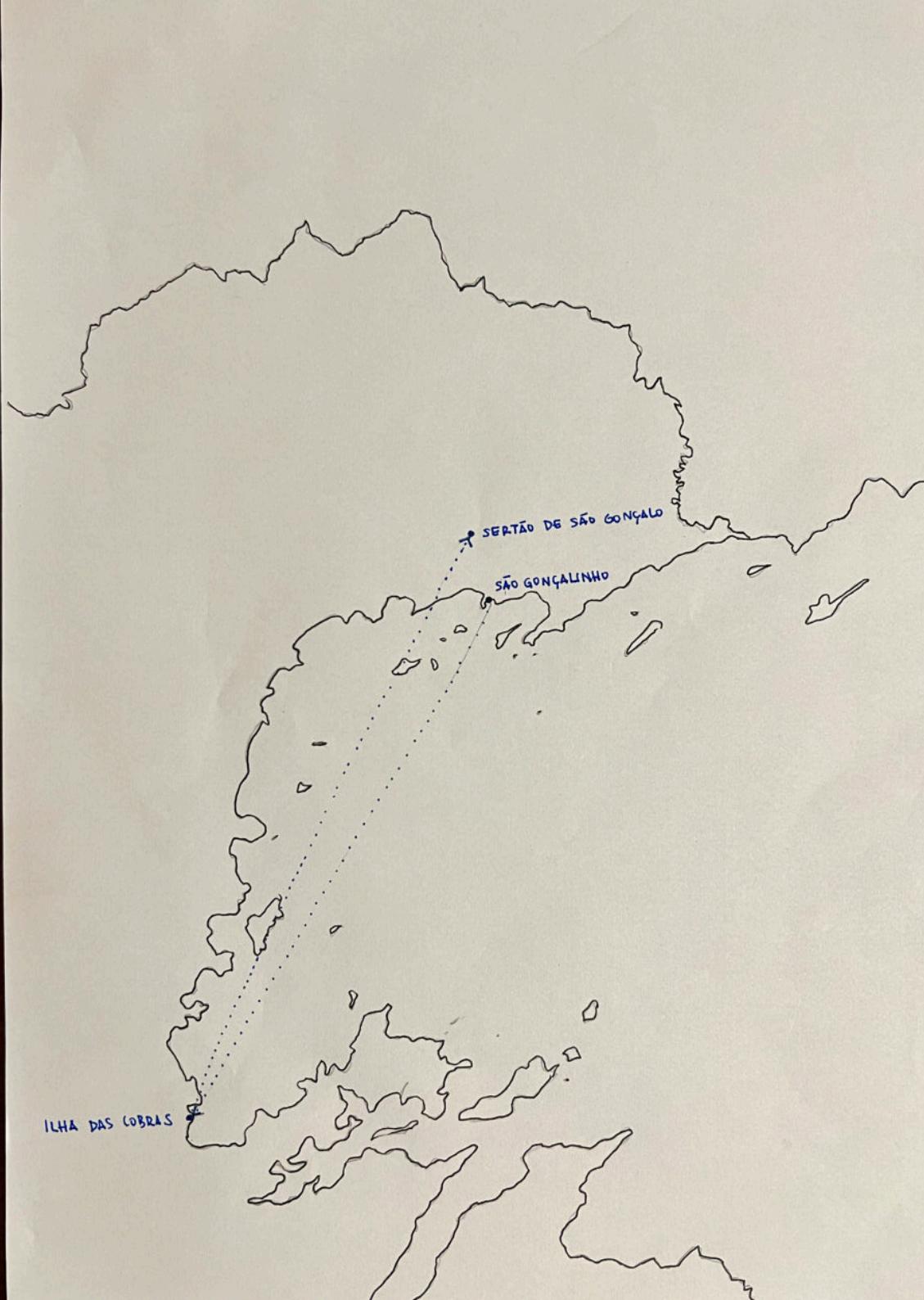


Ilustração 1. deslocamentos elias | elaboração própria

necessária para o manejo de algumas ferramentas que o auxiliariam no cuidado com as embarcações.

“Fiz uma casa no Sertão e já continuei aqui no rancho mesmo, mas que só botava canoa mesmo, porque não tinha como fazer, se você fizesse uma casa, a Fazenda mandava debulhar. Aí depois como eles viram que a canoa tinha muito tempo aí, e era chapéu de sol, plástico que arrebentava, aí que eu botei a telha. Era bicho feio, era brava a coisa.”

Para Elias, o retorno para São Gonçalo e a possibilidade de retomar seu rancho de pesca na praia foram fundamentais. O rompimento dos laços de solidariedade e da relação com o território foram muito impactantes. Na fala de Elias aparece uma expressão muito utilizada para falar dos caiçaras que morreram logo depois de deixar seus territórios tradicionais que é: “morreu de desgosto”. Há ainda de se analisar esses casos, possivelmente associados à depressão causada pela desterritorialização.

“Mas é a vida do caiçara é isso aí. Aqui eu conheci muitos pessoal moradores bom mesmo, pessoal que dividiu o pão de cada dia contigo, que foram embora, um morreu de desgosto de largar isso aqui e viver na cidade, naquele sufoco danado né...”.

A possibilidade de continuar a atividade de pesca é destacada como aspecto fundamental para Elias. Mais do que apenas da pesca, mas da pesca artesanal. Cabe ressaltar também que Elias, durante a entrevista inteira, mencionou várias vezes a importância de uma pesca não predatória, evidenciando essa preocupação e o conhecimento das dinâmicas e do manejo da natureza. A viabilidade de manter uma prática tradicional, ainda que agora utilizada também como fonte de renda, garante a Elias um reconhecimento de seus saberes tradicionais



e também a não submissão a um processo intenso de proletarização.

“E eu continuo aqui, ver o que que vai dar, né? Pescando, criando meu filho, né, agora o filho já tá criado, agora tô com netinho, que até se Deus quiser querer ver aí, se eles sujeitar a minha profissão, eles vão estar pro mar também, né? Graças a Deus que até agora ninguém morreu de fome, lutando com a pesca aí.”

Só deu não ser mandado já é muito bom, né. Muito bom você trabalhar por sua conta. É uma profissão que eu gosto, eu amo a minha profissão, e tenho 56 anos de casado. Amo a minha profissão igual amo a minha mulher”.

Hoje Elias ainda pescava, a maior parte dos peixes vendia para merenda escolar da escola de Tarituba, bairro vizinho. Sua esposa trabalha no beneficiamento da pesca. Elias mostra orgulhoso seu rancho de pesca e sua canoa Ximbica 3, uma canoa tradicional caiçara de cedro, “Essa canoa aqui que é a minha batalha”, ele diz. A Ximbica 1

ainda está guardada no rancho, já muito fina para usar, mas ele a guarda como uma “relíquia”.

Elias reconhece a importância da resistência na garantia pelo direito ao território, ainda que as forças desse conflito sejam muito desiguais. Ao longo de todo o relato de Elias fica claro como a luta pelo território é para ele uma luta por sua história, pelos seus saberes e práticas tradicionais.

“Lutar, é lutar. Você vê, às vezes se você luta, você vence, agora se não lutar... Os caras que não lutaram, foram pra lá e morreram. Os que lutaram ficaram aí, seu Milton Rodovalho, Dona Margarida, esse rapaz que é o Zé Roberto, né. É o que falo para geração que tá vindo agora né, tem que lutar para isso aí.”

Fernando, filho de Elias, aprendeu muito com a história de luta do pai. Também pescador, Fernando continua lutando pela permanência em São Gonçalinho e pela valorização do modo de vida e das práticas tradicionais caiçaras.

Apesar da expulsão dos moradores da praia ter ocorrido quando ainda era criança, ele lembra da configuração do território anterior. A presença das casas e dos equipamentos comunitários no espaço da praia é algo marcante em seu relato. Nota-se que a afirmação do território da praia como território tradicional caiçara é importante pois é o espaço mais disputado. Aqui, como no relato de Elias, a subsistência aparece articulada entre as atividades de agricultura e pesca. Ademais, há o destaque para técnicas e saberes tradicionais, como é o caso do assvio na hora de pescar. A territorialização do modo de vida caiçara aparece através dos espaços reconhecidos entre os elementos do território tradicional: a moradia, a roça, a casa de farinha e o rancho de pesca.



imagem 22. praia de são gonçalinho | autor: tui anandi, 2022



imagem 21. fernando no quiosque | autor: tui anandi, 2021

“O campo de futebol pegava do portão pra lá. Era aqui. A praia, pertíssimo né. O que tá aí, as casas. Aquela casa ali era o alicerce da casa do Marinho, esse senhor ainda é vivo, vive ali em Tarituba que também é uma vila de pescadores. A igreja era logo ali no canto da praia, a Assembleia. Lá na frente nas pedras tem um caminho que tem ainda o lugar de encontro que faziam os cultos, uma vez por semana, de frente pro mar. Ali era também a casa da Domingas.”

“E é um lugar que eu não vejo melhor para se viver. É igual a gente tava falando ontem, da subsistência, o mar é um lugar que você tem o siri, o peixe, você pega um pedaço de isca e aí tem que assoviar. Você tem que botar a isca e assoviar. Isso é uma coisa desde que meu avô. Aquela época era agricultura e pesca. Não existia estra-



imagem 23. ruínas em são gonçalinho | autor: tui anandi, 2022

da, era caminhos. Naquela época meu avô fazia farinha. A praia era cheia de rancho, era rancho ali, ali, ali e as casas um pouco mais pra cima.”

Fernando conta também como essas trocas, estabelecidas na maioria das vezes por via marítima, eram essenciais para a complementação do que era produzido na própria comunidade. Essa afirmação corrobora o que defende Durhan (1973) de que as comunidades caiçaras nunca foram completamente isoladas e auto-suficientes e que estabeleciaam relações de troca com as comunidades e vilas do entorno.

“Era um dia a remo pra ir e voltar pra Paraty, pra entregar farinha. As canoas eram para quatro pessoas ir remando. Angra era mais tempo e lá já tinha comércio. Eles levavam a farinha pronta e traziam a banha do porco, porque antes não tinha óleo de cozinha. O mar, na verdade, como sempre foi assim, desde que nos entendemos por gente, era essa rota de comércio. Levava-se para lá o produto e trazia essas coisas que a gente não produzia. Fora o que se trocava no próprio mar, um tinha carne seca, outro fumo de rolo.”

Quando perguntado sobre o conflito com a White Martins, a primeira coisa que vem a Fernando, criança naquela época, era o que faziam no campo de futebol. Os capangas da empresa cavavam buracos no campo de futebol da comunidade para as crianças não poderem jogar, assim inibiam uma atividade comunitária e de encontro importante e cerceavam o uso dos espaços comunitários.

Fernando reforça que a luta caiçara persiste ainda hoje. Não apenas na questão fundiária, contra os grileiros e a especulação fundiária, mas hoje também nas restrições desmedidas impostas pelos órgãos ambientais e nos impactos da pesca industrial e das atividades turísticas

para os pescadores artesanais.

“Interesse pela terra é o seguinte. A questão de interesse pela terra veio mais essa questão imobiliária, da questão do grande crescer o olho. Você olha só a natureza, a beleza que é, você olha São Gonçalo, é uma coisa de louco, você olha o pôr do sol em São Gonçalo, para mim eu acho que não tem mais bonito igual isso aí. Aí o que acontece, o olho se cresce. E é justamente onde vem a opressão, porque quem tem dinheiro... Quem somos nós para brigar com quem tem dinheiro? Os caras chegam, os caras furaram onde nem podia furar. É que nem eu falo para você, você vai fazer uma varinha, o cara tá na sua porta, o meio ambiente. Se bobear você é preso. E se você for pensar bem, o que acontece, eles chegam, eles têm dinheiro, eles pagam, eles arrancam, eles faz o que quiser.

Aqui, falando de 18 anos atrás, eu vi meu pai matar garoupa de 2kg aqui na frente. Para nós infelizmente e para outros, felizmente, pela necessidade de exploração, sumiu-se tudo. A rede é uma sacanagem. A malha é muito fina. Quando você vê a quantidade de peixe pequeno que morre na rede... Ele pega o camarão grande, o restante joga tudo fora.”

Sobre os órgãos ambientais, fala também do impedimento e das burocracias para retirada de árvores para o feitio de canoas e de como isso corrobora para a perda das práticas tradicionais de pesca.

Em seu relato, ele reforça o quanto a migração dos caiçaras para a cidade é violenta, tanto em termos econômicos, como sociais e culturais. A impossibilidade da execução das atividades de subsistência e das práticas tradicionais, somadas ao rompimento de uma ligação ancestral com a terra aparecem como elementos importantes para compreender os impactos da desterritorialização.

lização. A mercantilização de recursos como o acesso à água e a moradia também é afirmada como um fator de peso na mudança para o meio urbano.

“Nós também temos que ter o nosso sustento, nosso meio de subsistência. E o que é isso? Eu sou pescador, sou caiçara, sou da terra, sou nativo. Mas da onde vem a sua origem? Vem do meu bisavô, do meu avô que passou para o meu pai, que graças a Deus tá passando para mim.

Mas tá acabando, você tira o mar pra ser sua fonte de renda. Mas muitos desistem, porque tá se acabando o peixe. Aí vão migrando, vão pra cidade. Acham que aqui tá difícil, mas aqui tá ainda mais fácil que na cidade. Na cidade desde o momento que você abre a torneira você tá pagando. Aqui ainda tem água, ainda tem formas de você se alimentar e cuidar da sua família. ‘Ah, mas é uma riqueza e quero ter isso.’ Mas a gente que é essa coisa de pescador, de caiçara, você sente na pele que você não precisa de tanta coisa para sobreviver. A gente quer o básico e o básico, ao meu ver, é o que: é você ter acesso àquilo que você pode, ou seja, colher, transformar aquilo, o peixe.

Aí o que que ele vai fazer? Aí surge um trabalho em outro lugar, ele larga a família dele ali e vai para outro lugar, porque ele sabe que todo mês tem as contas, sabe que todo mês tem leite para comprar para os filhos, ele sabe disso né. O caiçara é um povo batalhador, é o que eu falo para você, ninguém sabe o dia a dia de um caiçara.”

Fernando reitera como a migração para os núcleos urbanos inviabiliza a manutenção do que ele reconhece como a cultura caiçara. Para ele, as práticas tradicionais de pesca, apesar de exigirem um esforço, são um trabalho prazeroso em comparação com as possibilidades no meio urbano.

“Caiçara tá passando a ser urbano, vamos dizer assim. Tá fazendo parte de outra cultura, aí aquilo que ele aprendeu lá, que era plantar, era matar um peixe, largar uma rede, bater um lanço, coisas que o caiçara faz, ele já deixa de lado. Como você vai fazer isso na cidade? Cidade, se você vai para lá e você não tiver uma casa própria, você tem que pagar aluguel. Do jeito que as coisas estão hoje em dia... Aí aquele lado da pesca, que dizem que é um lado difícil. Mas quando você bota a cabeça no travesseiro, quando você pensa ‘o dia hoje foi bacana’, aí começa a lembrar, foi bom ter cercado aquele pedacinho lá que eu matei tantos quilos de bagre, matei tantos quilos de pescada. Passei lá vi o cardume de peixe. Aí se torna prazeroso... Meu pai tá aí, meu pai cerca o peixe, mata e gela. Se você ver a canoa, vou te mostrar, você não acredita que meu pai faz tudo naquela canoa ali. Agora, é uma forma que desde os 14 anos ele aprendeu a lidar com isso. Agora tira ele daqui e bota na cidade... Vai fazer o que na cidade?

Você pergunta para o meu pai, para mim, para meus irmãos também justamente a questão de ter que migrar para poder sobreviver e manter a família. Aí o que que acontece, pergunta para ele se eles não querem voltar a retornar, cada um no seu cantinho aqui, matando seu peixe, jogando sua linha, nadando nesse mar, mergulhando... Querem. A questão é que tá se acabando. E vai chegar uma hora, infelizmente, vai se ter só história.”

Fernando, durante toda a entrevista, reforça seu interesse em que a história dos caiçaras seja conhecida para que sejam considerados nas políticas públicas. Ele se vê hoje pouco representado nas estruturas do Estado.

“Tá faltando afeto, de conhecer a realidade. Quem tá lá representando a gente, não sabe quem nós somos, só sabe a estatística. Você conhecer a realidade, pô, como é sua realidade, como você faz para matar um leão por dia.

Mas você vai procurar, são aqueles povos, não só os caiçaras, mas os quilombolas, os índios, que ficam oprimidos. Aí você fala mas oprimido, como assim? Não é oprimido só pela questão dos problemas que você tem entre a comunidade, você fica oprimido pelo sistema, o sistema te opõe.”

Reconhecendo os processos violentos de expropriação, ele defende o retorno das populações tradicionais para as terras das quais foram expulsas, não apenas os caiçaras, mas também os quilombolas e indígenas. Há aqui também uma demonstração do autoconhecimento enquanto população tradicional, com uma relação de ancestralidade com a terra.

“Se você foi dono da terra, se você foi expulso da terra e se há meios de você voltar a adquirir a sua terra. Você é um caiçara, você é um indígena, você é um quilombola, o que for, a sua raiz é dali. Faça um levantamento, a gente reside aqui em São Gonçalinho se contar da época do meu bisavô, vai chegar a 200 anos, mais o meu pai agora, uns 200 e poucos anos. Tá aqui, tem as ruínas da casa do meu avô logo ali em cima. Então coisas que provam que você é daqui, você é nativo daqui.”

A trajetória de sua família demonstra essa importância do território tradicional como meio de definição social e de subsistência. “Temos um rancho aqui, que tem as canoas, as redes, a gente é uma família de pescador.”

Fernando diz que só sai de seu lugar, ainda que hoje ocupado apenas pelo rancho e pelo quiosque, quando morrer. E espera que de preferência o paraíso também seja “um lugarzinho de frente pro mar, né, que é pra ver os peixes ainda chegando nas lajes”.



imagem 24: vista da praia de s. gonçalinho | autor: tui anandi, 2022

imagem 25. tânia com a praia de s. gonçalinho ao fundo | autor: tui anandi, 2022



4.2. tânia e isis



As informações aqui mencionadas são informações verbais colhidas em entrevistas concedidas por Tânia à autora, em 11 de julho de 2021 e por sua neta Isis, em 1 de agosto de 2021. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo.

“Meu lugar, minha área. Onde eu nasci, fui criada. Aqui, aqui em São Gonçalo mesmo, sou filha daqui. Tem a casa da minha mãe, da minha avó, todo mundo nascido e criado aqui. Eu tenho 61 anos de São Gonçalo, caiçara, e tô aqui na batalha. Meus filhos, tenho 4 filhos, tudo nascido e criado aqui.”

“Fui criada aqui, no meio dos cirandeiros, das coisas da nossa região mesmo. Então foi coisas assim, que a gente sabe que cidade grande a gente pode até ir, mas eu não me acostumo. Já morei um ano e pouco em São Paulo, quando eu era jovem, não me acostumei. Fui pro Rio, não me acostumei. Eu só pensava em São Gonçalo. Eu olhava aqueles ônibus, aqueles trem, ficava apavorada. Meu lugar é São Gonçalo, só pensava em voltar.”

É assim que Tânia se apresenta, sentada em uma mesa de seu quiosque na praia de São Gonçalo. Dali, caminhando alguns passos em direção à estrada, encontram-se as ruínas das casas de seus antepassados. Tânia mora hoje no sertão de São Gonçalo.

Já em sua apresentação Tânia revela uma série de elementos a serem destacados. O primeiro deles é sua relação profunda e ancestral com o território, onde foi criada e também onde criou sua família. Aparece também referência às práticas tradicionais caiçaras, como é o caso da ciranda. Por fim, já há uma primeira menção aos deslocamentos, que serão aprofundados mais adiante.

Tânia reforça que a ligação de sua família com aquele lugar é antiga e remete ao histórico de ocupação do território, relacionado ao processo de escravidão. Conforme narrado no capítulo 2, o desenvolvimento de Paraty esteve muito arraigado ao tráfico de escravos e a presença negra foi essencial na constituição do modo de vida caiçara. Ela conta que seu avô chegou em São Gonçalo em um navio negreiro.

“A minha vó disse que o meu avô chegou aqui de navio negreiro, que chegou de corrente na perna. O pai dele, disse que ele chegou de corrente lá, naquele outro lado, que tem uma ponta de cais lá naquela praia de São Gonçalinho, chegou ali no navio cheio de preto, sabe. O pai do meu pai. Assim uma história pessoal contava, né? Aí poxa, quantos anos faz isso, quantas décadas nós estamos aqui, só eu tenho 61 anos. Imagina quantos anos tem aqueles outros antecedentes meus aqui.”

Filha de um pescador e lavrador negro e de uma costureira de ascendência indígena, ambos nascidos ali em São Gonçalo, Tânia não tem uma memória tão idílica da vida antes da chegada da White Martins. Por mais que reconheça as facilidades de subsistência, o racismo sem-

pre foi um fator de peso na trajetória da família.

“E nós ficamos aí, sempre trabalhando fora, que nós era uma família que a gente trabalhava muito fora para os outros, porque nós aqui na verdade éramos a única família negra em São Gonçalo, não tinha preto em São Gonçalo, a família preta que tinha era nós, da família da Adélia, do Paulo soldado, que como o pessoal falava. Então todo mundo que chegava de fora, a casa que eles iam buscar para trabalhar fora, de empregada doméstica, era na casa da Adélia, que eram os filhos pretos que ela tinha. Então nós somos muito assim criticado, sabe esse negócio da nossa cor aqui em São Gonçalo, como nós eramos a única família de negros, as pessoas chamava a gente de urubu, de macaco, a gente era apedrejado. Era, muito... Então a gente saia para fora, para trabalhar fora né... Para poder comprar roupa, para gente mesmo, que a gente vivia mariscando, catando guaiá, marisco, para poder sobreviver. Portanto, eu mesma realmente eu não sei ler muito bem, eu não sei escrever muito bem, não sei ler não. Assino meu nome, que não preciso botar o dedão lá, eu assino meu nome, essas coisas que os meus filhos vieram me ensinar. Porque a escola mesmo eu tive pouca, porque eu não pude ir para escola, porque eu tive que trabalhar fora para poder trazer o sustento para casa mesmo.”

Tânia reforça como a relação com o ambiente era o que garantia a subsistência. A pesca, a coleta e a agricultura são destacadas como centrais na garantia de alimentos.

“Só de mulher, somos nove. Para dar de comida para isso tudo, para vestir isso tudo dentro de casa... Naquela época, a gente pegava o caniço, pegava o camarão na cachoeira, ia pescar para matar peixe, para trazer, para limpar, para poder fazer para comer ajudando assim né, quando a gente tava em casa. E é isso a vida, vamos levando. Eu ia raspar mandioca, ajudar os pessoal na casa

de farinha, lavava mandioca, raspava mandioca, limpava mandioca para poder ajudar para ganhar uma cuia de farinha de tarde para trazer para casa. Trabalhamos muito mesmo. Trabalhei muito negócio de roça, para poder sobreviver, aí chegava de tarde e levava biju para casa, levava uma farinha, cortava banana, levava a banana.”

Tânia conta que começou a trabalhar aos 10 anos e com 13 foi para São Paulo trabalhar de empregada doméstica. A experiência, não apenas pelo deslocamento, mas pelo isolamento e pela exploração foram bem traumáticas na trajetória de Tânia.

“13 anos de idade, eu tava em São Paulo. Quando eu fiquei menstruada não sabia o que que era. Eu pensei que eu tinha caído e cortado. Você tem ideia? Eu chorava muito. Criança, com 13 anos, já era empregada doméstica, lavando louça, roupa, dando comida, limpando casa, passando roupa. Um quartinho que eu entrava assim, que eu vejo esse quarto até hoje na minha vista, cheio de roupa para passar, só camisa branca. Minha mãe mandou eu ir para lá porque a mulher falou que ia me dar comida, calçado e botar na escola. Botou? É ruim hein, eu só trabalhava. Dia e noite trabalhando.”

Apesar dessa dificuldade já existente, a chegada da empresa é uma marca importante da escalada de violência sofrida pela família. Tânia conta que a presença da empresa em um primeiro momento foi mansa, para ganhar a confiança dos moradores. Depois, utilizava formas bastante violentas para coibir a permanência dos caiçaras, como invasão às casas, violência física, associação com policiais...

“Foi muito triste a chegada da Fazenda, ela chegou muito mansa, ela chegou trazendo bala, trazendo doce para as crianças, passando a mão, trazendo brinquedo, para poder iludir os pais, sabe? Dava as coisas... Os meus fi-

Ihos mesmo ganharam muito presente, muito brinquedo. Depois era o homem que tava arrancando a gente do nosso lugar, a gente não sabia. Aí já vinha a ordem da delegacia para gente comparecer lá, a gente sem saber o por que.

É uma história muito triste, sabia, é muito para quem viveu ela. Nós vivemos muitas coisas aqui, de você ser arrancado de dentro de casa. Teve uma família aqui, que eu me lembro, que a mulher tava com a barriga desse tamanho assim, os cangaceiros chegaram dando chute na mulher, a mulher caiu no outro lado. O marido dela não tava em casa, quando o marido dela chegou da roça, que ela falando, ele ficou doido. Esse homem é doido até hoje. As crianças tudo gritando no meio dos matos e tomaram a casa dele. Muita gente saiu daqui expulso, não saiu com dinheiro, nós mesmo saímos da nossa casa e eu não levei um real, nada nada nada. Só com a roupa do corpo. Veio a justiça e tirou nós de dentro de casa, despejou nós. Eu saí chorando, gritando com as crianças. A minha sorte é que a minha mãe tinha uma casa, que eu podia ficar na casa da minha mãe, que ela já tava morta, né. Eu fui para casa dela, lá no Perequê, em Mambucaba. E se não tivesse, ficava na rua, morava debaixo da ponte. Aí fomos pro Perequê, ficamos lá até nós resolvermos e voltarmos para São Gonçalo. Não passou dois anos eu voltei, comecei a trabalhar, juntei dinheiro, comprei um terreno lá em cima. Trabalhei na Vila Residencial, de empregada, juntei o dinheiro. Comprei um terreno e construí uma casa, hoje eu tenho uma casa, graças a Deus muito boa, uma cachoeira linda nos fundo da minha casa.”

Tânia conta que a primeira saída da família do local foi enquanto ainda morava com a mãe que, frente às pressões, fez um acordo com a empresa. A mãe, com medo da escalada da violência e frente à saída de parte dos moradores, resolveu vender e se mudou para Mambuca-

ba, em Angra dos Reis. Logo depois da mudança, a mãe faleceu.

“Então a nossa vida foi assim, sempre lutando e sempre lutando, aqui em São Gonçalo. Aí veio a firma, a multinacional, aí apertou muitos moradores aqui em São Gonçalo. Foi muita gente despejado daqui, que eles botaram boi, cangaceiro, matou pai e filho aqui em São Gonçalo. A minha mãe, meu pai morreu antes dela, ela ficou muito pressionada, com muito filho, eram onze. Nós somos onze irmãos. Aí coitada, ela ficou, se viu como, ‘Vamos passar para Fazenda’. Aí o meu irmão mais velho ainda brigou com ela, que não queria que ela vendesse, que eu não sei o quê. Mas ela falou, ‘Como é que eu vou fazer, eu tenho que vender, porque eu vou ficar aqui como? Que todo mundo vendendo, todo mundo saindo’. Como que ela ia ficar? Ela pegou e vendeu, aí ela foi morar em Mambucaba, quando ela foi morar em Mambucaba, não passou um pouco tempo ela faleceu. Não sei se foi de paixão, não sei, deu derrame cerebral e matou ela instantâneo. E nós, que já tava tudo criado, tudo trabalhando fora, a gente já sabia viver. Aí fomos viver nossa vida, cada um procurou o seu destino.”

Com a morte da mãe, Tânia então se casou e mudou com seu marido para outra casa na praia de São Gonçalo, que era da sogra. O racismo da sogra, aliado com a violência da empresa, provocou mais um processo de desterritorialização. Tânia mudou-se então para o Perequê, bairro periférico em Angra dos Reis. Pela narrativa de Tânia é visível que a partir da desterritorialização de seu território tradicional, não conseguiu se reterritorializar nos outros espaços onde passou, havia sempre a referência e o desejo de retorno ao território onde nasceu.

“Aí eu fiquei aqui na luta. Aí eu peguei, eu me casei com um rapaz, que é o meu marido hoje, e nós passamos a morar numa casinha ali embaixo, que era da mãe dele.

imagem 28. ruínas da casa de mãe de tânia | autor: tui anandi, 2022



imagem 27. local onde era casa de tânia | autor: tui anandi, 2022



Aí essa mãe dele, que era muito ruim para mim porque eu era preta e ela muito preconceituosa, é racista, sabe? Fez de tudo, de tudo, pegou e passou a casa para firma sem a gente saber. Quando nós soubemos, a firma veio tirar nós de dentro da casa, aí eu fiquei assim. Eu com três filhos na época, aí eu fiquei assim, meu Deus do céu, para onde nós vamos agora?”

Aí eu corri para o Perequê, para casa da minha mãe, mas no Perequê eu não me acostumava. Aí depois nós voltamos para São Gonçalo. Quando nós voltamos para São Gonçalo, eu falei, vou comprar um pedaço de terra lá em cima no Sertão, vou trabalhar, vou lutar e vou comprar. Aí foi onde eu fui trabalhando, juntando um dinheirinho para comprar um terreno lá em cima no Sertão, que é onde nós construímos nossa casa. Eu falei, de São Gonçalo eu não saio e estamos aqui até hoje. Aí nisso vim aqui para baixo, montei esse quiosque aqui. E tô aqui, lutando com a firma, lutando com os órgãos públicos, lutando com muita gente. Nós estamos cercado, cercado aqui de gente.”

Tânia lembra do caso de uma estratégia muito comum entre os grileiros da região, a soltura de gado como forma de assustar os comunitários e inibir a circulação e permanência. Frente a essas tentativas de expulsão, Tânia reforça que a luta foi sempre essencial e tenta passar essa experiência à família.

“Teve uma vez que nós tava dormindo, ali embaixo, ali na casinha ali embaixo, aí eu falei para o meu marido assim: nossa, tem um negócio forçando a porta, o que que é isso? Ele: não é nada não, é nada não. Que quando ele abriu a porta, o boi entrou, com os dois chifre assim dentro da porta de casa. Falei, o que é isso. Os bois da Fazenda. Tava tudo no meu quintal, assim aquela boiada. Aí você vê, quanta coisa nós passamos aqui, né? Para hoje a gente tá aqui. Eu fico me falando uma coisa assim,

eu falo com meus filhos. Eu acho que assim, o dia que a sua mãe for, eu quero que vocês lutem, vocês não entreguem assim não as coisas não, lutem, também porque lutei até agora com 61 anos, eu tô lutando. Eu quero que vocês lutem. Portanto nós estamos aqui, eu tô lutando, é fórum, e delegacia, é o Ibama vem aqui me leva no camburão.”

Tânia questiona recorrentemente a afirmação da empresa de que é proprietária de São Gonçalo. A ideia de posse ancestral e do uso é essencial na compreensão de Tânia sobre o direito à terra. Pela fala de Tânia fica evidente que a noção de propriedade para os caiçaras não está pautada na documentação cartorial, por mais que a afirmação seja de que a White Martins não tenha documentação, a contraposição não é que as famílias tenham e sim que, além de não ter documento, a empresa tem uma presença recente, enquanto as famílias estiveram ali há gerações.

“Pertinho [da praia]. É aqui do lado, você atravessa, aqui do lado aqui, do lado. Eu saí dali, vinha para cá com meus filhos, mariscar, pegar marisco aqui na costeira, catar sapinhoá na praia, para fazer, para gente almoçar aqui. Era aqui, eu fui nascida e criada aqui. A minha avó, meus avós, todas minhas tias e sobrinhos tudo aqui. Hoje eles querem dizer que é dono? Não, donos somos nós, que temos tradição aqui mais de não sei quantos anos, desde minha avó, da minha tataravó e vai indo né. Agora ele dizer que é dono da terra, não pode. Nós que somos donos da terra aqui.

Aí a White Martins chega junto com a BR. Ela chega falando que é dona. Ela chegou aqui, no fundo, em São Gonçalo, falando que era dona de São Gonçalo. Desde ali da casa do Vaguinho lá em cima para baixo, descendo, até São Gonçalinho todo, até as Águas Linda, que fica da outra parte da pista para lá do outro lado, ela fala que é

dona. Como que ela era dona? Que a gente existia aqui, nossos avós existiam aqui, como que ela fala que é dona? Ela comprou de quem isso? Quem vendeu para ela? Que é bem estranho, né, porque para ela falar que é dona ela tinha que apresentar documento, ela não tem documento para fazer nada. Não tem documento, porque o documento que ela tem hoje é o direito de posse que ela comprou das pessoas coitados, dos coitados.”

Tânia reside hoje no Sertão de São Gonçalo, mas reforça que sua ligação maior é com o território da praia, onde tinha seu quiosque na época da entrevista. As formas de caracterização da relação de territorialização são bastante íntimas: onde o umbigo foi enterrado, a terra que Tânia diz ter dentro dela, onde ela tem sossego.

“Era aqui embaixo, eu nunca morei no sertão, sempre morei aqui. Meus filhos todos nascidos aqui, o que eu vou fazer. Agora eu só quero ficar aqui, trabalhar aqui. Quero esse espaço para trabalhar. Quero trabalhar, eu tenho uma casa, minha casa é lá em cima, aqui eu só

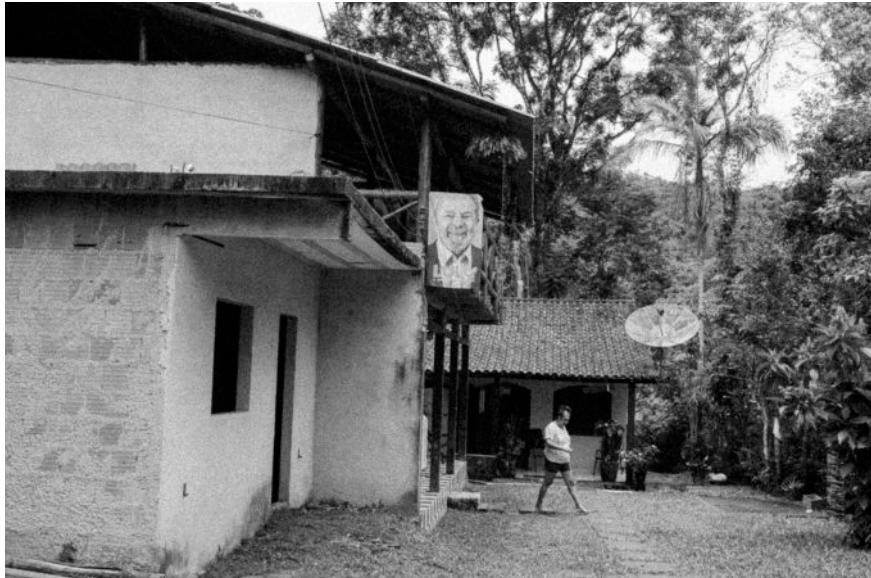


imagem 29. tânia e a praia de são gonçalo | autor: tui anandi , 2022



imagem 31. tânia em sua casa no sertão | autor: tui anandi, 2022

imagem 30. casa de tânia e família, no sertão | autor: tui anandi, 2022



quero trabalhar com meus filhos. Aqui tem 8 anos que eu tenho o quiosque.

Eu moro no sertão, eu gosto, mas não foi aonde eu fui nascida e criada. Foi aqui. Então parece que o meu umbigo foi enterrado aqui, o umbigo dos meus filhos foi aqui tudo. Por isso que eu fico, eu tenho esse lugar dentro de mim, aqui embaixo. Eu não fico sossegada lá em casa, meu lugar é aqui. Por isso, quando eu tava no Perequê, eu fiquei louca, fiquei louca. Só não entrei em depressão porque eu sou muito agitada. Eu falava, vou voltar pra São Gonçalo, aqui eu não fico, eu vou embora para o meu lugar. E agora eu to aqui. Eu sou forte, eu sou guerreira, eu sou guerreira, minha filha.”

Desde que retomou a área da praia através da construção do quiosque, por volta de 2013, sofreu diversas pressões. Fica evidente pelos relatos de Tânia a associação entre os interesses dos especuladores, a justiça e os órgãos públicos.

“Houve bastante pressão quando fiz o quiosque. Derubaram, derubaram tudo, botaram o fogo, queimaram tudo. Quando eu cheguei de manhã aqui para trabalhar, tudo queimado. Queimou? Vou levantar de novo, é quanto eles queimaram, é quantos eu levantar e aí desistiram. Eu sou da mata, eu sou da mata, aqui tem a mata, tem o mar, olha as proteção que eu tô, de trás tem a mata, da frente o mar já. Tem proteção. No peito, a Nossa Senhora da Aparecida, mandei fazer ela de ouro.

Já falei e falo, só saio daqui morta. Daqui desse terreno aqui só saio morta e a proteção de Deus. Porque tirar assim de cara limpa, não vai me tirar, só se tirar morta. A gente tem que enfrentar, não ter medo.

Eu já enfrentei o juiz no Fórum mesmo. Já... O juiz bateu martelo para a White Martins. Para que? Quando

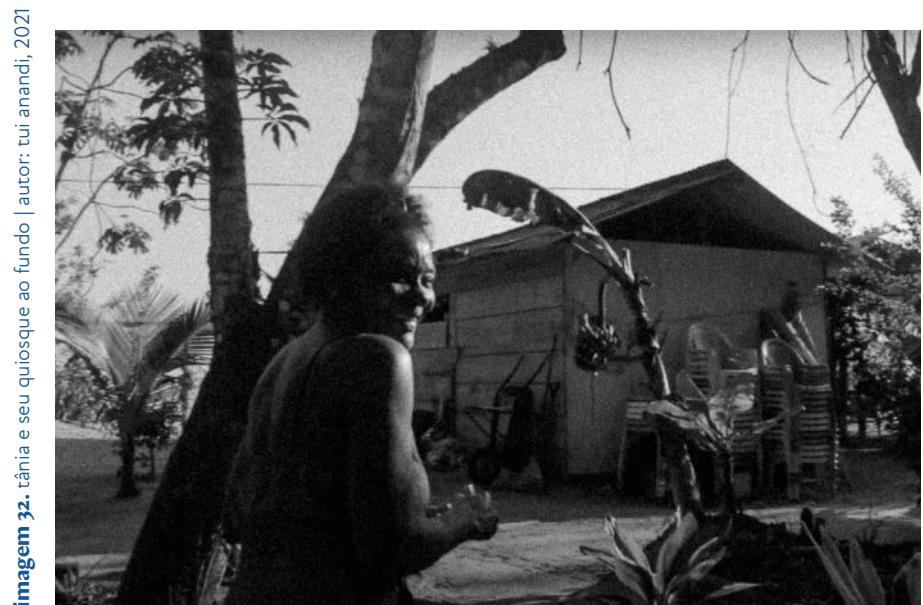


imagem 32: tânia e seu quiosque ao fundo | autor: tui anandi, 2021



imagem 31: tânia em seu quiosque na praia | autor: tui anandi, 2021

ele bateu o martelo, eu levantei, levantei, virei o bicho. Cheguei botei o dedo na cara dele, aí o meu advogado ficou assim, igual uma murta morta. Aí ele falou assim: ‘se a senhora não sentar, a senhora vai ser presa’. Então me prende, então me prende agora. Veio o policial na porta, que tava assim para mim. Eu falei, não me mete a mão, você não mete a mão em mim. Que me prendesse, mas eu ia ficar com medo porque ele é juiz? Ele é gente que nem a gente, eu não tenho medo não.

Eu sou caiçara. Sou de São Gonçalo. 61 anos de São Gonçalo. Tô aqui trabalhando com meus dois filhos, não estou vagabundando. Você vai derrubar isso aqui amando de quem? Eu sou da roça, não sei ler e escrever muito bem, que eu já falei, mas boba eu não sou. Boba eu não sou, não sou.”

Tânia demonstra a todo tempo a importância subjetiva do território da praia de São Gonçalo, sua raiz. A noção de que o território faz parte dela e ela, através do umbigo enterrado, faz parte do território tem muita ligação com como as populações caiçaras se estabeleceram, sempre nessa relação intrínseca e dialógica com o território tradicional.

“Para mim é só São Gonçalo, não tem outro lugar não. Já fui para o Rio de Janeiro, para São Paulo, Paraty, sabe, lugar nenhum. Meu lugar é aqui, aqui que eu quero viver, aqui que eu quero morrer, aqui que eu vou ficar. Aqui é meu território, todo mundo sabe disso. Onde eu fui nascida e criada foi aqui em São Gonçalo. Faz parte de mim. Meu umbigo é enterrado aqui.”

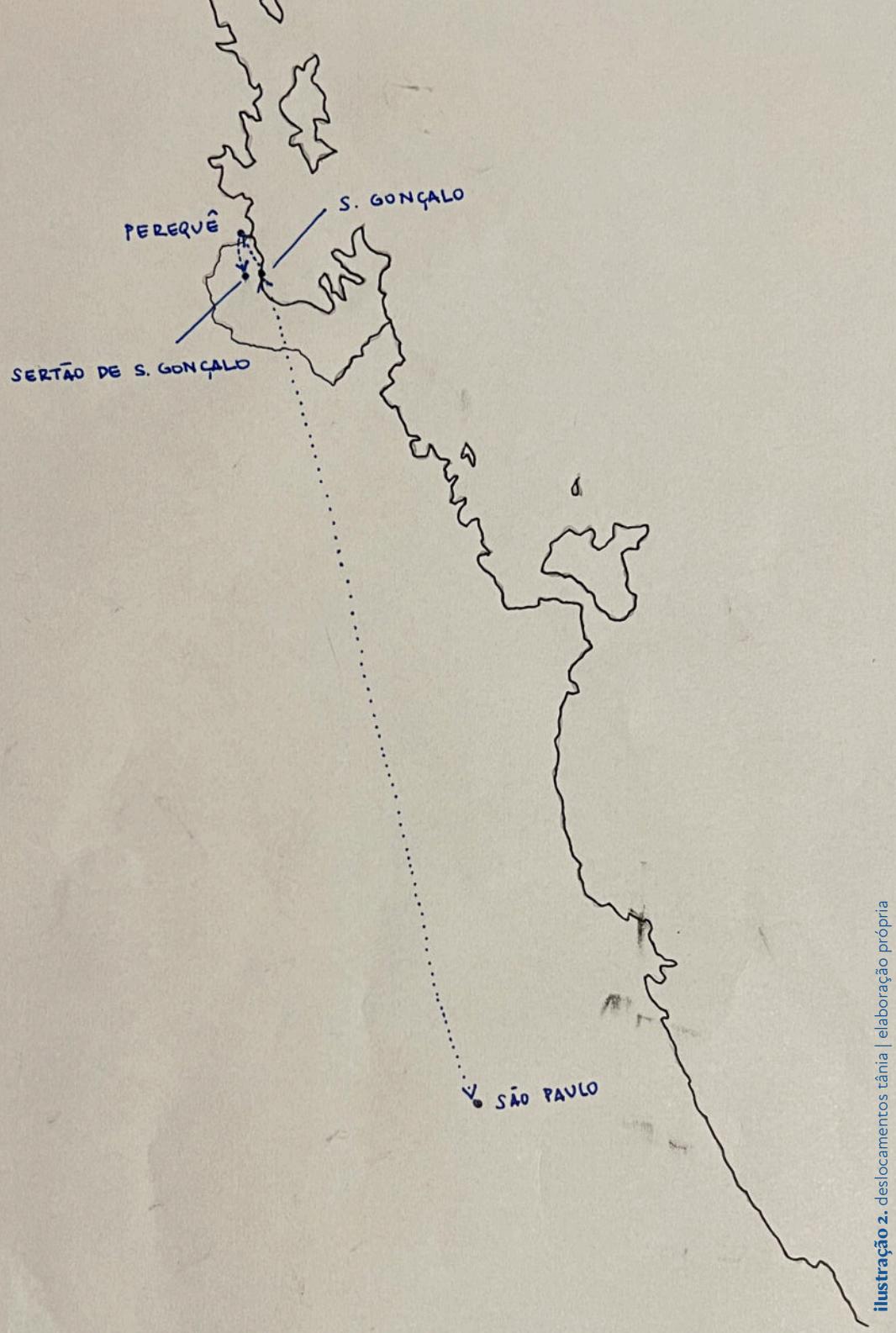


ilustração 2. deslocamentos tânia | elaboração própria

Isis, neta de Tânia, contou que seu autoconhecimento enquanto caiçara é recente. Com 20 anos, nascida e criada no Sertão de São Gonçalo, diz que foi através de uma experiência formativa na UFRRJ, que recuperou essa identidade. Cabe ressaltar que a afirmação da identidade caiçara é para Isis relacionada a processos coletivos: o curso de extensão, a família, os idosos de São Gonçalo que encontra no ônibus

“Em 2018, eu fiz um curso de formação agroecológica de jovens do Estado do Rio de Janeiro, na Rural do Rio, um curso de extensão. Mudou minha vida. Eu me encontrei, eu descobri minha própria história. A gente tinha que multiplicar conhecimentos agroecológicos, na verdade, ao invés de multiplicar, eu aprendi mais de mim, da minha família e acabei ajudando a despertar na minha família essa identidade que já tava perdida por processos violentos anteriores. E essa história da minha família, mesmo estando do lado eu não conhecia. Aí foi todo mundo participando e você começa a conhecer muita história. Às vezes entro no ônibus, puxo conversa com



imagem 33: tânia, cida (sua filha) e isis (sua neta) | autor: tui anandi, 2022

imagem 34· isis e a demolição do quiosque | autor: tui anandi, 2021



algum idoso e ele ‘ah, eu era de São Gonçalo.’

Minha mãe é uma pessoa forte, minha avó é uma pessoa forte. É de família isso. Eu sou a mais tímida da família. Elas são as mais espontâneas. Mas quando é para falar sobre a minha história eu acho que eu tenho mais naturalidade para falar, porque é minha. Às vezes eu fico pensando, se eu não tivesse conhecido a agroecologia, se eu não tivesse entrado naquele curso, eu não ia saber nem a palavra caiçara. Eu acho que eu nunca ia saber. A primeira vez que eu vi escrita ou me entendi como foi durante esse processo. Foi destino acontecer isso.”

Em 2021, pouco depois da entrevista concedida por Tânia, a prefeitura de Paraty, em uma operação chamada “Choque de Ordem” derrubou com tratores todos os quiosques da praia de São Gonçalo alegando que seria o primeiro passo para a elaboração do projeto da Vila Caiçara, que incluiria a regulamentação dos quiosques. No dia seguinte à demolição, Isis concedeu a entrevista. Apesar de reconhecer a dor do processo, disse estar

confiante na construção coletiva de um projeto para a comunidade.

“Minha mãe é uma pessoa muito forte, minha vó uma pessoa muito forte, já passaram por muitos problemas de despejos, de situações. Aí a gente tá aqui, a gente tava aqui. O nosso desejo sempre foi de construir algo bacana, um turismo bacana, nada tipo predatório, de chegar e lotar, produzir 24 horas nessa lógica de produção, que não é nossa, é uma coisa que não faz parte da gente. Então a gente começou com a prefeitura, a gente e vários grupos de caiçaras locais daqui para o processo para criação da Vila Caiçara de São Gonçalo, um processo ordenado...

Segundo todas as regras, só moradores locais, caiçaras tradicionais locais que precisam desse trabalho, de tentar para representar a cultura de Paraty, a nossa cultura, de preferência com turismo de base comunitária como vertente, porque aí envolve o protagonismo comunitário, a permanência, ajuda na permanência das práticas



imagem 35· escombros do quiosque | autor: frederic breyton, 2021

locais, a valorização da cultura, própria gestão, autonomia e vai contra essa questão do dinheiro como principal. De acúmulo de riquezas de sobrevivência e de manutenção da cultura.”

É notável que para Isis os princípios que devem basear o projeto da Vila Caiçara são os de autogestão, autonomia e permanência. Vale destacar que esses dialogam muito com a proposição exposta no capítulo 1 da geografia das emergências.

Isis também expõe a necessidade de articulação e o quanto a permanência e a afirmação do valor do modo de vida tradicional dependem de uma resistência frequente.

“Aí ontem teve essa demolição, que assumo para você que foi muito dolorido e apesar de saber que faz parte do processo, que é um recomeço. Foi muito sofrido porque eu embareei esse negócio todinho com muito carinho e tem as lembranças daqui né, porque na primeira vez foi queimado e agora foi derrubado de novo. Essa derrubada foi um recomeço. A gente espera, espera não, a gente vai lutar para que tudo volte mais ordenado.

Ficar alerta é uma questão 24 horas na vida da gente. A gente tem que ficar em cima para ver se isso realmente vai acontecer, não pode ser só uma promessa de um político ou de qualquer outra pessoa e tem que ter um desejo da comunidade, a gente vai estar lá 24 horas pressionando, a gente vai tá estudando ou trabalhando porque não vai ter um projeto de fora para dentro, a gente vai estar lá participando disso constantemente presente. Porque se vir de fora pra dentro já não vai ser a nossa praia. E é tudo diálogo, articulação.”

Hoje, Isis é ligada à rede de turismo de base comunitária de São Gonçalo e os princípios dessa experiência guiam

sua trajetória de luta nessa nova etapa de conflitos e resistências dos caiçaras da localidade.

“O turismo de base comunitária tem vários princípios. Autogestão, não pode vir de fora para dentro, sabe. A gente tem que gerir, então a gente como coletivo caiçara de São Gonçalo tem que gerir esse projeto. Também claro que tem a gestão do Estado, né, a prefeitura representando o Estado nesse gerenciamento. Mas a gente tem que ser a voz disso, senão não vai funcionar. A gente tem que dar as peças do jogo. É a nossa comunidade, é o nosso território, é a nossa história. Paraty é patrimônio mundial porque é a nossa história que está sendo contada, não a história do outro.”

Ela reconhece a continuidade da história de luta da família. A luta e as ameaças sofridas pela avó e pela mãe nos conflitos com a White Martins são reconhecidos como parte da trajetória da família e dos caiçaras em geral. Apesar do que reconhece como evolução, de hoje ter onde morar e ter alimentação, não depender mais materialmente do território em disputa, sente que sua existência enquanto caiçara é sentida enquanto ameaça para quem deseja outro uso para aquele território.

“Eu não tinha nascido quando aconteceu com minha mãe dela ter sido expulsa, aí às vezes eu fico sentida porque quando ela fala que foi expulsa no dia do aniversário dela quando ela era adolescente. Minha mãe aconteceu isso com ela. Imagina, minha avó sem casa com os filhos pequenos, sem ter onde morar. Hoje a gente tem comida, tem onde morar.

A gente é trabalhador, a gente só tá existindo e existir às vezes dói pro outro. Parece que nossa existência dói para o outro, porque eles só querem nos ferir”.

Hoje, depois do quiosque demolido, em acordo com a

prefeitura, Tânia e sua família trabalham como ambulantes na praia, sem estruturas fixas. O andamento do projeto da Vila Caiçara depende de um acordo com a empresa que se diz dona do local e ainda não tem muitas definições.



imagem 36. área de antigas moradias | autor: tui anandi, 2022



imagem 37. quiosques em s. gonçalo hoje | autor: tui anandi, 2022

imagem 38. vaguinho na praia de são gonçalo | autor: tui anandi, 2021



4.3. vaguinho

As informações aqui mencionadas são informações verbais colhidas em entrevistas concedidas por Vaguinho à autora, em 10 de julho de 2021. A entrevista foi gravada em áudio e vídeo.

Vaguinho ainda era criança quando a Rio-Santos cruzou a comunidade de São Gonçalo, onde nasceu. Hoje, é secretário adjunto da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca e uma liderança importante do Fórum de Comunidades Tradicionais. Sua família, que sempre morou mais para o “sertão”, foi uma das poucas que nunca saiu do território.

Vaguinho tem um entendimento bem organizado do conflito fundiário na comunidade, construído a partir de sua militância e atuação profissional na área.

“As pessoas que habitavam ali, você pega a década de 70, minha avó, minha mãe, né, todo mundo eram pessoas que mal sabiam assinar o nome, muitos eram no dedo. A Fazenda dizia que estava movendo ações de reintegração de posse e a gente tinha, né, todo um aparato, Estado, Poder Público Municipal, que protegia a Fazenda ali. Eram colocados no banco dos réus essas pessoas dessas comunidades e aí quando elas se viam no banco do réus, tentando provar que ela era dona daquela terra, era mais fácil fazer um acordo, como muitos deles fizeram, um acordo de arrendatário, uma forma de você dizer para o dono que a terra dele, então eu te empresto essa terra, e as falsas a ordem de despejo chegavam com uma ordem e diziam: ó, eu já tenho uma ordem de despejo, e se não fizer acordo com a gente se vai ser pior, perde tudo.”

Ele retoma a situação dos domínios de terras na comunidade antes da chegada da empresa, comuns também à maioria das outras comunidades caiçaras. O domínio, nesses casos, se dava, conforme descrito no capítulo 1, fundamentalmente por meio de posse e não de escritu-

ras. Essa insegurança jurídica foi um dos pontos utilizados pelos grileiros para ameaçar os caiçaras. Essa tensão entre a documentação e a posse, entre o território tradicional e a privatização aparece em muitos momentos no conflito em São Gonçalo.

“Antes, a comunidade de São Gonçalo, que é descendente de indígenas e quilombolas, você tinha as posses, né, das comunidades caiçaras. Eles não tinham documentos escriturados em cartório. Ali habitam um povo tradicional, que tem sua posse assim como quase todas as comunidades da costa ao longo das praias do litoral. E essas falsas escrituras que são montadas por quem detém o poder, desde de cartografia, de fazer o mapa, de delimitar, de ter acesso aos órgãos e setores para fazer e dizer que aquela é a verdadeira escritura, isso sempre foi um processo de manipulação na cidade de Paraty. Então ali, quando chega essa multinacional, ela chega comprando um direito de posse de alguns, mesmo de forma forçada, induzindo a vender, a negociar, a fazer um acordo, e ela passa a dizer-se dona daquela área porque ela tinha um aforamento concedido. Então são escrituras questionáveis até porque elas estão sobre áreas que são áreas da União, sobre áreas públicas.”

Vaguinho fala também sobre o destino dos caiçaras expropriados de sua terra. Conforme discutido nos capítulos anteriores, o destino da maioria foram as periferias urbanas de Paraty, sendo que em São Gonçalo há a particularidade do reassentamento de parte das famílias no Sertão, que embora não seja exatamente o território tradicional, remete a ele e possibilita um acesso mais próximo e inclusive seu uso, conforme visto nos relatos de Elias e Tânia. Ele traz também uma aproximação numérica de que eram mais de 156 famílias entre São Gonçalo e São Gonçalinho e, após o conflito, só duas restaram mais perto da praia.

“No final de todo essa luta, até a década de 80/90, restou algumas famílias ainda ali na orla de São gonçalinho e São Gonçalo, mas a história diz que de mais de 156 restaram apenas duas ali mais na frente da praia né, uma na praia de São gonçalinho, outra na praia de São Gonçalo, e os outros migraram, para o Sertão do São Gonçalo, muitos estão hoje aqui situados no bairro da Chácara, ali ao longo do Rio Perequê, onde tem aquelas canoas, Mangueira, Ilha das Cobras, outros vieram para a cidade depois retornaram para São Gonçalo mas para o Sertão.”

Algumas memórias específicas do conflito se destacam para Vaguinho. Ele cita primeiro um episódio em que o advogado da Fazenda apareceu com uma mala de dinheiro para tentar convencer a mãe de Vaguinho a vender sua posse. Essa tentativa de convencimento pela sedução do dinheiro foi muito utilizada. Às vezes nem correspondiam à quantias tão grandes, mas a novidade daquele montante para os caiçaras era um fator de peso.

“Eu me lembro de um advogado, que inclusive era um procurador do Estado na época e também era o advogado da Fazenda, dele aparecer na casa da minha mãe com uma maleta tipo essas maletas de dinheiro, que carrega dinheiro, documento, e abrir com pacotes de dinheiro né, querendo impressionar que aquilo ali resolveria o problema dela, enfim.”

Outras memórias são destacadas: a presença de ciganos armados, a repressão às práticas tradicionais e comunitárias, como o que narra com a rede de vôlei, a proibição de puxar a canoa na praia e de cultivar nas roças. Essas estratégias de repressão são reiteradas nos relatos de vários dos entrevistados.

“Tenho muito na memória isso, a chegada dos ciganos que andavam de cavalo pela praia e que inibiam isso tudo. Para eles está muito na memória. Eu tinha 7/8

anos, 10 anos, e ainda vivi isso, porque eles tinham uma guarda que andava de cavalo. Então é 3 cavalos, que ficavam ali da Sede Administrativa e faziam um percurso pelas trilhas, cachoeiras, pela Mata e pela estrada de São Gonçalo, sempre marcando presença: nós estamos aqui. E aí quando encontravam um morador, alguém que tava fazendo alguma coisa, eles reprimiram.”

“Durante algumas décadas, a Fazenda que se dizia dona de toda essa área, ela usava sempre de práticas muito violentas, seja com os seus seguranças, que andavam pela praia e inibiam a comunidade de fazer nas suas práticas - por exemplo, eu me lembro de bem jovem aqui numa parte da praia montar uma rede de vôlei para jogar voleibol e um belo dia chega os seguranças e retiram, apreendem né os nossa rede de voleibol e levam para sua Sede Administrativa. Então, essas práticas, elas inibiram muito a comunidade de fazer o uso aqui do território com as suas práticas. Inclusive, durante muito tempo, até puxar uma canoa na praia era uma forma que eles chegavam de inibição. As roças, por exemplo, não podiam ser feitas porque eles diziam ser donos de toda essa propriedade.”

Outra estratégia utilizada pela empresa era a sedução por uma ideia de riqueza e pobreza, de uma leitura descolada da realidade daquelas populações. Essa estratégia dialoga com os paradigmas que legitimam a territorialização da “modernização” no território tradicional expostos no capítulo 1, tendo como referência o artigo de Paula (2019). É a partir dessas noções dos caiçaras enquanto ignorantes, atrasados, pobres, inferiores... que foi se legitimando a ideia de apagamento deles do próprio território. É interessante notar o quanto esse olhar depreciante foi aceito por alguns dos caiçaras, através de uma falsa ilusão da vida na cidade.

“Todo um processo de sedução maldosa: a cidade que é

bom, a cidade que é bonito, olha como vocês vivem, não tem acesso aos serviços, não tem luz elétrica, olha a vida pobre que vocês levam aqui, vão para a cidade, que a cidade oferece as melhores condições para você ensinar, educar seus filhos.

E ainda tinha um processo de ilusão, de sedução, de que a roça era muito sofrida, de que morar aqui era muito sofrido e que na cidade você já tinha luz elétrica, tinha escola, tinha condição de dar uma educação de qualidade para o seu filho. Então essa sedução, de abrir uma mala de dinheiro na casa de um caiçara e dizer com esse dinheiro você vai viver para sempre, você não precisa mais trabalhar, a inflação ela é 70% então você vai botar R\$ 100.000,00 no banco e vai ter um juros de 70 mil por mês. Então isso é uma falsa ilusão onde as pessoas não tinham noção. Então ela ia para cidade, ficava com aquele dinheiro no banco, comprava uma casinha e ia desvalorizando a moeda e aí chegava em um momento que a prática dela na cidade ela não conseguia mais fazer, aí bate o desespero, outros morriam de depressão, o sonho sempre voltar para o seu lugar de origem alguns conseguiram, muitos infelizmente não tiver oportunidade de voltar de retornar para o seu território.”

Outro ponto destacado foi o alinhamento da empresa com agentes do Estado e a ação concreta desses agentes a favor da empresa. Esse alinhamento é uma marca da formação territorial brasileira.

“E tinha um fato que era muito interessante, porque o Estado, representado seja pelo promotor, pelo juiz ou delegado, essas pessoas elas tinham alinhamento muito forte com a multinacional. Então, quando você chegava lá para fazer uma denúncia, uma queixa, eles reprimiam os moradores ao invés de acolher e de fazer o processo que o Estado deveria fazer - que era da segurança para essas pessoas lutarem pelos seus direitos. Então eles

já eram tendenciosos e já tinham um lado na questão, então quando o promotor dizia “São Gonçalo é terra da White Martins, vocês são invasores”, eles desconsideravam todo o processo das famílias que moravam aqui desde 1800, por exemplo. A Fazenda chega aqui em 1920, com documentos que se dizem donos, a gente sabe a fragilidade documental que é o nosso processo de regularização no país, onde apresentava escrituras falsas, onde eles apresentavam ordem de despejos que não procediam como forma de pressionar as pessoas a vender ou negociar pelo preço e que eles queriam.”

Vaguinho vê o processo de reocupação do território da praia a partir da construção dos quiosques como uma reparação histórica do processo de expulsão dos comunitários. Vaguinho conta que a luta pelo território hoje é também uma luta por um ordenamento territorial que leve em conta a existência da comunidade caiçara e, embora centrada no espaço da praia, envolve também o marítimo, as ilhas, a mata e as cachoeiras, que também fazem parte do território tradicional. A disputa é também pela garantia da “praia livre, da praia aberta” em contraponto a privatização vista em muitas localidades onde a expulsão dos caiçaras foi plenamente executada, como é o caso do Condomínio Laranjeiras.

“O que se busca nesse espaço é um direito de uso, um processo de ordenamento, um processo de organização para que esse receptivo garanta esse direito de uso da comunidade e que a comunidade possa viver, fazer sua renda, tirar seu sustento, aplicar o seu modo de vida através da pesca, através de vender nos seus quiosques os produtos que são produzidos na região. Então, hoje a luta da comunidade de São Gonçalo é uma luta por uma organização, por uma reparação social de um processo que aconteceu de muitas décadas.

E hoje o que nós estamos convictos é que essa área é



imagem 40. vista de são gonçalo | autor: tui anandi, 2022



imagem 39. vaguinho em s. gonçalo | autor: tui anandi, 2021

uma área da União, é uma área que o Estado, que foi muito omissos no passado de não proteger essas comunidades, desde pensar o projeto de corte da BR, onde em momento nenhum foi pensado que irão cortar o território das comunidades e garantir a proteção. Hoje o que a gente espera é o mínimo dessa reparação, que seja discutido um espaço de uso ordenado para que a comunidade possa fazer o enfrentamento que sempre foi com essa multinacional.”

A construção desses quiosques, sobretudo a partir de 2015, são reconhecidas por Vaguinho como um movimento inicial. Para ele os quiosques devem ser um primeiro passo da retomada e posteriormente possam ser construídos ranchos de pesca e um espaço que represente o modo de vida caiçara e também que sejam consolidados



imagem 41. caminho cuidado pelos comunitários | autor: tui anandi, 2022

instrumentos de garantia jurídica de permanência. Aliando então a viabilidade material de permanência, através de fontes de renda a partir do turismo só que pautadas pela valorização dos saberes tradicionais, com a segurança da posse estariam sendo fortalecidos os vínculos da comunidade com o território.

Vaguinho também aponta diversas pressões sofridas a partir da construção desses quiosques. Em diversas instâncias, institucionais ou não, o movimento de retomada da praia tem sido criminalizado ou julgado enquanto processo de “favelização” da praia. Vale notar como os empreendedores do turismo muitas vezes vêem os caiçaras como um fator de desvalorização e tentam também escamotear as disputas e conflitos existentes no território.

“A violência ela se dá de várias formas. Primeiro, com as pessoas que não tem uma compreensão do que é luta de uma comunidade, de um entendimento de que é você lutar para voltar a ocupar um espaço que sempre foi direito dos seus antepassados. Então isso circula muita das vezes na missa que isso é um processo de favelização, que esses quiosques, ainda de forma precária, representam espaço desordenado. O que a gente precisa o tempo todo estar se defendendo diante dos órgãos ambientais ou estar se defendendo diante da própria sociedade, que criminaliza uma atitude dessa da comunidade que busca, nada mais nada menos, garantir o direito de uso nesse território, garantindo com isso a permanência da comunidade e que a gente não tenha mais uma praia privada ao longo da nossa BR.”

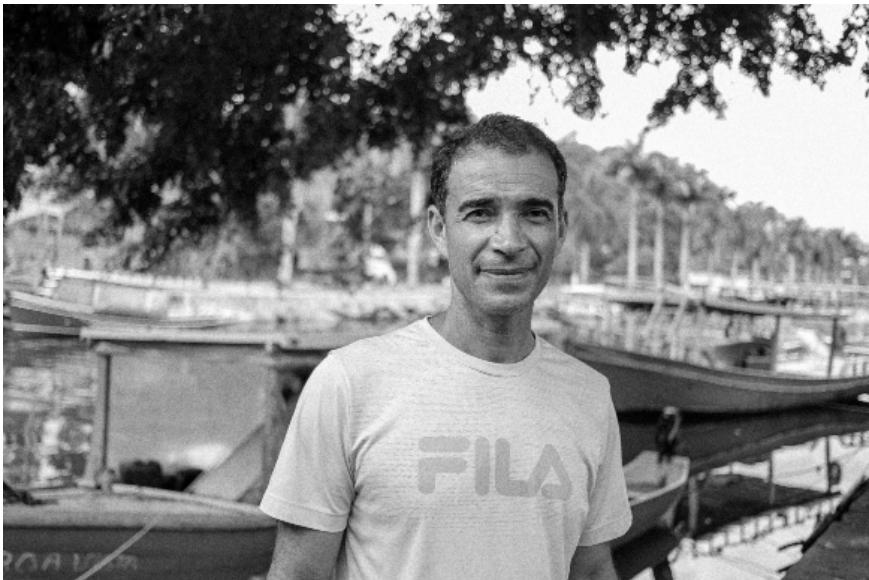
Em entrevista mais recente, em 15 de outubro de 2022, Vaguinho falou sobre a derrubada de quiosques, o projeto da Vila Caiçara e as tensões entre o estabelecimento de um acordo com a empresa ou a espera pelo julgamento da ação discriminatória. Segundo ele, o que se tem

desenhado é um acordo em que a empresa faria a cessão de uma área para a prefeitura e a prefeitura faria o ordenamento para o projeto da Vila Caiçara, que incluiria quiosques, um espaço receptivo para o turismo de base comunitária e um rancho coletivo de pesca. A delimitação da área ainda é incerta e gera conflitos. Ele diz que por um lado a Ação Discriminatória poderia apontar a cessão de uma área maior para a comunidade do que no acordo, mas por outro é um processo demorado que prolonga a situação de instabilidade e também não teve até hoje nenhuma sinalização do Estado de garantia da permanência. O acordo viria, muito provavelmente, com a liberação para a construção, pela empresa, de um empreendimento turístico.

imagem 42. nélio remendando rede em sua casa na chácara da saudade | autor: tui anandi, 2022



4.4. deco, nélio, carlos e lydia



As informações aqui mencionadas são informações verbais colhidas em entrevistas concedidas por Deco, e seus tios, Nélio, Carlos e Lydia, em 19 de outubro de 2022. As entrevistas foram, em sua maior parte, gravadas em áudio. A entrevista com Lydia foi feita por telefone.

Deco nasceu em São Gonçalinho, mas com 7 anos de idade saiu de lá com os pais, pelas pressões da White Martins. Se mudaram, junto com os tios, para um bairro com urbanização nascente naquela época, a Chácara da Saudade.

Deco conta que o que sabe da história de sua família começa na Ilha do Cedro, com sua bisavó Paula e seu bisavô João Geraldo. Sofrendo ameaças de capangas de um grileiro, resolvem migrar com a família para São Gonçalinho.

A partir da década de 1970, conforme exposto, há a escalada de violência da White Martins contra os caiçaras. A família de Deco foi uma das que resolveu, a partir do

medo causado pelas mortes e ameaças, vender a posse. A decisão foi nesse momento dos 5 irmãos, filhos de Paula e João Geraldo, incluindo Joaquim, avô de Deco.

“Eles ficaram com medo de acontecer alguma coisa com a família, algum morrer lá, ser assassinado, eles resolveram vender. Na pressão, mas vender para White Martins. Mas aí venderam por um preço muito abaixo do que valia. Preço de banana. Contavam por cacho de banana, muito abaixo da tabela. A White Martins eles compraram um pedacinho e pegaram tudo, invadiram tudo porque não tinha mais caiçara.”

Mesmo muito novo, Deco diz ainda ter memórias do conflito. A que se destaca é que sua mãe escondia ele e seus irmãos quando os capangas da empresa passavam em frente de casa.

“Eu saí de lá com 7 anos, mas eu tenho muita lembrança de coisas que aconteciam. Por exemplo, quando os capangas passavam na frente de casa, minha mãe trancava a gente pra gente não ver, com medo de acontecer alguma coisa. Deixava a gente trancado dentro de casa e eu era um menino muito curioso, sempre fui, eu falava mãe, deixa eu ir lá fora ver, eu quero ver como é, como eles estão. Eu nunca consegui ver, porque eles passavam lá a cavalo né, com as garruchas, as espingardas, mas eu não podia ver porque minha mãe escondia nós. Eles tinham essa coisa assim de proteção então eles escondiam. A gente ficava meio apagado.”

Deco tem sede de memória. Sem muitas lembranças, ele busca documentos no cartório, fotos, arquivos de família de forma a desenhar a história de luta de sua família. Através da memória oral e da busca por fontes documentais de arquivo, bem no sentido em que Éclea Bosi posiciona de “resgatar as camadas da população excluídas da história”, Deco retoma e reposiciona o poder so-

imagem 44. barco de pesca do tio avô de deco, anos 50 | fonte: acervo deco



bre sua própria história. Contar e registrar é para Deco resistir ao apagamento, visto que as últimas gerações de sua família que cresceram em São Gonçalo já estão partindo.

“Ficou apagado no tempo. Não teve nenhuma reportagem, não teve nada. Eu pretendo ainda um dia chamar alguma reportagem pra falar sobre isso, contar a história. Eu tenho foto, documento. Pretendo mexer um pouco nessa história. É a história da minha família, é a nossa história.



imagem 45. joaquim, avô de helo, na casa de farinha em são gonçalinho | fonte: acervo deco



imagem 46. igreja em são gonçalinho | fonte: acervo deco

Eu quero que a história um dia bata em algum lugar mesmo e a gente possa expor isso, pra não ficar apagado no tempo. porque os caiçaras igual eles [os tios], a geração dos caiçaras, talvez as últimas gerações que ainda tem essa marca, essa tradição, essa história.

“Eu saí com 7 anos de São Gonçalo, meus filhos nem nasceram lá, aí vai se apagando. Eu pretendo escrever um livro, pra quando chegar a geração dos meus filhos, dos meus netos, conhecerem a história.”

Deco defende que os caiçaras expulsos da terra deveriam ter uma possibilidade de retorno. Ele pretende abrir um processo judicial para reivindicar que possa ocupar de novo seu território tradicional. Deco usa o exemplo dos tios para falar sobre a relação dos caiçaras com seu território e quanto não há uma possibilidade de reterritorialização sem um impacto profundo nas dinâmicas dessas populações.

“Eu tenho vontade, o dia que Deus me der condições de entrar com um processo forte, com um advogado forte para lutar para saber se a gente tem ou não tem direito de voltar para as nossas terras, eu vou lutar, eu pretendo.

Eles [os tios] têm assim, a raiz deles é caiçara, a origem deles é roça e o mar, então quando eles tão na cidade são peixe fora d'água. Eu fui pro Condado, fiz como se fosse uma rocinha, mas o Condado ficou muito agitado, a gente voltou de novo pra cidade.

Não é a mesma sensação que você tem da sua terra natal. Eu pretendo também depois abrir um processo pra saber o que está acontecendo em São Gonçalinho. Porque a gente foi expulso, arrancado de lá à força sem consentimento. Assinaram, mas eu nem sei se existe documento assinado pelos meus avós, porque quando eles

saíram de lá, eles não quiseram tocar mais no assunto, nem minha mãe. Minha mãe também com essas coisas ela tinha muito medo. Minha mãe tinha medo de falar no assunto. Eu perguntava qualquer coisa e ela ‘filho, esquece isso, esquece isso’. Eles tinham medo de mexer na história, porque vem também a questão da violência. A gente não sabe o que vai vir depois disso.”

Através da fala de Deco, temos uma sinalização do impacto desse processo de desterritorialização para seus pais. A recusa em falar sobre, o medo e o trauma das violências sofridas são marcados no relato.

Deco resume o que entende como “a história do caiçara” como uma contínua disputa sobre seus territórios.

“A história do caiçara é mais ou menos isso assim: ele tava na terra vinha um cara com uma visão de um valor imobiliário grande da terra dos caiçaras, jogava um capanga lá, aquela pressão toda e com o tempo o caiçara cedia com medo de morrer, de perder a família e saia ou vendia a preço de banana. A maioria foi assim. Aconteceu em várias localidades da vida caiçara. Se repete a mesma história.”

Deco mora hoje em uma casa na beira do rio, na Chácara da Saudade. A casa que seu pai comprou quando saiu de São Gonçalinho e veio para a cidade. A casa é suspensa e embaixo usam como um rancho, para guardar os barcos e canoas da família que ainda tem muitos membros que vivem da pesca.



imagem 48. casa de deco | autor: tui anandi, 2022

imagem 47. deco em sua casa, na chácara | autor: tui anandi, 2022



imagem 50. canoa na casa de deco | autor: tui anandi, 2022

imagem 49. casa de deco | autor: tui anandi, 2022

Nélio, tio de Deco, tem 65 anos e mora na casa em frente ao sobrinho. Ele conta que durante o conflito com a White Martins, os pais, evangélicos, tinham uma tendência a ter muito medo e serem passivos ao processo violento de expulsão. Vale destacar que no relato de Nélio, sempre que menciona a “passividade” dos pais frente às ameaças e violências da empresa, ele relaciona com o fato de serem evangélicos. Supõe-se, mas seria necessário mais testemunhos para que se possa confirmar, que poderia haver um alinhamento dos pastores com a multinacional e uma tentativa de apaziguamento das resistências entre os comunitários.

Nélio, naquela época adolescente, por um lado obedecia os pais, por outro se revoltava. Um dos episódios que destaca é que a White Martins colocou uma placa grande na estrada se dizendo proprietária da área, ele e o primo a arrancaram, com muito esforço porque a placa era concretada no chão e enterraram a placa no jardim. As cercas da empresa, que fechavam a circulação na praia, eles também tiraram.

“Porque, eu posso falar uma parada pra você? Você pode até perdoar, mas meu pai, cara... Os velhos eram todos meio crentes. O pessoal fala que eram “cagão”, medroso, né? Eles tinham medo, nunca deixavam a gente fazer umas coisas. Eles tinham muito medo, era tudo medo, porque podia dar morte. Esses tempos quando nasceram, naquela época, eles não gostavam de confusão.

Se fosse por mim, nós estaríamos lá até hoje. Lá é um lugar muito bom, menina, vai comparar um lugar daquele lá. Aquilo lá é um paraíso, quem não quer morar num lugar daquele? Uma praia daquela, boal! Vou dizer uma coisa pra você: Eu já estou com 65 anos, me dá até raiva quando o pessoal me chama pra ir em São Gonçalo.”

Outra questão que Nélio levanta foi sobre o campo de

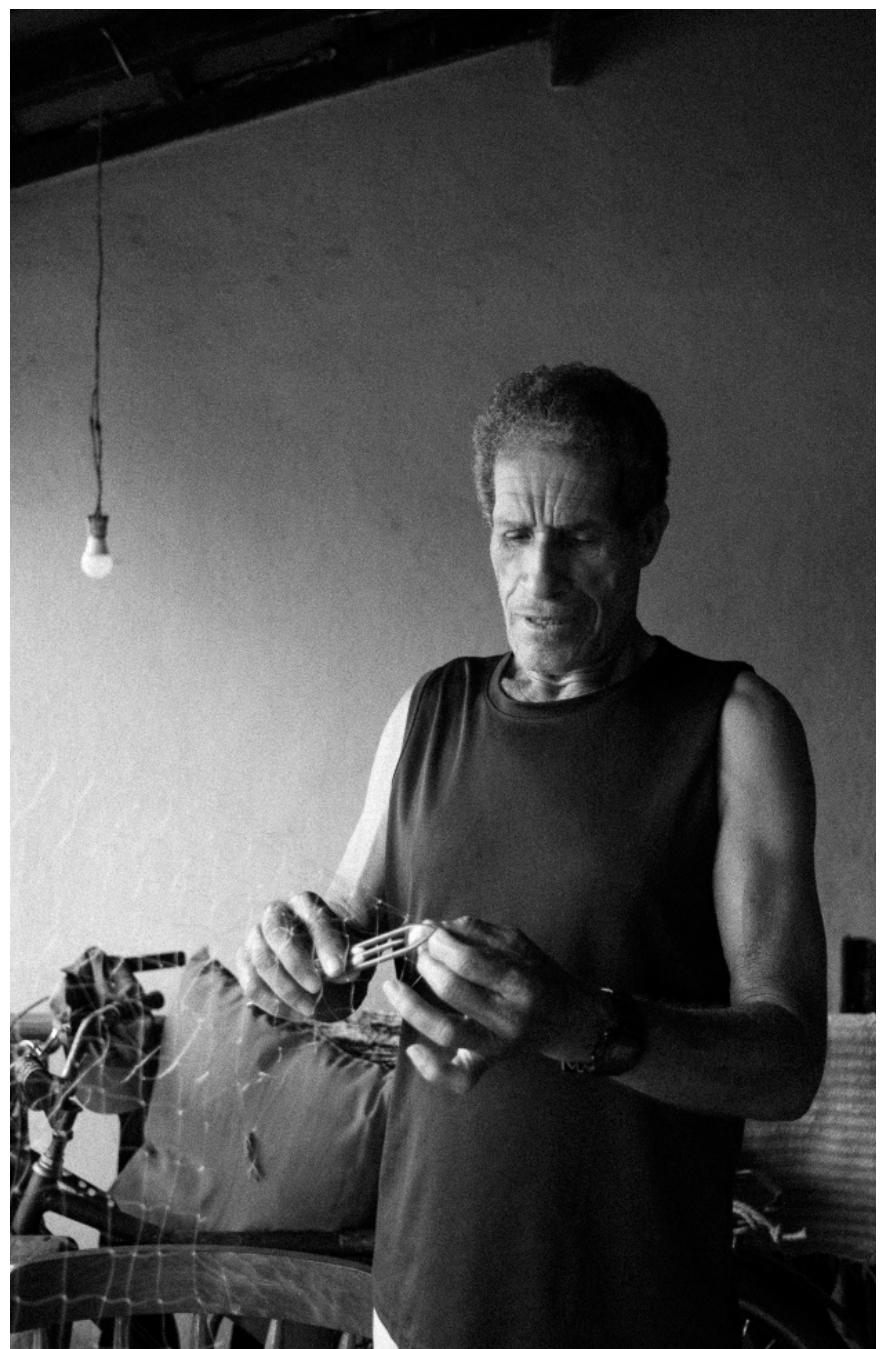


imagem 51. nélio remendando rede | autor: tui anandi/2022

futebol. Segundo ele, houve um alinhamento entre a White Martins e a prefeitura, autorizando a tomada do terreno do campo e supostamente o trocando por um terreno no sertão, longe da praia onde morava a maior parte dos comunitários. Esse episódio é mais uma sinalização da ação do poder público a favor dos interesses da empresa, comum a todos os outros depoimentos.

“É, o campo ali, aquele campo não era pra vender. Aquilo ali era municipal né? Aquilo não era pra vender. Não sei que rolo que eles fez lá, balaio de gato que fez, aí trocaram por um lá no sertão, lá no sertão perto de onde minha irmã mora. Aí eu falei pra ele, quem vai trocar um campo daquele?

Antes era perto da praia, perto do mar e perto de onde todo mundo morava. É, a maioria do povo morava ali, um ou outro morava pra cima mas a maioria morava pra baixo. De lá do Milton pra cá é tudo casa aquilo dali, menina. Era tanta gente que morava lá que eu nem me lembro mais...”

Ele descreveu também a extensão das terras da família, que foram vendidas, na condição de pressão, por um valor irrisório.

“Sim, nós tínhamos tudo. Tinha roça lá em cima, banana... Lá em cima. Deve dar uma hora andando. Aí tinha o bananal do meu pai, Tio Guadino e do Nestor. Tinha um terreno do meu irmão que está doente, meu pai deu pra ele, era logo ali embaixo. Tinha laranja, uns pés de banana logo embaixo. O bananal mesmo que a gente plantava banana era mais pra cima. Deve ter cada tronco de árvore lá que dava até canoa. Agora deve estar enorme lá. Aquilo lá tá tudo jogado. A gente chegava naquele mato lá e olhava assim, as bananas tudo caíndo, de tão madura que tinha.”



imagem 52. fachada da casa de nélio | autor: tui anandi, 2022



imagem 53. local da casa de pai de nélio em s. gonçalinho | autor: tui anandi, 2022



imagem 55. varanda da casa de nélio | autor: tui anandi, 2022



imagem 54. interior da casa de nélio | autor: tui anandi, 2022

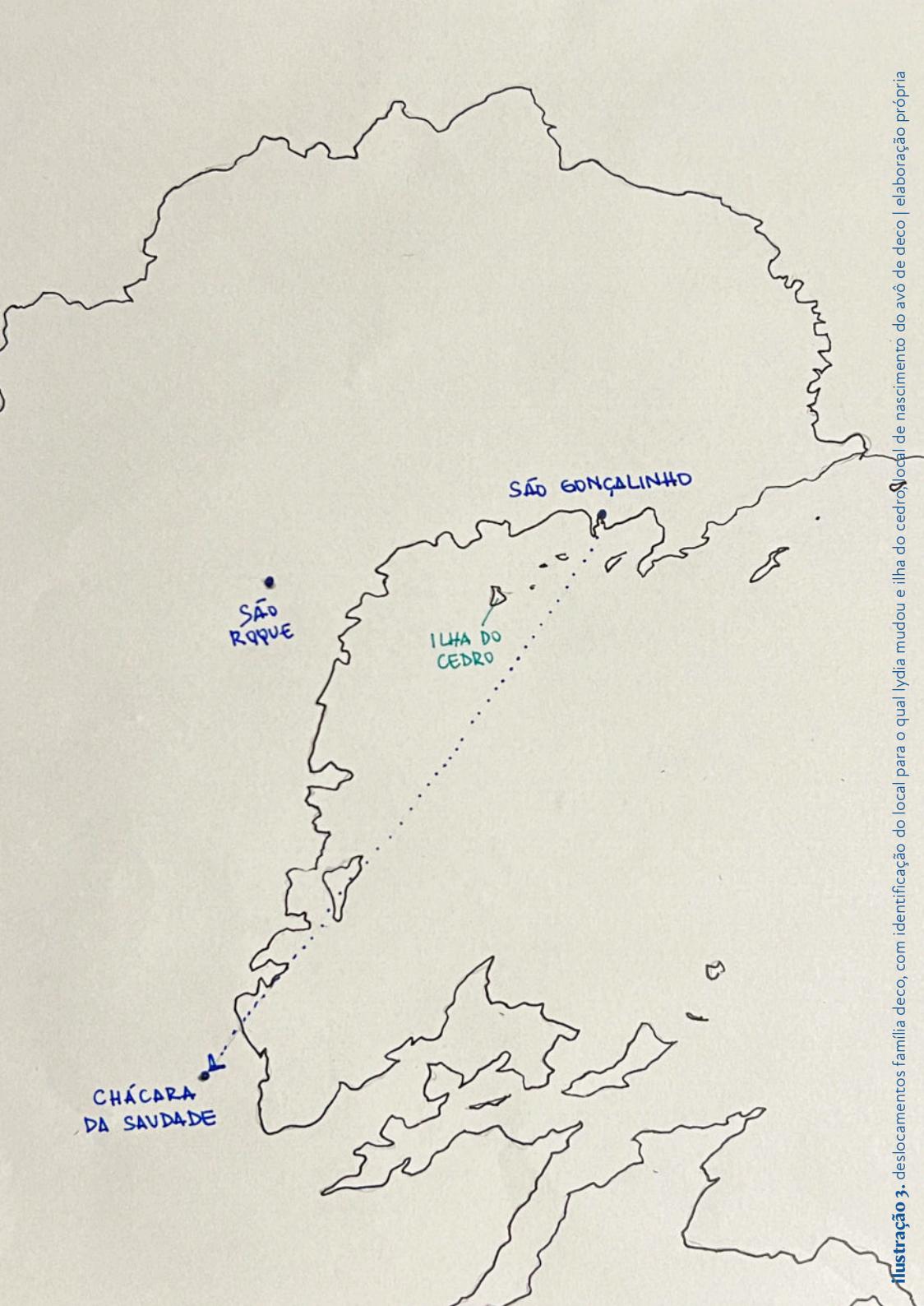
Nélio destaca que acredita que, se a escalada de violência não continuasse e eles permanecessem em seu território tradicional, a vida estaria melhor. É importante ressaltar que na fala de Nélio, que não retornou ao território, a lembrança do lugar vem sempre com a marca da violência e da expulsão. Ele tem “raiva” das mudanças e da expulsão, sente “desgosto” de ver a forma que a praia está hoje, ele afirma que do jeito que estava se ficassem poderiam acabar mortos...

“Se eles deixam a gente lá, era pra todo mundo estar bem. Em São Gonçalo, se não vendesse... Mas também, vai saber, talvez já tava a gente no cemitério, também, porque do jeito que tava lá, minha filha.”

Nélio, apesar dos mais de 40 anos que já se passaram



imagem 56. vista de s. gonçalinho para o mar | autor: tui anandi, 2022



desde sua saída de São Gonçalinho sonha com o retorno. Ele cita as árvores como uma marca de uso do território e ao mesmo tempo de uma presença antiga ali, de relação com o território.

“Quando o pessoal me chama para ir pra São Gonçalo, me dá raiva. Me dá raiva, só vejo mato. Um dia eu fui lá e fiquei olhando assim, até tinha esquecido já daquele lugar. Entre o Elias ali e o Zequinha, eu olhei pra lá e tava cheio de mato. Aquilo ali era tudo da gente... Cambucá, mamão, pitanga, goiaba, limão... Você olhava na casa que a gente morava assim, ó, daqui na casa era laranja, pé de mamão, tinha um montão assim pra você comer. Você não sabia se almoçava ou se comia mamão. Laranja adoidado. Agora você vai lá olhar e dá o que? Desgosto. Nós tínhamos tudo.

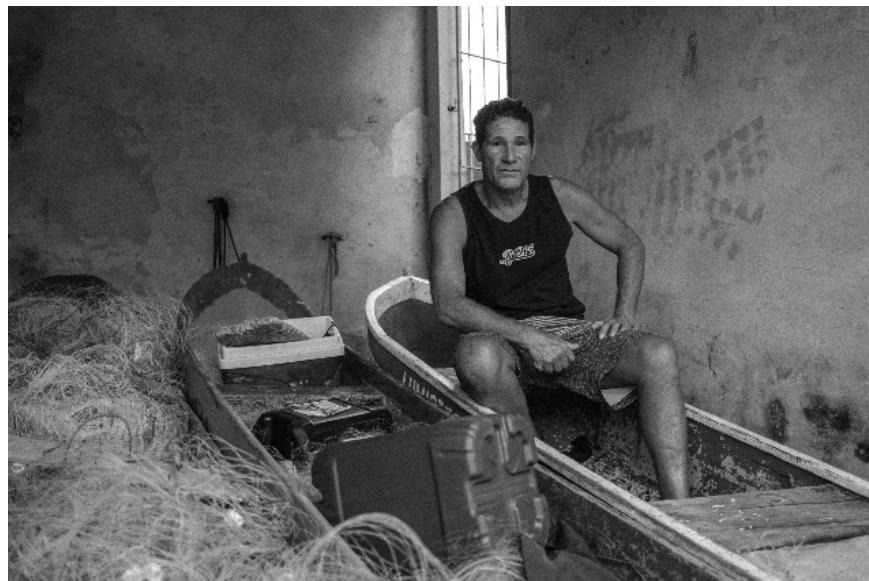
Se eu fosse voltar, era pra ser no mesmo cantinho que a gente morava. Onde meu pai tinha a casa e o rancho. Eu tenho arrependimento que eu saí de São Gonçalo. Tenho até raiva de lá. Bronca de lá. Se entrasse um presidente bom e assinasse pro pessoal voltar pra lá... Devia de dar tudo de volta pro pessoal. Eu acho que tinha que dar tudo de volta pra gente. Pra todo mundo.”

Nélio trabalhou a vida inteira de pescador.

“Às vezes eu saio pra pescar e paro ali na frente de São Gonçalo, onde o coroa tinha casa, e fico só olhando...”

Perguntado sobre o que mais sente falta da vida em São Gonçalo, Nélio anuncia uma preocupação corrente aos que mudaram para a cidade - a mercantilização do acesso aos recursos.

“Em São Gonçalo tudo o que você precisava, você tinha. Aqui na cidade, até um cacho de banana você tem que pagar.”



Carlos, um dos 9 irmãos de Nélio, tem hoje 57 anos, saiu de São Gonçalinho com 14 e hoje também mora na cidade. Com sua canoa a remo, Gaivota IV, Carlos ainda pesca. Ele recorda que o pai, Joaquim, trabalhava na roça e na pesca e ele ajudava a carregar mandioca com o saco nas costas.

“Era o mesmo saco que a gente levava pra escola. Eu lembro até hoje aquele saco de arroz que a gente coloca o livro dentro, no saco de arroz. Eu ficava com vergonha, atravessava a estrada.”

Carlos conta que, depois da expulsão da maioria dos cunitários, a escola ficou fechada por muito tempo e depois desmancharam.

Além da roça, mais no alto, na beira da praia ficava a casa de farinha de Joaquim, onde Carlos, quando criança, sonhava em futuramente construir sua casa. Aparecem, aqui articulados no relato de Carlos, os elementos

fundamentais do território caiçara - a casa, a roça e o rancho.

“Era uma baixada muito bonita, lá. Quando eu era moleque eu pensava que quando eu crescesse, lá onde era a casa de farinha, eu ia pedir pra mim. Ia pedir pro meu pai dar pra mim, pra construir minha casa. Na beira da cachoeira assim, cachoeira bonita. Lá embaixo, perto da estrada. Melhor mamão tinha ali, perto dessa casa de farinha. Mamão compridão assim, carregado.”

Carlos reforça que é a disputa pelo território é uma luta muito desigual, pois os mais ricos contam também com o apoio dos órgãos públicos.

“É, porque as pessoas com mais estudo, vem de cidade grande né. Cê chega numa cidade zona rural, beira de praia né, você com uma cabeça mais... Esses caras vem do exterior, de outros países estrangeiros e aí já vem com outra ideia.”

“É isso mesmo, você é pobre, você vai ficar sempre no prejuízo. Os de cima sobe e os debaixo desce, é o que falam, né?”

Carlos menciona também a relação de equilíbrio entre os caiçaras e o meio ambiente e como a presença deles no território garantiria uma melhoria para o espaço.

“Lá tá tudo abandonado. Se nós ficasse lá, aquilo ali tava um paraíso.”

Lydia, a irmã mais velha de Carlos e Nélio, tem hoje 75 anos e mora na zona rural do município, no bairro de São Roque. Lydia lembra saudosa a vida em São Gonçalo e reconhece o impacto da mudança, em uma tensão entre o sossego de lá e o tormento da cidade. Como nos outros relatos, a pesca e a agricultura aparecem como

as atividades de subsistência, somadas à criação de animais. O espaço da praia é relembrado como espaço ocupado pelas moradias e de convívio comunitário.

“Quando nós morava lá era paz, era sossego. Não tinha confusão nenhuma, cada família tinha sua casa, mas morava tudo perto uma da outra. Mas depois que a Companhia chegou mudou tudo, mudou tudo mesmo. Aí o pessoal ficou com medo de ficar lá, aí eles pegaram e venderam. Meu pai com medo também, que meu pai tinha muito medo de também, de perder a moradia, de ter confusão, ele pegou combinou com o genro dele, venderam por mixaria e vieram para Paraty. Quando chegou em Paraty ficou doente, né, porque quem vive na roça, morar na cidade é um tormento né. Ficou logo doente.”

A casa era bem perto ali da praia. Bem perto ali, naquela baixadinha era a Igreja, a Assembleia. E cada um tinha sua casinha ali. Vivia de pesca, de roça e criação também, meu pai criava porco, galinha. E tinha cavalo para carregar a mercadoria. Vinha a Paraty de vez em quando, de cavalo ou naquelas canoas grandonas a remo. Era paz, era paz, sossego.

As casas eram todas na praia, você saia um pouquinho via a casa de um tio, de um amigo, a Igreja. As casas eram tudo ali, nunca havia conflito. Era paz, era sossego. Na cidade é mais turbulento.”

Lydia menciona que os acordos feitos com a White Martins devem ser lidos a partir da escalada de violência cometida pela empresa. O medo aparece aqui novamente como fator decisivo na saída do território.

“Eu já era casada quando mataram o rapaz. Ficou todo mundo com muito medo, muito medo. O rapaz era muito amigo da gente e mataram. Mataram os dois, pai e filho. Aí meu pai ficou desesperado, falaram que meu pai ficou

num desespero danado que queria ir embora, ir embora. Aí todo mundo foi vendendo.”

Um episódio se destaca na memória de Lydia sobre a ação da White Martins. Quando estava grávida de oito meses, soltaram os bois da fazenda para amedrontar os comunitários e um deles o atingiu.

“Eu me lembro que quando eu tava grávida, soltaram um bocado de boi e o boi veio em cima de mim, eu tava com 8 meses de barriga, se não fosse meu marido, o boi tinha me matado. É, é. Eles soltaram os bois, jogaram em cima das pessoas para atingir as pessoas. Para poder elas ficar com medo e vender mais rápido.”

Ao sair de São Gonçalo, Lydia foi morar na Chácara da Saudade com o marido. Durante esse período, o marido continuou trabalhando na pesca e Lydia passou a trabalhar em restaurantes ou de empregada doméstica. Depois da morte dele e da aposentadoria, Lydia se mudou para o bairro de São Roque, em busca de deixar o espaço mais urbano, o qual não a agrada.

“Eu morava na Chácara há 40 e poucos anos. Quando eu fui pra cidade, com meus filhos, meu marido era pescador, ele é morto agora. E aí eu comecei a trabalhar em restaurante, nas casas de família pra ajudar. Assim nós fomos vivendo nossa vida, mas uma vida atribulada, né. Porque você tá no sossego, chega na cidade é uma tribulação. Eu não gosto muito da cidade, eu sempre to na roça.”

Eu hoje vivo no São Roque, comprei um terreninho aqui, eu parcelei e to pagando. Vim pra cá pra ver se tenho mais sossego.”

Lydia não visita São Gonçalo com frequência, a maneira que o território se encontra hoje e as lembranças que

evoca a afastam.

“Não, depois que venderam lá, eu fui parece que umas três vezes lá, depois nunca mais fui. Mudou muito né, não tem mais as casas lá. Derrubaram as casas tudo, meteram fogo, acabaram com tudo. A gente tem até medo.”



imagem 58. ruínas em são gonçalinho | autor: tui anandi, 2022

4.5.

A expressão “onde fui nascido e criado” foi comum a quase todos os entrevistados para se referir ao território de São Gonçalo/São Gonçalinho. Essa frase condensa um sentimento de pertencimento e identidade com o lugar e é muitas vezes reiterada pela menção às gerações anteriores da família que também viveram no mesmo território, constituindo também uma relação de ancestralidade.

A experiência do passado na praia articulada pelas atividades de pesca e agricultura e o espaço apropriado através do local da moradia, da roça, do rancho, da mata e do mar aparece em todos os relatos. A subsistência através da relação com o ambiente é também destacada por muitos. A memória do passado está quase sempre ligada às atividades e à configuração do espaço. A territorialidade, expressa na forma como utilizavam a terra, organizavam o espaço e davam sentido ao lugar, parecia comum ao grupo, como uma identidade coletiva. A família como núcleo agregador e os laços de solidariedade entre a comunidade também foram destacados.

As memórias narradas sobre as práticas antes da chegada da empresa corroboram as descrições da literatura mobilizada no capítulo 1 sobre as comunidades caiçaras e os territórios tradicionais.

Tânia é a única que apresenta um relato diferente sobre as práticas de subsistência, dizendo que, em sua família, eles, além da pesca e da agricultura, também trabalhavam fora, no caso dela como empregada doméstica em São Paulo. Ela estabelece uma ligação entre essa diferenciação das outras famílias e o racismo.

Fica claro, por todos os relatos, que a ligação com o território não é apenas material, de disponibilidade de re-

cursos, mas configura a identidade caiçara.

Sobre o conflito com a White Martins há entre todos uma noção semelhante de que a empresa não é realmente dona ou tem direito sobre aquelas terras. Todos associam a chegada da empresa com a construção da BR e a especulação fundiária. Nota-se aqui que há uma tensão entre apropriação e dominação do território, conforme discutido por Lefebvre, em que a dinâmica de reprodução do capital sobrepõe a dominação e sufoca as possibilidades de reapropriação do espaço. A mercantilização da terra aparece em todos os relatos como uma novidade relacionada à chegada da empresa.

Ainda que episódios distintos sejam narrados, conforme as experiências pessoais, há entre eles uma série de semelhanças nas estratégias da empresa para expulsão, expressas também no capítulo 3. A associação da empresa com representantes da justiça, como advogados; a associação também com agentes do poder público, como procuradores, policiais; a presença de jagunços armados; mortes; destruição das áreas de cultivo; destruição dos espaços comunitários, como o campo de futebol; manipulação de documentos; destruição de casas; soltura de gado como forma de intimidação.

Vemos também que os discursos que legitimaram a atuação da empresa estavam muito ligados aos paradigmas da geografia das ausências, apontados por Paula (2019) e apresentados no capítulo 1. A desvalorização dos saberes tradicionais, a ideia de tempo pautada no “progresso” e no “desenvolvimento”, a ideia de inferioridade étnica e de hierarquia nos modos de usar e compreender o território, a desvalorização da escala local e a imposição de processos e dinâmicas alheios àquele território e o estabelecimento do padrão de produtividade capitalista como validação da apropriação do território aparecem de diferentes formas durante os relatos.

Também são comuns os relatos de que o processo de desterritorialização e os deslocamentos foram violentos. O esquecimento do território para o qual se deslocou para Elias; a não adaptação e a obsessão pelo retorno que aparecem na narrativa de Tânia; a ideia de que na cidade não é a mesma sensação que na terra natal mencionada por Deco; a comparação de que São Gonçalo é o paraíso e o desgosto de não poder estar lá para Nélio; o contraponto colocado por Lydia entre a turbulência da cidade e o sossego da terra natal.

A reterritorialização, conforme discutida por Haesbaert (2004), para os que não retomaram o território tradicional, ocorre, mas de forma bastante precária, uma vez que a compreensão como território próprio ainda é em relação ao território tradicional, São Gonçalo. É visível também a incorporação de elementos da territorialização anterior nessa reterritorialização, como é o caso da manutenção e da importância às atividades de pesca e da valorização da ligação do núcleo familiar.

Entre os que hoje estão no movimento de retomada da terra, como Elias, Fernando, Tânia, Isis e Vaguinho, há uma noção muito clara da importância da luta e da organização. Para os demais, a relação com o território se encontra mais em um lugar de trauma, associadas à expressões como “raiva”, “medo”, ainda que todos almejem o retorno. Para os que saíram, a configuração do território hoje, que é marcada pela ausência, é objeto de repulsa. A vontade de retorno e a leitura do retorno enquanto reparação histórica é comum a todos os entrevistados. A mim, ela também afeta, me toca, para eles, por essa luta, dedico esse trabalho.

05

considerações finais



Não almejo, com este trabalho, chegar a uma conclusão totalizante sobre o processo de expropriação das terras caiçaras em São Gonçalo, muito menos sobre os impactos dos processos de desterritorialização dos caiçaras atingidos pelos movimentos especulativos do turismo. Como um trabalho de finalização de curso ele é uma aproximação inicial, um direcionamento para guiar uma primeira leitura do território, para estabelecer um ensaio principiante da cartografia social deste de terro, que é comum a tantos outros lugares, a tantas outras pessoas.

Ele é sobretudo um convite ao deslocamento de olhar. A romper a narrativa das praias paradisíacas e inabitadas promovida pelo turismo e olhar o verso violento desse processo de apagamento. A compreender também o problema sistêmico de expropriação das classes populares de suas terras a partir da territorialização do capital.

Reconheço que o tempo de realização do trabalho me permitiu o contato com um número restrito de pessoas e um recorte específico a partir dos contatos que eu tinha, em torno também de pessoas já mobilizadas em torno das questões de disputa do território e pessoas mais dispostas a contar. Sinto que com isso foi possível atingir uma camada, mas talvez não alcance aqueles para os quais o processo foi mais traumático, para os quais seja mais difícil hoje contar, acessar a memória do conflito e do território tradicional.

A memória, entre os entrevistados, aponta a existência de uma territorialidade caiçara marcada não apenas pela situação presente, mas sobretudo pela história. O significado dado ao território permanece e é também reelaborado simbolicamente através da memória. É o lugar de dentro, onde está o umbigo de Tânia, o paraíso de Fernando, é o sossego e o medo de Lydia...

As discussões sobre patrimônio em Paraty, agora tam-

bém orbitando em torno das comunidades tradicionais, devem considerar o território subjetivo dessas populações e reconhecer esses significados atribuídos ao espaço como essenciais à cultura imaterial. Devem também, nas ações de salvaguarda, fazer o possível para assegurar a permanência dessas comunidades, que significa também a preservação do meio ambiente.

Para a regularização fundiária das comunidades caiçaras, essencial e urgente, é necessário que se analise essas relações com o território de forma que o processo de regularização, ainda sem um instrumento específico para a titulação das terras caiçaras, dê conta da forma como eles entendem, organizam e significam seus territórios tradicionais.

O que pretendo, em alguma medida, defender com este TFG, é que frente a todos os processos violentos de apagamento, a memória resistiu e resiste e é, a partir dela, que se desenham as possibilidades e potencialidades de um novo caminho. De uma retomada não apenas do território, mas de sua própria história.



ABIRACHED, Carlos Felipe. Ordenamento territorial e áreas protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty. [s.l.] Universidade de Brasília, 2011.

ALMEIDA, Mariza Costa Almeida. Concepções de Natureza e Conflitos pelo Uso do Solo em Parati-RJ. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Decreto no 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2007.

BRASIL. L9985. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

CAMARGO, Cesar Pardo Môo Pompôo. Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá). Dissertação (Mestrado em Geografia), Unicamp, 2013.

CANDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3a Edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CAPONERO, Maria Cristina; GIRALDI, Rita; LEITE, Edson. Paraty, patrimônio mundial da Unesco: preservação da história, da memória, da cultura e da biodiversidade. Revista Confluências Culturais. V. 8, n. 2, 2019.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão. A luta pela terra como luta por direitos: desafios e perspectivas das comunidades tradicionais no campo brasileiro. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, volume 4, número 1, jan./abr. 2017.

Comissão Camponesa da Verdade. *Violações de direitos no campo (1946 a 1988)*. Relatório Final. Brasília, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo in SANTOS, SOUZA e SILVEIRA (Orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

CPDA/UFRRJ. *Movimentos Sociais no Campo. Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro, 2015.

CRUZ, Ísis Ayres et. al. A agroecologia contribuindo com o resgate da identidade caiçara. *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia*, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos. A mudança como modelo cultural: O caso da cultura caiçara e a urbanização, in: Diegues, Antonio Carlos. *Encyclopédia Caiçara Volume I*. Editora Hucitec - São Paulo, SP. 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. Esboço de história ecológica e social caiçara, in: Diegues, Antonio Carlos. *Encyclopédia Caiçara Volume IV*. Editora Hucitec - São Paulo, SP. 2005.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 6a Edição. São Paulo: Hucitec, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Nossa Lugar Virou Parque: Estudo Sócio-Ambiental do Saco de Mamanguá – Paraty – Rio de Janeiro*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

DURHAN, Eunice. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva,

1973.

ESTEVEZ, Marcel Petrocino. Elementos do direito de propriedade e uso do território por comunidades tradicionais no Brasil: subsídios do pluralismo jurídico e dos interstícios constitucionais. XV Coloquio Internacional de Geocritica. Barcelona, 2018.

FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro de. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. IN: MEDEIROS, Leonilde Servolo de et. al.. *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988) - Relatório final*. Rio de Janeiro, 2015.

FELICIANO, Carlos Alberto. *TERRITÓRIO EM DISPUTA: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema*. 2009. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERREIRA, Kamille Bittencourt; LOBATO, Maiara Grazielle Rubim. Unidades de conservação e comunidades tradicionais: um olhar acerca da comunidade caiçara na Vila de São Gonçalo, no mosaico da Bocaina em Paraty - RJ. *Revista Sergipana de Educação Ambiental, REVISEA*, São Cristovão, Sergipe, Brasil - volume 7, número 2, 2019.

FIOTEC. Projeto Povos: territórios da Península da Jutatinga. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1NA4S4s8R-_JOgtLWjFyQsYrSXuwKe-gp/view. Acesso em: 06/12/2022.

GUERRA, Rodrigo de Moraes. História, espaços e resistências: a territorialidade indígena a partir da experiência zapatista. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, volume 32, número 2. Uberlândia, 2019.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multi-territorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização.

- Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgrafia- ano IX - Nº17 - 2007.
- HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004. P. 115-148.
- HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. Editora Annablume. São Paulo, SP, 2006.
- Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 07/12/2022
- ITERJ. Terras Devolutas e Terras Arrecadadas. 2020. Disponível em: http://www.iterj.rj.gov.br/iterj_site/terrass-devolutas. Acesso em: 09/09/2022.
- LABRUNA, M. B. Governança regional em áreas protegidas: ecofronteiras e turismo no planejamento territorial do Mosaico Bocaina SP/RJ. Doutorado em Geografia Humana—São Paulo: Universidade de São Paulo, 9 mar. 2015.
- LHOTE, Christine. Trindade para os trindadeiros. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Caiçara: terra e população ; estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. 2. ed ed. São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, Edusp, 2006.
- MARTINS, José de Souza. O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

- MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MARTINS; Jéssica Sila; RICHTER, Monika; SOUZA, Elizabeth Maria. Análise dos conflitos por terra no município de Paraty-RJ. Revista Continentes (UFRRJ), ano 6, n 11, 2017.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política, Volume 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MELLO, Diuner. A Ocupação Humana de Paraty, in: Diegues, Antonio C. Enciclopédia Caiçara Volume IV. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MENDONÇA, Marina de Oliveira. Apropriação do espaço caiçara em Paraty, RJ. IV Jornada Internacional de Política Públicas, Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/10_povos/apropriacao-do-espaco-caica-ra-em-paraty-rj.pdf
- MENDONÇA, Marina de Oliveira. Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: O caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), USP. São Paulo, 2010.
- Ministério do Turismo. Índice de competitividade do turismo nacional - 65 indutores do desenvolvimento turístico regional, 2011. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2011/Paraty_relatorioanalitico2011.pdf
- Ministério Público Federal. Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais. Brasília, 2014.
- MIZUSAKI, Márcia Yukari. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena. Revista NERA.

Presidente Prudente, 2017.

MONTEIRO, Thiago Lammoglia. Ação política e afirmação territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo, Paraty, Rio de Janeiro. *Revista brasileira de geografia econômica - Espaço e Economia*. N. 7, 2015

MORAES, Nelson Russo et. al. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. *Revista Espacios*. Vol. 38, N. 12, 2017.

MUSSOLINI, Gioconda. *Ensaios de antropologia indígena e caiçara*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à Razão Dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OTSS BOCAINA. Disponível em: <http://otss.org.br/mapas/>. Acesso em: 07/12/2022

PAULA, Cristiano Quaresma. Geografias das ausências e geografias das emergências. *Geousp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 1, p. 095-111, 2019.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar.

SACK, R. *Human Territoriality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Hucitec, 1997

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. Introdução. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SILVA, Francisco Antonio; BRITO, Lúcia Helena; SILVA, Alan Robson. Acumulação via espoliação e conflitos socioambientais nas regiões do baixo e médio Jaguaribe -

Ceará: Uma trilha teórica em construção.

SILVA, Iby Montenegro. Violência contra posseiros de correntes de obras públicas e da especulação imobiliária: o caso do Litoral Sul Fluminense. In: *Comissão Campesina da Verdade: Relatório final violações de direitos no campo (1946 a 1988)*. Brasília, 2014.

SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo: MassaoOhno – Ismael Guarnelli Editores, 1984.

SIQUEIRA, Priscila. Os caiçaras e a Rio-Santos. *Revisa São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, vol. 3 no4. p. 62-64, out/dez 1989. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n04/v03n04_12.pdf. Acesso em: 10/11/2022.

SOUZA, Marina de Mello e. *Parati a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Tempo Brasileiro, 1994.

STRAUCH, G. F. E. A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ. v. 23, p. 26, 2020.

TOZZI, Daniel. *Cidade partida ao meio*. UOL, 2019. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/paraty/#cidade-partida-ao-meio>. Acesso em: 03/10/2022.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel, 2013.

VELLOSO, Marinho. *Paraty, reconhecimento e projeto*. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 2013.

VENTO CONTRA. Mattoso, Adriana. São Paulo, SP. Oca Cinematográfica; Igreja Reformada da Holanda; Comissão de Cinema da secretaria de Estado da Cultura de São Paulo & Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro. 1981. Reprodução digital (wmv), som, colorido.

VIANNA, L. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação. / Lucila Pinsard

Vianna. 2. ed. São Paulo: Terra Redonda, 2019.

Matérias citadas:

ALBUQUERQUE, Fátima. As praias (salvas) da Rio-Santos. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 19 out. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=63823. Acesso em: 13/11/2022

As multi e a luta dos posseiros. O Pasquim. Rio de Janeiro, 1983, edição 00727. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=124745&pagfis=26586>. Acesso em: 13/11/2022

Atropelamento de carteiro em Parati gera protesto. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18 ago. 1998

BARROS, Guilherme. White Martins faz 'resort' em Angra. Jornal do Brasil, 19 jun. 1996, edição 00072. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=184638. Acesso em: 14/11/2022

Costa Verde - de Coroa Grande a Parati, praias e saveiros. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 15 dez. 1982, edição 0251. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=%20White%20Martins%20&pagfis=86469. Acesso em: 13/11/2022

Devastação em Parati: Desmatamento ameaça mais de 200 hectares. Última hora. Rio de Janeiro, 17 out. 1983, edição 11103. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/123207>. Acesso em: 13/11/2022

Especulação imobiliária já atinge com a Rio-Santos todo o litoral Sul Fluminense. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 jul. 1974, edição 00104. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=152573. Acesso em: 13/11/2022

Fazenda da White Martins, no Rio, tem 160 escravos.

Correio Braziliense. Brasílio, 15 nov. 1984, edição 07902. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_03&pagfis=63094. Acesso em: 13/11/2022

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 mai. 1990, edição 00338. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=6274. Acesso em: 13/11/2022

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 1 jan. 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pagfis=188617. Acesso em: 13/11/2022

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 26 mai. 1988, edição 00192. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_17&pagfis=79062. Acesso em: 13/11/2022

LIMA, Roni. Ameaça ao ambiente em Paraty. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 out. 1990, edição 00195. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=24985. Acesso em: 13/11/2022

Moradores pedem investigação em morte de líder comunitário. O Fluminense. Rio de Janeiro, 18 ago. 1998, edição 35265. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=100439_13&pagfis=84806. Acesso em: 14/11/2022

Os conflitos de terra e a omissão das autoridades. Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, 11 mai. 1982, edição 09962. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_04&PagFis=8639. Acesso em: 13/11/2022

PAULA, André de. Tragédias em Paraty. Tribuna da Imprensa, 5 ago. 1999, edição 15123. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_05&pagfis=56464. Acesso em: 14/11/2022

Posseiros pedem desapropriação de terras em Para-

ti. Última Hora. Rio de Janeiro, 20 jan. 1983, edição 10875. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/386030/119466>. Acesso em: 13/11/2022

Questão de terra surpreende no Seminário de Parati. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1979, edição 00148. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=163340. Acesso em: 13/11/2022

TABAK, Israel; FONTES, José Gonçalves. Na disputa pela terra lucram os poderosos. Para o caiçara a favela. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1975, edição 00056. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=56440. Acesso em: 13/11/2022

Tiros contra pescador. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 fev. 1999, edição 00318. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=269713. Acesso em: 14/11/2022

Trabalhador pede efetiva Reforma Agrária contra o desemprego e a violência. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16 ago. 1978, edição 00130. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=131431. Acesso em: 13/11/2022.

As fotografias utilizadas entre os capítulos são de autoria de Tui Anandi

